



NEOENERGIA

CNPJ nº 04.023.261/0001-88

Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

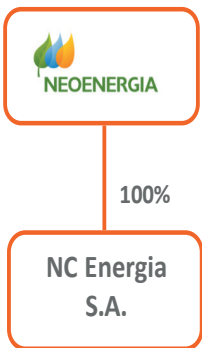
NC ENERGIA S.A.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
 Ao apresentar os resultados de 2021, a NC Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidadeambientaleprogressosocial,combaseemumagestãoeeficiente,integraética.

2. NC ENERGIA

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeradores de energia e demais agentes do setor. A NC Energia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. Também atua na comercialização de créditos de carbono e demais créditos de energia renovável.



3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2021, a NC Energia forneceu 4,45 TWh de energia (+5% vs. 2020) para mais de 750 unidades consumidoras (+52% vs. 2020), fomentando o crescimento sustentável da área de geração renovável do Grupo.
 Encerrou o ano com 134 clientes de gestão de energia (+11% vs. 2020) e vendeu mais de 11 TWh de energia para clientes finais nos próximos anos, representando um crescimento de 60% em relação ao ano anterior.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	1.231.093	1.098.678
Custos dos serviços		(1.158.112)	(1.079.469)
Custos com energia elétrica	4	(1.158.112)	(1.079.469)
Lucro bruto		72.981	19.209
Perda de crédito esperadas		(505)	(1.596)
Despesas com vendas	5	(18.303)	(21.590)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(23.447)	(22.482)
Equivalência patrimonial	10	30.071	22.606
Lucro (prejuízo) operacional		60.797	(3.853)
Resultado financeiro	6	(5.993)	(7.488)
Receitas financeiras		6.146	3.971
Despesas financeiras		(15.662)	(14.377)
Outros resultados financeiros, líquidos		3.523	2.918
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		54.804	(11.341)
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(3.553)	11.446
Corrente		(5.810)	182
Diferido		2.257	11.264
Lucro líquido do exercício		51.251	105
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	15.2	0,22	0,0005

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	51.251	105
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(10)	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(10)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Valor justo de instrumentos financeiros	(10.642)	473
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	3.645	(161)
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	(68)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(7.065)	312
Resultado abrangente do exercício	44.176	417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.992	16.963		76.484	49.941	(7.898)	-	367.482
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	51.251	51.251
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(7.075)	-	(7.075)
Destinações:								
Reserva legal (nota 14)	-	2.563	-	-	-	-	(2.563)	-
Juros sobre capital próprio (nota 14)	-	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 14)	-	-	-	-	-	-	(4.352)	(4.352)
Reserva especial de dividendos não distribuídos (nota 14)	-	-	35.136	-	-	-	(35.136)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	231.992	19.526		111.620	49.941	(14.973)	-	398.106
Saldos em 31 de dezembro de 2019	174.584	16.958		76.409	49.941	(8.210)	-	309.682
Aumento de capital	57.408	-	-	-	-	-	-	57.408
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	105	105
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	312	-	312
Destinações:								
Reserva legal (nota 14)	-	5	-	-	-	-	(5)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 14)	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)
Reserva especial de dividendos não distribuídos (nota 14)	-	-	75	-	-	-	(75)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.992	16.963		76.484	49.941	(7.898)	-	367.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NC Energia S.A. ("NC Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, adequação de medição, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001. 1.1 **Corona virus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de compra e venda de energia com outros agentes e com consumidores finais no mercado livre. A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19. 1.2 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: o

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / 2021

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação %
Receita Operacional Bruta	1.443.254	1.296.631	11,31
Receita Operacional Líquida	1.231.093	1.098.678	12,05
EBITDA	62.013	(356)	(17.519,38)
Resultado do Serviço - EBIT	60.797	(3.853)	(1.677,91)
Resultado Financeiro	(5.993)	(7.488)	(19,97)
Lucro Líquido	51.251	105	48.710,48
Margem EBITDA (%)	5,04%	-0,03%	(15.645,77)
Margem Líquida (%)	4,16%	0,01%	43.460,48

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/21	dez/20	Variação %
Ativo Total	672.115	636.094	5,66
Dívida Bruta	109.524	102.396	6,96
Dívida Líquida ⁽²⁾	(502)	36.764	(101,37)
Patrimônio Líquido	398.106	367.482	8,33

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/21	dez/20	Variação (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA	(0,01)	(103,27)	103,26
EBITDA/Resultado Financeiro	10,35	(0,05)	10,40

4.1. Conciliação do EBITDA

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido (A)	51.251	105	51.146	48.710,48
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	(3.553)	11.446	(14.999)	(131,04)
Amortização e Depreciação (C)	(1.216)	(3.497)	2.281	(65,23)
Receitas Financeiras (D)	6.146	3.971	2.175	54,77
Despesas Financeiras (E)	(15.662)	(14.377)	(1.285)	8,94
Outros Resultados Financeiros Líquidos (F)	3.523	2.918	605	20,73
EBITDA = (A)-(B)+(C)+(D)+(E)+(F)	62.013	(356)	39.318	(17.519,38)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

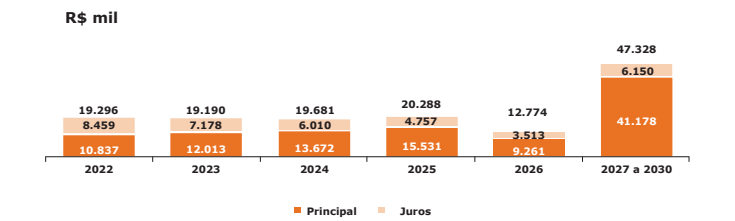
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.251	105
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	1.216	3.497
Baixa de ativos não circulantes	-	443
Resultado de participação societária	(30.071)	(22.606)
Tributos sobre o lucro	3.553	(11.446)
Resultado financeiro, líquido	5.993	7.488
Outros	2.075	(485)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	35.883	39.134
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(18.445)	(54.195)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	1.746	2.580
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(1.962)	(1.624)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(201)	7.181
Outros ativos e passivos, líquidos	5.025	825
Caixa líquidos proveniente das operações	56.063	(29.103)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	11.534	11.153
Encargos de dívidas pagos	(7.900)	(5.400)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	1.363	1.629
Rendimento de aplicação financeira	3.710	1.476
Pagamento de juros – Arrendamentos	(54)	(22)
Tributos sobre o lucro pagos	(8.316)	(4.006)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	56.400	(24.273)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.170)	(1.410)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(1.525)	(1.383)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.517	1.323
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.178)	(1.470)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	126	-
Pagamento dos custos de captação	(61)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(11.486)	(6.486)
Depósitos em garantias	(119)	(69)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(474)	(352)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	1.117	611
Aumento de capital	-	57.408
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	(10.897)	51.112
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	44.325	25.369
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	64.246	38.877
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	108.571	64.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui endividamento contratado junto ao BNDES e via debêntures de infraestrutura, com amortização linear ao longo dos anos.

Ademais, o gráfico a seguir apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



6. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 30/06/2017 e renovado em 01/06/2021, com vigência de 11 (onze) meses. Em 2021, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 136.171,49, referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais).

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NC Energia S.A. ("NC Energia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de NC Energia e não deverá ser utilizado para qualquer outro pro Esse documento foi preparado pela NC Energia S.A. ("NC Energia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de NC Energia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de NC Energia. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de NC Energia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	108.571	64.246
Contas a receber de clientes e outros	9	135.272	170.427
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	1.523	1.693
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	9.431	11.443
Outros tributos a recuperar	7.2.1	11.757	14.076
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	17.380	17.236
Outros ativos circulantes		1.346	985
Total do circulante		285.280	280.106
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	9	19.186	19.914
Títulos e valores mobiliários		1.455	1.386
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	7.743	11.103
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	1.405	-
Outros tributos a recuperar	7.2.1	7.717	-
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	44.406	38.504
Depósitos judiciais	13	10.121	9.481
Outros ativos não circulantes		94	-
Investimentos em participação societária	10	290.339	272.036
Direito de uso		452	285
Imobilizado		2.451	2.309
Intangível		1.466	970
Total do não circulante		386.835	355.988
Total do ativo		672.115	636.094
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	101.256	119.701
Empréstimos e financiamentos	12.2	13.080	11.453
Passivo de arrendamento		417	39
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	6.748	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		8.534	6.788
Outros tributos a recolher	7.2.2	6.842	6.035
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.2	12.197	25
Outros passivos circulantes		207	108
Total do circulante		149.281	144.149
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12.2	93.877	103.739
Passivo de arrendamento		-	348
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	5.085	-
Ressarcimento à clientes - tributos federais	7.1.4	1.410	-
Provisões	13	21.864	19.645
Outros passivos não circulantes		2.141	731
Total do não circulante		124.728	124.463
Patrimônio líquido	14		
Atribuído aos acionistas da Companhia		398.106	367.482
Total do patrimônio líquido		398.106	367.482
Total do passivo e do patrimônio líquido		672.115	636.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

NC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.023.261/0001-88 | Companhia Fechada
 Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) Ações de natureza civil num total estimado em R\$ 621 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.350 em 31 de dezembro de 2020), movidas por pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e outros com expectativas de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, PIS/COFINS, CIDE, entre outros. A Companhia possui em total estimado de R\$ 209.624 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 205.199 em 31 de dezembro de 2020) em processos fiscais com expectativa de perda possível, que se referem, em sua maioria, ao auto de infração no valor de R\$ 193.889, autuado pela Receita Federal, para o recolhimento de ICMS supostamente devido no período em que esteve vigente liminar de substituição tributária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2021	2020
Processos civis	10.066	9.481
Processos fiscais	55	-
	10.121	9.481

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (iii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamento críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 231.992 (R\$ 249.992 capital subscrito e R\$ 231.992 capital integralizado em 31 de dezembro de 2020), representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia S.A.. Em 2021, a Companhia reduziu o capital social subscrito em R\$ 18.000, de acordo com a AGE de 28 de dezembro de 2021, por julgá-lo excessivo à consecução do objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, mediante o cancelamento proporcional de 18.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **14.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:** a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	51.251	105
Média ponderada de número ações em circulação	231.992	231.992
Lucro básico e diluído por ação	0,22	0,0005
b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:		
Lucro líquido do exercício	51.251	
Reserva legal	(2.563)	
Lucro líquido a distribuir	48.688	
Remuneração		
Mínimo obrigatório	(13.552)	
	(13.552)	

Natureza da remuneração		
Dividendos	4.352	
JSCP	9.200	
	13.552	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2021	2020
Saldos iniciais	25	
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	4.352	25
Juros sobre capital próprio declarados	9.200	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.380)	-
Saldos finais	12.197	25

14.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia tem por política contábil não impactar o lucro líquido do exercício com oscilações do lucro justo de hedges de fluxo de caixa, portanto adotando a contabilidade de hedge. Isso implica em reconhecer tais impactos na rubrica "Outros Resultados Abrangentes" o efeito líquido dos impostos diferidos sobre tais itens. **14.4 Reservas de lucros:** **14.4.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **14.4.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. **14.4.3 Reserva de retenção de lucros:** Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovado pela assembleia geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório. **14.5 Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia a obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são com os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia e coligada. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de serviços administrativos; (iii) Dividendos e JCP. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: **15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2021				2020			
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas	Total
Ativo								
Contas a receber e outros (a)	9.324	-	985	10.309	15.688	-	-	-15.688
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (c)	-	-	17.380	17.380	-	-	-	-17.236
Outros ativos (b)	721	-	721	725	725	-	-	725
	9.324	721	18.365	28.410	15.688	725	17.236	33.649
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a) / (b) / (d)	37.504	-	19.685	57.189	38.526	215	18.464	57.205
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (c)	-	12.197	-	12.197	-	25	-	25
Outros passivos (b)	-	215	-	215	-	-	-	-
	37.504	12.412	19.685	69.601	38.526	240	18.464	57.230

	2021				2020			
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas	Total
Resultado do exercício								
Receita operacional líquida (a)	110.055	-	7.099	117.154	128.254	-	1.335	129.589
Custos dos serviços (a)	(372.398)	-	(226.266)	(598.664)	(325.600)	-	(217.021)	(542.621)
Despesas com vendas administrativas (b) / (d)	(163)	-	-	(163)	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido (b)	-	(429)	(486)	(915)	-	(521)	-	(521)
	(262.506)	(1.876)	(219.653)	(484.035)	(197.346)	(1.961)	(215.686)	(414.993)

15.3 Principais Transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 15.1 e 15.2 referem-se a: (a) Referem-se aos contratos que tem por objeto estabelecer os termos e as condições de compra e venda de energia elétrica realizadas entre as partes; (b) Cobrança de *fee* pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo, bem como ao contrato de aluguel com a Neoenergia. (c) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar e dividendos a receber da investida. (d) Referente ao pagamento de royalties do contrato de uso da marca "IBERDROLA", correspondente a 0,9% da Receita Operacional Líquida Ajustada com a Iberdrola Energia, com vigência até 2031.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA VJORA	VJR	CA VJORA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	281	-	108.290	46
Títulos e valores mobiliários	1.455	-	1.386	-
Contas a receber de clientes e outros	157.231	-	193.405	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3	9.263	473
	158.967	3	117.553	194.837
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	101.256	-	-	119.701
Empréstimos e financiamentos	106.957	-	-	115.192
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.244	1.589	-
Passivo de arrendamento	768	-	-	387
	208.981	10.244	1.589	235.280

CA – Custo amortizado
 VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes
 VJR – Valor justo por meio do resultado
16.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.8, (análise de sensibilidade). **16.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de

mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2021		2020	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	108.290	108.290	64.200	64.200
Instrumentos financeiros derivativos	9.266	9.266	12.796	12.796
	117.556	117.556	76.996	76.996
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	11.833	11.833	-	-
	11.833	11.833	-	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	106.957	108.503	115.192	118.834

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **16.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetivo manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quando sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (ii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização do desconto dos fluxos de caixa futuros das curvas do cupom cambial para a ponta ativa e do DI futuro para a ponta passiva, divulgadas pela B3. **16.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco da taxa de juros. O principal instrumento utilizado é *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em RS atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. Os programas a seguir não são designados para contabilidade de *hedge* e são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento		Valor acumulado a receber / recebido ou a pagar / pago	
	2021	2020	(Ano)	2021	2020	2021
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	R\$ 28.994	R\$ 30.280		30.703	36.361	
Passivo	R\$ 20.943	R\$ 24.145	2022 - 2025	(21.438)	(24.523)	
Exposição líquida	9.265	11.838				(2.574)

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do RS frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento		Valor acumulado a receber / recebido ou a pagar / pago	
	2021	2020	(Ano)	2021	2020	2021
NDF						
Desembolso USD Empresa						
Termo	US\$ 10	2022		3		
Exposição líquida				3		3

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurado a fluxo de caixa por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do RS frente ao Euro, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **NC Energia S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.023.261/0001-88 ("Companhia") tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de resultado, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.
Aitor Moso Raigoso
Presidente
Hugo Renato Anacleto Nunes
Titular
Gregório Relanho Cobian
Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da NC Energia S.A., Rio de Janeiro - RJ:

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da NC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Designação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros** Veja a Nota Explicativa nº 12.3 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria
 A Companhia contratou empréstimos e emitiu debêntures que possuem exposição a riscos relacionados às flutuações de taxas de juros e inflação. De forma a se proteger de tais oscilações, a Companhia contrata instrumentos de proteção de fluxo de caixa e designa certos instrumentos como *hedge* de valor justo. A valorização e designação desse instrumento financeiro e a mensuração de sua efetividade requer o cumprimento de certas obrigações formais, e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação a proteção efetiva dos riscos de variação de preço. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desse instrumento financeiro e a avaliação e mensuração do valor justo de tal instrumento financeiro ser complexa, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.
Como auditoria endereçou esse assunto
 • Nossos procedimentos incluíram avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, dos modelos elaborados pela Companhia para a determinação do valor justo do instrumento de dívida designado a valor justo por meio do resultado, utilizando dados extraídos de fontes externas, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Verificamos se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a mensuração do instrumento financeiro a valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento		Efeito acumulado a receber / recebido ou a pagar / pago	
	2021	2020	(Ano)	2021	2020	2021
Desembolso EUR Empresa						
Termo	€ 14	2022		(4)		(4)
Exposição líquida				(4)		(4)

16.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros, derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Ncional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar		(59)	14	28
NDF			5,5850	59	(14)	(28)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Alta do Euro Queda do Euro		(96)	22	45
NDF			6,3210	96	(22)	(45)
Exposição Líquida						



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
 Ao apresentar os resultados de 2021, a Baguari I Geração de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. ("BAGUARI I") é uma companhia de capital fechado estabelecida em 11 de janeiro de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da pequena central hidrelétrica de Baguari I, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da pequena central hidrelétrica de Baguari I, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito; (ii) prestação de serviços de operação e manutenção, assistência técnica, reparos e construção de sistemas relativos à atividade relacionada à produção e/ou, geração, distribuição e transmissão de energia elétrica e desenvolvimento de sistemas de energia elétrica e similares de interesse restrito da pequena central hidrelétrica de Baguari I; (iii) elaborar projetos técnicos na área de energia e correlatos de interesse restrito da pequena hidrelétrica de Baguari I; (iv) organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas; e (v) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, responsável pela construção, manutenção e operação da UHE Baguari, localizado no Estado de Minas Gerais.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Baguari é uma Usina Hidroelétrica (UHE) instalada no rio Doce no estado de Minas Gerais. A energia é gerada através de 4 unidades geradoras, com turbinas tipo Bulbo, de potência iguais, totalizando capacidade instalada da usina de 140 MW. Em 2021, foi gerado o montante bruto de 502.117,43 MWh. O índice de disponibilidade da Usina em 2021 foi de 94,79%; a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 95,29% (ambas acima do valor de referência - 91,24%) e o índice de confiabilidade foi de 99,50%.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	78.058	76.542
Custos dos serviços		(4.030)	(29.022)
Custos com energia elétrica	4	11.539	(10.833)
Custos de operação	5	(15.569)	(18.189)
Lucro bruto		74.028	47.520
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(3.090)	(2.920)
Lucro operacional		70.938	44.600
Resultado financeiro	6	(6.772)	(9.106)
Receitas financeiras		1.203	965
Despesas financeiras		(7.975)	(10.074)
Outros resultados financeiros, líquidos		-	3
Lucro antes dos tributos		64.166	35.494
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(20.148)	(10.139)
Corrente		(10.878)	(7.492)
Diferido		(9.270)	(2.647)
Lucro líquido do exercício		44.018	25.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	44.018	25.355
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	44.018	25.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	89.283	9.840	19.098	36.584	-	44.018	154.805
Destinações:							
Reserva legal (nota 17.2a)	-	2.201	-	-	-	(2.201)	-
Reserva de retenção de lucros (nota 17.2a)	-	-	30.313	-	-	(30.313)	-
Juros sobre capital próprio (nota 17.2a)	-	-	-	-	-	(6.997)	(6.997)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 17.2a)	-	-	-	-	-	(4.507)	(4.507)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	89.283	12.041	49.411	19.584	-	170.319	337.611
Saldos em 31 de dezembro de 2019	89.283	8.572	2.063	36.584	16.860	25.355	153.364
Destinações:							
Reserva legal (nota 17.2a)	-	1.268	-	-	-	(1.268)	-
Reserva de retenção de lucros (nota 17.2a)	-	-	17.035	-	-	(17.035)	-
Juros sobre capital próprio (nota 17.2a)	-	-	-	-	-	(6.865)	(6.865)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 17.2a)	-	-	-	-	-	(187)	(187)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	89.283	9.840	19.098	36.584	-	44.018	154.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Baguari I" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro e constituída em 11 de janeiro de 2006 que tem como propósito específico participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51%, tendo como sócias outras Sociedades com Propósito Específico que detêm 49% e é formada por CEMIG e Furnas. Em agosto de 2006, o Consórcio firmou junto à União o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, com prazo de 35 anos. Através da Resolução Homologatória nº 2.932 de 14/09/2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL alterou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. Desta forma, o prazo de outorga da UHE Baguari teve um acréscimo de 1.678 dias, alterando a data do fim da concessão da Usina de 14/08/2041 (35 anos) para 19/03/2046 (39 anos). A Companhia foi designada como líder do Consórcio, sendo responsável perante a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pelo cumprimento do Contrato de Concessão, bem como pela apresentação dos relatórios e informações técnicas, financeiras e contábeis das atividades realizadas pelo consórcio. O Consórcio UHE Baguari foi responsável pela construção da usina, que iniciou sua operação comercial em setembro de 2009, sendo, atualmente, responsável pela sua operação. A UHE Baguari está localizada no Rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia é gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e teve sua garantia física alterada para 84,70 MW médios, conforme Portaria nº 178/2017. Como retribuição pela outorga da concessão da exploração do potencial de energia hidráulica da Usina Hidrelétrica Baguari, o Consórcio recolherá à União parcelas mensais decorrentes da entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica de Baguari (UHE) ao 39º ano de concessão, inclusive, contados da data da assinatura do contrato de concessão (15 de agosto de 2006), ou enquanto estiverem na exploração da UHE. O pagamento anual proposto nos anos de 2016 e 2015 ficou sob a responsabilidade integral das consorciadas Baguari Energia e a Companhia. A Companhia no exercício de 2021 comercializou sua energia junto ao pool de 35 distribuidoras brasileiras por meio dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR com vencimentos em 2039. 1.1 **CORONAVÍRUS ("COVID-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico ("GSF") e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19. 1.2 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser repudiada por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1 **Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação %
Receita Operacional Bruta	88.619	87.219	1,61
Receita Operacional Líquida	78.058	76.542	1,98
Margem Operacional Líquida	74.028	47.520	55,78
EBITDA	81.286	57.436	41,5
Resultado Financeiro	(6.772)	(9.106)	(25,63)
Lucro Líquido	44.018	25.355	73,61
Margem Operacional (%)	94,84%	62,08%	32,75
Margem EBITDA (%)	104,14%	75,04%	29,10
Margem Líquida (%)	56,39%	33,13%	23,27

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/21	dez/20	Variação %
Ativo Total	322.774	308.200	4,73
Dívida Bruta	55.685	69.885	(20,32)
Dívida Líquida ⁽³⁾	27.156	54.796	(50,44)
Patrimônio Líquido	170.319	154.805	10,02

(2) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida (3) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/21	dez/20	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	0,33	0,95	(64,98)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	12,00	6,31	90,3

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação (R\$)	Variação %
Lucro líquido (A)	44.018	25.355	18.663	73,61
Receitas financeiras (B)	1.203	965	238	24,66
Despesas financeiras (C)	(7.975)	(10.074)	2.099	(20,84)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	-	3	(3)	(100,00)
IR e CSL (E)	(20.148)	(10.139)	(10.009)	98,72
Depreciação (F)	(10.348)	(12.836)	2.488	(19,38)
EBITDA = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)	81.286	57.436	23.850	41,52

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	44.018	25.355
Lucro líquido do exercício	44.018	25.355
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	10.348	12.836
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	5.357	1.346
Tributos sobre o lucro	20.148	10.139
Resultado financeiro, líquido	6.772	9.106
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(18.489)	-
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	2.977	(1.426)
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	(264)	614
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	115	27
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(6.144)	(3.182)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	4.797	(2.084)
Outros ativos e passivos, líquidos	(2.695)	(4.204)
Caixa líquidos proveniente das operações	66.940	48.527
Encargos de dívidas pagos	(4.859)	(5.949)
Rendimento de aplicação financeira	1.344	678
Pagamento de juros - Arrendamentos	(12)	(13)
Tributos sobre o lucro pagos	(2.694)	(2.658)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	60.719	40.585
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.428)	(637)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(10.428)	(637)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(13.895)	(13.895)
Depósitos em garantias	(282)	(164)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(135)	(68)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(22.539)	(24.956)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(36.851)	(39.083)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	13.440	865
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.089	14.224
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.529	15.089
Transações que não envolveram caixa:		
Provisão licença ambiental	5.312	25.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

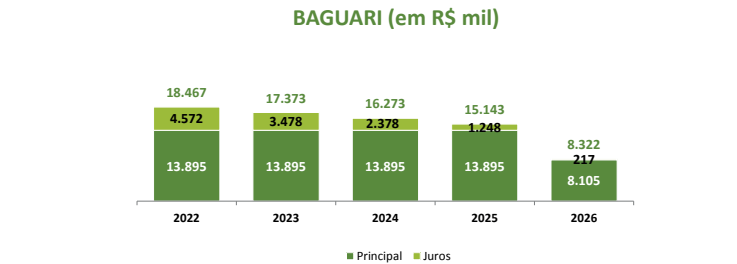
CNPJ nº 07.799.995/0001-41

Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui sua dívida uniforme até 2025, sendo 100% do volume referente ao financiamento contratado junto ao BNDES.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 30/06/2017, e renovado em 26/05/2021, com vigência de 12 (doze) meses, no valor de R\$62.848,38.

O serviço de auditoria relacionado à auditoria contempla a Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Baguari I Geração de Energia S.A. ("Baguari I"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Baguari I e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Baguari I.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Baguari I sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Circulante	Notas	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.529	15.089
Contas a receber de clientes e outros	9	10.645	13.622
Outros ativos circulantes	12	8.035	7.048
Total do circulante		47.209	35.759
Não circulante			
Depósitos Judiciais	16,1	2.136	6.479
Outros ativos não circulantes	12	4.025	4.262
Direito de Uso		126	163
Imobilizado	10	233.297	237.071
Intangível	11	35.981	24.466
Total do não circulante		275.565	272.441
Total do ativo		322.774	308.200
Passivo Circulante	Notas	2021	2020
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	13	1.467	1.731
Empréstimos e financiamentos	14	14.107	14.123
Passivo de arrendamento		69	77
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		200	85
Tributos sobre o lucro a recolher	7,1.2	7.945	4.768
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7,2.1	2.464	2.378
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	455	441
Dividendos e juros sobre capital próprio	17,2	10.937	6.022
Provisões	16	717	717
Outros passivos circulantes		109	107
Total do circulante		38.463	30.449
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	41.585	55.762
Passivo de arrendamento		30	93
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7,2.1	442	550
Tributos sobre o lucro diferidos	7,1.1	17.842	8.572
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	3.616	3.128
Provisões	16	50.476	54.840
Outros passivos não circulantes		1	1
Total do não circulante		113.992	122.946
Patrimônio líquido	17	170.319	154.805
Atribuído aos acionistas da Companhia		170.319	154.805
Total do patrimônio líquido		170.319	154.805
Total do passivo e do patrimônio líquido		322.774	308.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de comercialização e distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. Realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
- Banco do Brasil	-	-	AA
- Bradesco	AAA	AAA	AAA
- BNDES	-	AAA	-

1.3 **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	2021	
	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022	30.600
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022	337.611
Veículos - Executivo	31/05/2021 a 31/05/2022	100% FIPE
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2021 a 15/06/2022	262
Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.		

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 07.799.995/0001-41 |
 Companhia Fechada |
 Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.
2.6 Participações em consórcio: A Sociedade participa com 51% no Consórcio UHE Baguari, liderado pela Baguari I, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação:
 • Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade na proporção da sua participação;
 • O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia;
 • Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes. Os balanços patrimoniais do Consórcio UHE Baguari, levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumarizados como segue:

	Balancos Patrimoniais	
	2021	2020
Ativo	488.049	509.644
Circulante	20.882	16.614
Não circulante	467.167	493.030
Passivo	488.049	509.644
Circulante	31.160	36.082
Não circulante	70.482	74.811
Patrimônio líquido	386.407	398.751
	Demonstrações de Resultado	
	2021	2020
Fonte de recurso das consorciadas	17.409	26.163
Recursos recebidos	522	802
Total dos recursos recebidos das consorciadas	17.931	26.965
Despesas operacionais	(36.155)	(45.289)
	(18.224)	(18.324)

a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se a sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia	87.080	83.154
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.539	4.065
Receita operacional bruta	88.619	87.219
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(10.561)	(10.677)
Receita operacional, líquida	78.058	76.542
3.1 Deduções de receita bruta:		

	2021	2020
Tributos		
PIS e COFINS	(8.197)	(8.068)
	(8.197)	(8.068)
Encargos setoriais		
Outros encargos¹	(2.364)	(2.609)
	(2.364)	(2.609)
	(10.561)	(10.677)

(¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TSFE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hidricos (CFURH);
3.2 Política contábil e julgamento críticos:
a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), onde a comercialização de energia elétrica onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD").
b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(3.060)	(5.806)
Energia curto prazo - PLD e MRE	(822)	(2.496)
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF (nota 11)	18.489	-
Outros	(33)	(39)
Subtotal	14.574	(8.341)
Créditos PIS e COFINS	390	696
Total	14.964	(7.645)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(3.769)	(3.509)
Subtotal	(3.769)	(3.509)
Créditos de PIS e COFINS	344	321
Total	(3.425)	(3.188)
Total dos custos com energia elétrica	11.539	(10.833)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2021			2020		
	Custos de ope- ração	Outras Recel- tas/ Despesas gerais e adm- nistrativas	Total	Custos de ope- ração	Outras Recel- tas/ Despesas gerais e adm- nistrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	-	(1.846)	(1.846)	-	(1.166)	(1.166)
Serviços de terceiros	(4.341)	(1.154)	(5.495)	(4.387)	(378)	(4.765)
Depreciação e amortização	(10.348)	-	(10.348)	(12.836)	-	(12.836)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(880)	(90)	(970)	(966)	(1.369)	(2.342)
Total	(15.569)	(3.090)	(18.659)	(18.189)	(2.920)	(21.109)

(¹) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.344	678
(-) Tributos sobre receita financeira	(65)	(47)
Atualização de depósitos judiciais	(76)	334
	1.203	965
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(4.839)	(5.893)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(2.133)	(3.593)
Outras despesas financeiras	(1.003)	(588)
	(7.975)	(10.074)

Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	-	3
	-	3

Resultado financeiro líquido	(6.772)	(9.106)
-------------------------------------	---------	---------

(¹) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre divida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).
7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	64.166	35.494
Tributos sobre o lucro as alíquotas da legislação - 34%	(21.816)	(12.068)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	2.379	2.334
Incentivos fiscais	4	5
Outras adições (reversões) permanentes	(715)	(410)
	(20.148)	(10.139)
Tributos sobre o lucro	31%	29%
Corrente	(10.878)	(7.492)
Diferido	(9.270)	(2.647)

Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2021	2020
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	1.791	1.541
PLR	56	-
Depreciação acelerada	(13.647)	(10.152)
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(6.057)	-
Outros	15	39
Total	(17.842)	(8.572)
Passivo não circulante	(17.842)	(8.572)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(8.572)
Efeitos reconhecidos no resultado	(9.270)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(17.842)

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(9.925)
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.647)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(8.572)

7.1.2 Tributos correntes ativos e passivos:

	2021	2020
IRPJ	6.030	3.700
CSLL	1.915	1.068
Passivo	7.945	4.768
Circulante	7.945	4.768

7.1.3 Política contábil e julgamentos críticos:
a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.
b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.
7.2 Outros tributos:
7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2021	2020
Programa de integração social - PIS	117	108
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	543	499
Impostos e contribuições retidos na fonte	589	1.121
Outros	177	-
Outros tributos a recolher	1.426	1.728
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.056	550
Outros	424	650
Encargos Setoriais	1.480	1.200
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	2.906	2.928
Circulante	2.464	2.378
Não Circulante	442	550

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.501	781
Fundos de Investimento	27.028	14.308
Total	28.529	15.089
As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.		

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021	2020
Receível	Receível	
Fornecimento de energia	10.552	9.601
Comercialização de energia na CCEE	93	4.021
Total	10.645	13.622

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2021	2020
Receível	Receível	
	10.645	13.622
9.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos. Para determinar as estimativas relacionados as condições atuais e futuras de inadimplências dos recebíveis, a administração considera imputes macroeconômicos e do setor específico de cada carteira de clientes. A companhia não possui histórico de inadimplência e a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.		

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	2021	2020
Receível	Receível	
	10.645	13.622
Centrais de Construção e hidroeletricitas	terrenos	Outros
2,00% - 16,70%	2,00% - 4,00%	6,30%
Taxa de depreciação a.a		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	207.579	12.235
Adições	-	46
Baixas	(939)	(33)
Depreciação	(7.077)	(330)
Transferências entre classes	(4.203)	-
Transferências outros ativos	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	195.360	11.905
Custo	279.165	15.933
Depreciação acumulada	(83.805)	(4.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	207.079	12.572
Adições	136	-
Baixas	-	-
Depreciação	(9.600)	(337)
Transferências entre classes	9.964	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	207.579	12.235
Custo	286.704	15.934
Depreciação acumulada	(79.125)	(3.699)

10.1 Política Contábil:
a) Política contábil: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *(impairment)*. A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.
b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação *(impairment)* destes ativos, quando aplicáveis.

11. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Software	Outros:	Ativos em formação	Total
Taxa de amortização a.a.	2,86%	20%	3,97%		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.193	122	23.151	-	24.466
Adições	-	-	-	18.561	18.561
Baixas	-	-	(4.386)	-	(4.386)
Amortização	(542)	(31)	(2.087)	-	(2.660)
Transferências - entre intangíveis	18.561	-	-	-	(18.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.212	91	16.678	-	35.981
Custo	20.599	164	20.869	-	41.632
Amortização acumulada	(1.387)	(73)	(4.191)	-	(5.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	153	1.879	-	2.032
Amortização	(685)	(1.714)	(422)	-	(2.821)
Transferências - outros¹	1.878	1.683	21.694	-	25.255
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.193	122	23.151	-	24.466
Custo	2.038	163	25.256	-	27.457
Amortização acumulada	(845)	(41)	(2.105)	-	(2.991)

(¹) Licenças de operação R\$ (4.386) e amortização acumulada de R\$ (2.087).
 Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco não hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEL através da Resolução Normativa nº 995 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica. Em 02 de marco de 2021, após os cálculos divulgados pela CCEE, a Companhia reconheceu uma adição de R\$ 198 ao intangível reconhecido, que equivale ao acréscimo de 15 dias em seu prazo de concessão. Em 10 de setembro de 2021, após os novos cálculos divulgados pela CCEE em razão do advento da Lei 14.182/21, a Companhia reconheceu uma adição de R\$ 18.292 ao intangível reconhecido, que equivale ao acréscimo de 1.663 dias em seu prazo de concessão. O total do intangível reconhecido foi de R\$ 18.561, equivalente a um acréscimo de 1.678 dias em seu prazo de concessão. Esse total representa valores de ressarcimento que a Companhia tem direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e já acrescidos de um custo de capital próprio equivalente a 9,63%.
11.1 Política contábil: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *(impairment)*. Os bens e

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 07.799.995/0001-41 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impetrada em setembro de 2002, e o instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina hidrelétrica Baguari. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Ref.	Provisões Ambientais
Saldos em 31 de dezembro de 2020		36.839
Ajuste ao valor presente	(a)	(5.312)
Pagamentos/Indenizações		(871)
Atualização		1.400
Saldos em 31 de dezembro de 2021		32.056
Saldos em 31 de dezembro de 2019		10.830
Constituição		25.255
Pagamentos/Indenizações		(766)
Atualização		1.520
Saldos em 31 de dezembro de 2020		36.839

a) Em 2021, visando cumprir as condicionantes da 2ª Renovação das Licenças de Operação e de Instalação da Usina, foi realizado o ajuste ao valor presente no montante de R\$ (5.312).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social é de R\$ 89.283, correspondente a 89.283 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	Lote de mil ações	
	Ordinárias	
	ON	%
Neoenergia S.A.	89.283	100%
Total de ações	89.283	100%

17.2 **Remuneração aos acionistas:** a) **Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Baguari Geração de Energia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2021
Lucro líquido do exercício	44.018
Reserva legal	(2.201)
Lucro líquido ajustado	41.817
Destinação para reserva de retenção de lucros	(30.313)
Lucro líquido a distribuir	11.504
Remuneração	(11.504)
Mínima obrigatória	(11.504)

Natureza da remuneração	
Dividendos	4.507
JSCP	6.997
	11.504

Remuneração total por ação 0,13
Os valores pagos aos acionistas da Baguari I Energia Eletrica S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$) ON
2021			
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendos	187	0,0020944637
RCA de 23 de junho de 2021	JCP	3.483	0,0390107859
	Dividendos sobre reserva especial	17.000	0,1904057883
RCA de 19 de julho de 2021	JCP	3.514	0,0393579965
RCA de 08 de dezembro de 2021		24.184	
2020			
AGOE de 17 de abril de 2020	Dividendos	16.863	0,1888713417
RCA de 10 dezembro de 2020	JCP	6.865	0,0768903375
		23.728	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2021	2020
Saldos iniciais	6.022	8.093
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	21.507	17.050
Juros sobre capital próprio declarados	6.997	6.865
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.050)	(1.030)
Dividendos pagos no exercício	(16.704)	(16.863)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(5.835)	(8.093)
Saldos finais	10.937	6.022

17.3 **Reservas de lucros:** 17.3.1 **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 17.3.2 **Reserva de retenção de lucros:** Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovado pela assembleia geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório. 17.3.3 **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** O artigo 202 da Lei 6.404/1976 permite que a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, retenha o dividendo mínimo obrigatório, mediante comprovação de que o mesmo seja incompatível com a situação financeira da Empresa. Foi deliberado em 19/07/2021, segundo Reunião do Conselho de Administração, o montante de R\$ 17.000 de dividendos adicionais a partir da reserva. 17.4 **Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

18. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iv) compartilhamento de mão de obra; O Despacho Aneel de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um aumento do custo incremental de R\$ 1.061 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 485 em 31 de dezembro de 2020). As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações

financeiras são apresentados abaixo: 18.1 **Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2021			2020		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acio-nista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	1.887	-	1.887	1.752	-	1.752
Outros ativos (f)	-	-	-	12	-	12
	1.887	-	1.887	1.764	-	1.764

Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)/(c)/(d)	149	670	819	289	-	289
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	10.937	10.937	-	6.022	6.022
Outros Passivos (f)	108	-	108	106	-	106
	257	11.607	11.864	395	6.022	6.417

18.2 **Transações com partes relacionadas:**

	2021			2020		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acio-nista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a)	15.540	-	15.540	14.834	-	14.834
Custos dos serviços (b)/(c)/(d)	(5.533)	-	(5.533)	(7.967)	-	(7.967)
Despesas gerais e administrativas (f)	(1.061)	(670)	(1.731)	(485)	-	(485)
	8.946	(670)	8.276	6.382	-	6.382

18.3 **Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas nos itens 18.1 e 18.2 referem-se a: (a) Contratação de Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), com as empresas Neoenergia COELBA, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia COSERN e Neoenergia Elektro, conforme resultado do 1º Leilão para Contratação das Concessões e Autorizações para Produção de Energia Elétrica e para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração ("LEILAO"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 16 de dezembro de 2005 com vigência entre 2006 e 2039. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IPCA; (b) Contrato de compra e venda de energia elétrica com a NC Energia, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%;, com vigência até 2022. (c) Refere-se ao pagamento de royalties do contrato de uso da marca "IBERDROLA", correspondente a 0,9% da Receita Operacional Líquida Ajustada com a Iberdrola Energia, com vigência até 2031. (d) Contrato para prestação de serviços do Consórcio Baguari com Neoenergia Operação e Manutenção; corrigido corrigido pela variação do IPCA, com vigência até 2022. (e) Dividendos e JCP a pagar para a Controladora Neoenergia; (f) Projeto de Compartilhamento de pessoal aprovado pela Aneel entre as empresas do grupo Neoenergia.

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.501	27.028	781	14.308
Contas a receber de clientes e outros	10.645	-	13.622	-
	12.146	27.028	14.403	14.308
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.467	-	1.731	-
Empréstimos e financiamentos	55.685	-	69.885	-
Passivo de arrendamento	99	-	170	-
Uso do bem público	4.071	-	3.569	-
	61.322	-	75.355	-

CA - Custo amortizado; VJR - Valor justo por meio do resultado.

19.2 **Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.2 (e), (análise de sensibilidade). **a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2021		2020	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	27.028	27.028	14.308	14.308
	27.028	27.028	14.308	14.308

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2

Empréstimos e financeiros 55.685 55.685 69.885 69.885
Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **c) Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas

de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **d) Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **e) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no Exercício (Saldo/Noção)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	Queda CDI do CDI	9,15%	35.232	3.224	(806)	(1.612)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos						
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	6,08%	(63.889)	(5.284)	(971)	(1.942)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Paulo Werberich - Presidente
Titulares
Eduardo Capelastegui Saiz
Mariane Carvalho Medeiros
Leonardo Pimenta Gadelha
DIRETORIA EXECUTIVA
Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente
Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Rodolfo Fernandes da Rocha - Diretor de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho - Diretor de Regulação
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-115915/O-3
Contadora
Luciana Maximino Maia
Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Baguari I Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

JOSÉ PAULO WERBERICH
EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ
MARIANE CARVALHO MEDEIROS
LEONARDO PIMENTA GADELHA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Baguari I Geração de Energia S.A, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.799.995/0001-41, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Baguari, alusivas ao período findo em 31.12.2021; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Baguari, relativas ao período findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente**
Renato de Almeida Rocha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor de Planejamento e Controle**
Fabiano Carvalho Rosa - **Diretor de Regulação**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Acionistas da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. Rio de Janeiro - RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos

nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles inter-

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Consórcio UHE Baguari para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6





CNPJ nº 08.274.591/0001-05

Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A

GERAÇÃO CIII S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
 Ao apresentar os resultados de 2021, a Geração CIII S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. (“GERAÇÃO CIII”) é uma companhia de capital fechado estabelecida em 31 de julho de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da UHE Corumbá III, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da UHE Corumbá III, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, (ii) prestação de serviços de operação e manutenção, assistência técnica, reparos e construção de sistemas relativos à atividade relacionada à produção e/ou geração, distribuição e transmissão de energia elétrica e desenvolvimento de sistemas de energia elétrica e similares de interesse restrito da UHE Corumbá III; (iii) elaborar projetos técnicos na área de energia e correlatos de interesse restrito da UHE Corumbá III; (iv) organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e (v) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui participação de 60% no Consórcio Corumbá III e 25% na Energética Corumbá III que opera a UHE Corumbá III, localizada no estado de Goiás.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Corumbá III é uma usina hidroelétrica instalada no rio Corumbá, no estado de Goiás. O local do barramento se encontra cerca de 125km de Brasília e 274km de Goiânia. A usina possui duas unidades geradoras com turbinas Francis vertical, , uma Unidade Geradora com 47,80 MW e outra Unidade Geradora com 48,64 MW totalizando 96,45MW de potência instalada da usina. O contrato de concessão termina em 14/02/2037.

Em 2021, foi gerado o montante bruto de 268.444,95 MWh. O índice de disponibilidade da usina em 2021 foi de 98,40%; a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 98,23% (ambas acima do valor de referência – 96,45%) e o índice de confiabilidade foi de 98,71%.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	84.740	70.936
Custos dos serviços		(10.368)	(30.432)
Custos com energia elétrica	4	2.618	(12.857)
Custos de operação	5	(12.986)	(17.575)
Lucro bruto		74.372	40.504
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(3.863)	(1.501)
Equivalência patrimonial	10	9.646	5.046
Lucro operacional		80.155	44.049
Resultado financeiro	6	(5.158)	(6.161)
Receitas financeiras		1.300	576
Despesas financeiras		(6.369)	(6.763)
Outros resultados financeiros, líquidos		(89)	26
Lucro antes dos tributos		74.997	37.888
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(18.396)	(9.635)
Corrente		(11.310)	(4.213)
Diferido		(7.086)	(5.422)
Lucro líquido do exercício		56.601	28.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	56.601	28.253
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	56.601	28.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucro				Lucros	
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	175.075	11.683	19.451	54.010	-	260.219
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.601	-
Dividendos propostos com reserva (nota 17.2)	-	-	-	(22.000)	-	(22.000)
Destinações:						
Reserva legal (nota 17.3.1)	-	2.830	-	-	(2.830)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17.2)	-	-	-	-	(11.929)	(11.929)
Reserva de retenção de lucros (nota 17.3.3)	-	-	38.538	-	(38.538)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 17.2)	-	-	-	-	(3.304)	(3.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	175.075	14.513	57.989	32.010	-	279.587
Saldos em 31 de dezembro de 2019	175.075	10.270	4.709	54.010	16.256	260.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.253	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(16.256)	(16.256)
Destinações:						
Reserva legal (nota 17.3.1)	-	1.413	-	-	(1.413)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 17.2)	-	-	-	-	(12.098)	(12.098)
Reserva de retenção de lucros (nota 17.3.3)	-	-	14.742	-	(14.742)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	175.075	11.683	19.451	54.010	-	260.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

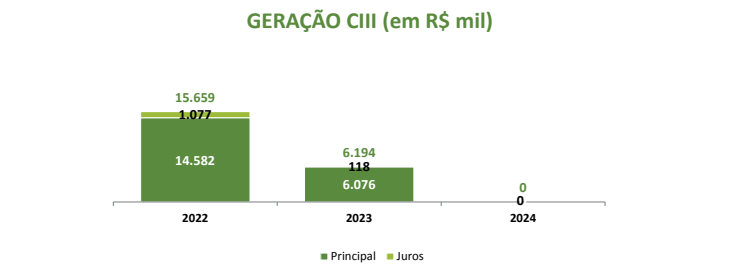
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração CIII S.A. (“Geração CIII” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada integralmente pela Neoenergia S.A., constituída em 31 de julho de 2006, com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III. O consórcio é formado pela Geração CIII (60%) e pela Energética Corumbá III (40%). Importante ressaltar que a Geração CIII possui ainda 25% de participação na Energética Corumbá III, onde também participam a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). A UHE Corumbá III tem capacidade instalada de 96,45MW e iniciou sua operação comercial em outubro de 2009. Sua garantia física é comercializada através de contrato firmado com a Companhia Energética de Brasília (CEB), com vigência até 2036. Essa energia irá suprir 10% da demanda de Brasília, ocupando um papel estratégico no país: em caso de problemas ou crise no abastecimento de energia, será a UHE Corumbá III a responsável por garantir o abastecimento dos 3 poderes federais no Distrito Federal. O contrato de concessão termina em 22/04/2040. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 24.683 (R\$ 17.887 em 31 de dezembro de 2020) e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. 1.1. **CORONAVÍRUS (“COVID-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico (“GSF”) e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”). A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos o Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e de crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de

riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem, principalmente, as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de Inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. 1.2.1.2. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz também os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 14). 1.2.1.3. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de comercialização e distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui sua dívida contratada junto ao BNDES com vencimento previsto para 2023.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017, e renovado em 26/05/2021, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria das Demonstrações Contábeis	73.323	100	12

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração CIII S.A. (“Geração CIII”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração CIII e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração CIII.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração CIII sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	26.688	20.633
Contas a receber de clientes e outros	9	9.652	9.118
Estoques		350	337
Dividendos		2.420	1.360
Despesas pagas antecipadamente		300	282
Outros ativos circulantes		824	1.988
Total do circulante		40.234	33.718
Não circulante			
Despesas pagas antecipadamente		1.683	1.805
Outros ativos não circulantes		1.674	748
Investimentos em participação societária	10	61.789	54.491
Direito de uso		43	114
Imobilizado	11	275.364	271.821
Intangível	12	19.374	4.720
Total do não circulante		359.927	333.699
Total do ativo		400.161	367.417
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	13	2.906	3.453
Empréstimos e financiamentos	14.2	13.432	14.681
Passivo de arrendamento		43	76
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	8.232	1.772
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	3.256	2.623
Dividendos e juros sobre capital próprio	17.2	34.278	26.539
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	2.700	1.934
Outros passivos circulantes		520	528
Total do circulante		64.917	51.606
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	13	745	745
Empréstimos e financiamentos	14.2	425	14.042
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	1.127	1.137
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	12.508	5.422
Provisões	16	25.179	20.688
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	15.006	13.034
Outros passivos não circulantes		667	523
Total do não circulante		55.657	55.591

Patrimônio líquido	17		
Atribuído aos acionistas da Companhia		279.587	260.219
Total do patrimônio líquido		279.587	260.219
Total do passivo e do patrimônio líquido		400.161	367.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

com a regulamentação do setor. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional (1)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
Bradesco			AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA

1) MUFG e MorganStanley possuem ratings apenas em escala global.

1.3. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	2021	
Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2021 a 31/05/2022	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022	2.100.000
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2021 a 31/05/2022	84

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 29 de março de 2022. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a). 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
11.1	Imobilizado
16.1	Provisão para processos judiciais
19.2	Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

GERAÇÃO CIII S.A.

CNPJ nº 08.274.591/0001-05 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC .

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.
2.6. Participação em consórcio: A Companhia participa com 60% no Consórcio Empreendedor Corumbá, liderado pela Geração CIII, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação:

- Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação;
- O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia;
- Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes.

Os balanços patrimoniais do Consórcio Empreendedor Corumbá, levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumarizados como segue:

	Balancos Patrimoniais	
	2021	2020
Ativo	483.561	476.552
Circulante	2.237	2.170
Não circulante	481.224	474.382
Passivo	483.561	476.552
Circulante	3.729	3.203
Não circulante	43.074	36.793
Patrimônio líquido	436.758	436.556

	2021	2020
Aportes recebidos	16.293	15.070
Ressarcimento de despesas	(16.293)	(15.070)
Despesa de depreciação e amortização	(10.795)	(10.436)
Excesso das despesas operacionais sobre os aportes	(10.795)	(10.436)

a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integram têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia	93.862	78.802
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.602	1.593
Receita operacional bruta	95.464	80.395
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(10.724)	(9.459)
Receita operacional, líquida	84.740	70.936

	2021	2020
Tributos		
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o F		
nanciamento da Seguridade Social - COFINS	(8.830)	(7.437)
	(8.830)	(7.437)

	2021	2020
Encargos setoriais		
Outros encargos ¹	(1.894)	(2.022)
	(1.894)	(2.022)
Total	(10.724)	(9.459)

⁽¹⁾ Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH).

3.2. Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(8.565)	(11.015)
Energia curto prazo – PLD e MRE	(2.025)	(1.030)
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF (nota 12)	14.181	-
Outros	(25)	(34)
Subtotal	3.566	(12.079)
Créditos PIS e COFINS	1.057	1.197
Total	4.623	(10.882)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(14)	(23)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.190)	(2.152)
Subtotal	(2.204)	(2.175)
Créditos de PIS e COFINS	199	200
Total	(2.005)	(1.975)
Total dos custos com energia elétrica	2.618	(12.857)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas		
Custos de operação		
Pessoal	(2.181)	(2.181)
Administradores	(176)	(176)
Serviços de terceiros	(5.353)	(1.141)
Depreciação e amortização	(6.006)	(85)
Outras receitas e despesas, líquidas ¹	(1.627)	(280)
Total	(12.986)	(3.863)
Outras Despesas gerais e administrativas		
Custos de operação		
Pessoal	(1.507)	(1.507)
Administradores	(170)	(170)
Serviços de terceiros	(330)	(7.382)
Depreciação e amortização	(9.445)	(92)
Outras receitas e despesas, líquidas ¹	(1.907)	(1.078)
Total	(17.575)	(1.501)

⁽¹⁾ Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.356	483
(-) Tributos sobre receita financeira	(64)	(30)
Outras receitas financeiras	8	123
	1.300	576
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ¹	(1.831)	(2.555)
Atualização de provisões para processos judiciais	(486)	242
Uso do bem público	(3.966)	(4.384)
Outras despesas financeiras	(86)	(66)
	(6.369)	(6.763)

	2021	2020
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações monetárias	(89)	(14)
Ganhos com variações monetárias	-	40
	(89)	26
Resultado financeiro líquido	(5.158)	(6.161)

⁽¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação;

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%).
7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	74.997	37.888
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(25.499)	(12.882)
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	4.056	4.113
Incentivo fiscal	8	99
Resultado de participações societárias	3.382	1.818
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	(2.691)
Outras adições (reversões) permanentes	(343)	(92)
Tributos sobre o lucro	(18.396)	(9.635)
Alíquota efetiva	25%	25%
Corrente	(11.310)	(4.213)
Diferido	(7.086)	(5.422)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2021	2020
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	285	80
Depreciação acelerada	(8.243)	(5.510)
Ressarcimento do Risco Hidrológico - GSF	(4.822)	-
Outros	272	8
Passivo não circulante	(12.508)	(5.422)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.262	1.481
Efeitos reconhecidos no resultado	1.970	291
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.232	1.772

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.
b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.
7.2. Outros tributos:
7.2.1. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	6	18
Programa de Integração social - PIS	135	104
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	626	480
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.949	1.986
Outros	122	5
Outros tributos a recolher	2.838	2.593
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.336	1.137
Outros	209	30
Encargos setoriais	1.545	1.167
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	4.383	3.760
Circulante	3.256	2.623
Não circulante	1.127	1.137

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	340	2.515
Fundos de investimento	26.348	18.118
Total	26.688	20.633
As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.		

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	340	2.515
Fundos de investimento	26.348	18.118
Total	26.688	20.633

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021	2020
Fornecimento de energia	9.507	7.614
Comercialização de energia na CCEE	145	1.504
Total	9.652	9.118

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2021	2020
Receível	9.507	7.614
Receível	9.507	7.614

9.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos. A Companhia não possui histórico de inadimplência e a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui participação acionária de 25% na investida Energética Corumbá III S.A., cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Ágio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.163	10.328	54.491
Equivalência patrimonial	9.946	-	9.946
Amortização de ágio	-	(300)	(300)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.348)	-	(2.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.761	10.028	61.789
Saldos em 31 de dezembro de 2019	43.281	10.628	53.909
Equivalência patrimonial	5.344	-	5.344
Amortização de ágio	-	(300)	(300)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(4.462)	-	(4.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.163	10.328	54.491

Ao longo de 2021, a Companhia recebeu da investida R\$ 1.288 de dividendos

Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício da investida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	37.172	18.736
Imobilizado	203.042	201.781
Intangível	12.324	3.196
Outros ativos	13.222	12.735
Total de ativos	265.760	237.372

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	15.620	24.624
Provisões para litígios	16.782	13.825
Outros passivos	26.320	22.378
Total de passivos	58.722	60.827
Patrimônio líquido	207.038	176.545

	2021	2020
Demonstração do resultado		
Receita operacional, líquida	65.868	52.246
Custo de bens e serviços vendidos	(15.553)	(21.513)
Resultado bruto	50.315	30.733
Receitas (despesas) operacionais	(3.570)	(2.876)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	46.745	27.857
Receitas (despesas) financeiras	(4.216)	(4.114)
Lucro antes dos impostos	42.529	23.743
Imposto de renda e contribuição social	(1.872)	(2.108)
Lucro líquido do exercício	40.657	21.635

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
	2,50% -	2,00% -	3,10% -	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	180.860	52.456	29	38.476	271.821

Adições	-	-	-	10.735	10.735
Baixas	(438)	-	(1)	(636)	(1.075)
Depreciação	(5.673)	(451)	(3)	-	(6.127)
Transferências entre classes	6.393	543	-	(6.936)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	10	10
Saldos em 31 de dezembro de 2021	181.142	52.548	25	41.649	275.364
Custo	245.658	57.045	55	41.649	344.407
Depreciação acumulada	(64.516)	(4.497)	(30)	-	(69.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	180.778	51.073	77	37.259	269.187

Adições - | - | - | 13.553 | 13.553 || Baixas | (483) | - | (40) | - |

de 2021 (R\$ 881 em 31 de dezembro de 2020) com expectativa de perda possível, referente à auto de infração lavrado em razão da suposta falta de anotação no livro registro de apuração o valor correspondente ao diferencial de alíquota incidente na operação de aquisição das mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado. **c) Depósitos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas nos montantes de R\$ 0 e R\$ 9, respectivamente. **d) Política contábil e julgamentos críticos:** (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamentos críticos. Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social é de R\$ 175.075, correspondente a 175.074.501 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

Acionistas			
	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	175.074.501	100%	175.075
Total de ações em circulação	175.074.501	100%	175.075

17.2. **Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Geração CIII S/A foi calculada da seguinte forma:

	2021
Lucro líquido do exercício	56.601
Reserva legal	(2.830)
Lucro líquido ajustado	53.771
Destinação para reserva de retenção de lucros	(38.538)
Lucro líquido a distribuir	15.233
Remuneração	
Mínimo obrigatório	15.233
	15.233
Natureza da remuneração	
JCP	11.929
Dividendos	3.304
	15.233
Remuneração total por ação	0,087

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital próprio e dividendos:

Valor por ação (R\$)			
Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	ON
2021			
RCA de 19 de julho de 2021	Dividendos	22.000	0,1256604312
RCA de 08 de dezembro de 2021	JCP	11.929	0,0681365129
		33.929	
2020			
AGO de 17 de abril de 2020	Dividendos	16.256	0,0928516350
AGO de 17 de abril de 2020	Ratificação de JCP	15.982	0,0912865914
RCA de 18 de dezembro de 2020	JCP	12.098	0,0691018135
		44.336	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2021	2020
Saldos iniciais	26.539	15.903
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados no exercício	25.304	26.539
Juros sobre capital próprio declarados	11.929	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.789)	-
Dividendos pagos no exercício	(22.000)	(2.318)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(5.705)	(13.585)
Saldos finais	34.278	26.539

17.3. **Reservas de lucros:** 17.3.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 17.3.2. **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. 17.3.3. **Reserva de retenção de lucros:** Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovado pela assembleia geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório. 17.4. **Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

18. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iv) compartilhamento de mão de obra; O Despacho Aneel de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um aumento no custo incremental de R\$ 1.086 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 418 em 31 de

dezembro de 2020). As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

18.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

2021				2020			
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total		Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	
Ativo							
Contas a receber e outros (a)	9.507	-	9.507	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	-	2.420	2.420	-	1.360	1.360	-
Outros ativos	-	-	-	3	-	3	-
	9.507	2.420	11.927	3	1.360	1.363	-

Passivo							
Fornecedores e contas a pagar (c) / (d) / (e)	1.132	649	1.781	1.124	-	1.124	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (f)	-	34.278	34.278	-	26.539	26.539	-
Outros passivos (g)	111	-	111	154	-	154	-
	1.243	34.927	36.170	1.278	26.539	27.817	-

18.2. Transações com partes relacionadas

2021				2020			
Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total		Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	
Resultado do exercício							
Receita operacional líquida (a)	79.371	-	79.371	-	-	-	-
Custos dos serviços (c) / (d)	(13.272)	-	(13.272)	(12.547)	-	-	(12.547)
Despesas gerais e administrativas (g) / (e)	(1.086)	(649)	(1.735)	(4.967)	-	-	(4.967)
	65.013	(649)	64.364	(17.514)	-	-	(17.514)

18.3. **Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas nos itens 18.1 e 18.2 referem-se a: a) Neoenergia Distribuição Brasília - Contrato de venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%, com vigência até 2037; b) Dividendos a receber da Energética Corumbá III; c) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%, com vigência até 2022. d) Contrato de prestação de serviços de Operação e Manutenção da UHE Corumbá; e) Referente ao pagamento de royalties do contrato de uso da marca "IBERDROLA", correspondente a 0,9% da Receita Operacional Líquida Ajustada com a Iberdrola Energia, com vigência até 2031. f) Valor referente a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar para a Controladora Neoenergia S.A. g) Projeto de Compartilhamento de pessoal aprovado pela Aneel entre as empresas do grupo Neoenergia.

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

2021				2020			
	CA	VJR		CA	VJR		
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	340	26.348	2.515	18.118	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	9.652	-	9.118	-	-	-	-
	9.992	26.348	11.633	18.118	-	-	-
Passivos financeiros							
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	3.651	-	4.198	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13.857	-	28.723	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	43	-	104	-	-	-	-
Uso do bem público	17.276	-	14.968	-	-	-	-
	34.827	-	47.993	-	-	-	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

19.2. **Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.2 (e), (análise de sensibilidade). **a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

2021				2020			
	Nível 2	Total		Nível 2	Total		
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	26.348	26.348	18.118	18.118	-	-	-
	26.348	26.348	18.118	18.118	-	-	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

2021				2020			
	Estimativa de valor justo - contábil	Nível 2		Estimativa de valor justo - contábil	Nível 2		
Empréstimos e financiamentos	13.857	13.857	28.723	28.723	-	-	-

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **c) Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos

des da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com

financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **d) Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa fluante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **e) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exer-cício	Expo-sição (Saldo/ Nocio-nal)	Cenário Prová-vel	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	Queda CDI	do CDI	9,15%	33.214	3.039	(760)	(1.520)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Divida em TJLP	TJLP	TJLP	6,08%	(20.723)	(1.656)	(315)	(630)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
José Paulo Werberich - Presidente			
Titulares			
Eduardo Capelastegui Saiz			
Mariane Carvalho Medeiros			
Leonardo Pimenta Gadelha			
DIRETORIA EXECUTIVA			
Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente e Diretor de Gestão de Pessoas			
Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Rodolfo Fernandes da Rocha - Diretor de Planejamento e Controle			
Fabiano da Rosa Carvalho - Diretor de Regulação			
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-nº 115915/O-3			
Contadora			
Luciana Maximino Maia			
Superintendente de Contabilidade			

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Geração CIII S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

JOSÉ PAULO WERBERICH
EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ
MARIANE CARVALHO MEDEIROS
LEONARDO PIMENTA GADELHA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Geração CIII S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 10º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.274.591/0001-05, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Geração CIII, alusivas ao período findo em 31.12.2021; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Geração CIII, relativas ao período findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente e Diretor de Gestão de Pessoas**
Renato de Almeida Rocha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor de Planejamento e Controle**
Fabiano da Rosa Carvalho - **Diretor de Regulação**

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Consórcio Empreendimento Corumbá III para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022
Contador CRC RJ-086312/O-6
KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6





GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

CNPJ nº 09.136.819/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2021, a Geração Céu Azul S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO CÉU AZUL

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A. A Companhia foi constituída em setembro de 2007 com a denominação "ZEUSPE Empreendimentos e Participações", havendo a alteração para atual denominação social ("Geração Céu Azul S.A.") em 31 de outubro de 2008. A Companhia possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha, a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu ("CEBI" ou "Consórcio"), foi constituído em 27 de agosto de 2013, mediante contrato de constituição, pelas Companhias Geração Céu Azul (consorciada Líder) com 70% de participação e COPEL Geração e Transmissão com 30% de participação, em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. Porém só ao final de julho de 2014 a ANEEL anuiu o pedido de entrada da Copel no Consórcio.

A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012. A usina entrou em operação em fevereiro de 2019, com a entrada em operação na primeira máquina e em abril com a totalidade das três máquinas que compõem a usina – com capacidade instalada de 350,2 MW e 172,4 MW médios de garantia física.

Em 2021, foi gerado o montante bruto de 1.030.053,01 MWh. O índice de disponibilidade da Usina em 2021 foi de 95,76 %; a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 93,73% (ambas acima do valor de referência – 89,58%) e o índice de confiabilidade foi de 99,80 %.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	157.296	161.244
Custos dos serviços		(85.497)	(96.395)
Custos com energia elétrica	4	(37.511)	(47.952)
Custos de operação	5	(47.986)	(48.443)
Lucro bruto		71.799	64.849
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(9.303)	(5.891)
Lucro operacional		62.496	58.958
Resultado financeiro	6	(41.229)	(41.092)
Receitas financeiras		4.268	1.657
Despesas financeiras		(45.446)	(42.776)
Outros resultados financeiros, líquidos		(51)	27
Lucro antes dos tributos		21.267	17.866
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(7.001)	1.410
Corrente		(4.735)	(4.585)
Diferido		(2.266)	5.995
Lucro líquido do exercício		14.266	19.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	14.266	19.276
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	14.266	19.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros/Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.255.820	-	-	(6.292)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.266
Destinações:				
Reserva legal (nota 16.3.1)	-	399	-	(399)
Juros sobre capital próprio (nota 16.2)	-	-	-	(5.000)
Dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	2.575	(2.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.255.820	399	2.575	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.251.270	-	-	(25.568)
Aumento de capital (nota 16.1)	4.550	-	-	4.550
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.276
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.255.820	-	-	(6.292)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado integralmente controlada pela Neoenergia S.A., que tem como propósito específico participar do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, com participação de 70%, tendo como sócio a Copel que detém os outros 30%. O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu foi responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, que iniciou sua operação comercial em fevereiro de 2019. A energia é produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW. A energia assegurada de 172,8 MW médios foi revisada através da portaria PRT 390/14 do Ministério de Minas e Energia e reduzida para 171,1 MW médios, a Geração Céu Azul recorreu da decisão e em 31 de dezembro 2018, foi publicada no Diário Oficial da União, a retificação a Portaria SPE/MME nº 11/2017, que define a garantia física da UHE Baixo Iguaçu em 172,4 MW médios. A 1ª unidade geradora a entrar em operação comercial foi em 08 de fevereiro de 2019. A 2ª e a 3ª unidades geradoras entraram em operação comercial em 21 de fevereiro de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente. 1.1. **CORONAVÍRUS ("COVID-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico (GSF) e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de risco. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outros exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A Administração entende

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação %
Receita Operacional Bruta	180.274	184.319	(2,19)
Receita Operacional Líquida	157.296	161.244	(2,45)
Margem Operacional Líquida	71.799	64.849	10,72
EBITDA	100.941	97.359	3,7
Resultado Financeiro	(41.229)	(41.092)	0,33
Lucro Líquido	14.266	19.276	(25,99)
Margem Operacional (%)	45,65%	40,22%	5,43
Margem EBITDA (%)	64,17%	60,38%	3,79
Margem Líquida (%)	9,07%	11,95%	(2,89)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/21	dez/20	Variação %
Ativo Total	1.975.210	1.991.945	(0,84)
Dívida Bruta	542.395	584.142	(7,15)
Dívida Líquida ⁽³⁾	449.206	500.216	(10,20)
Patrimônio Líquido	1.258.794	1.249.528	0,74

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/21	dez/20	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	4,45	5,14	(13,38)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	2,45	2,37	3,33

(4) EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	14.266	19.276	(5.010)	(25,99)
Receitas financeiras (B)	4.268	1.658	2.610	157,42
Despesas financeiras (C)	(45.446)	(42.776)	(2.670)	6,24
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(51)	27	(78)	(288,89)
Imposto de renda (E)	(7.001)	1.410	(8.411)	(596,52)
Depreciação (F)	(38.445)	(38.402)	(43)	0,11
EBITDA = (A)+(B)+(D)+(E)+(F)	100.941	97.359	3.582	2.618,01

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

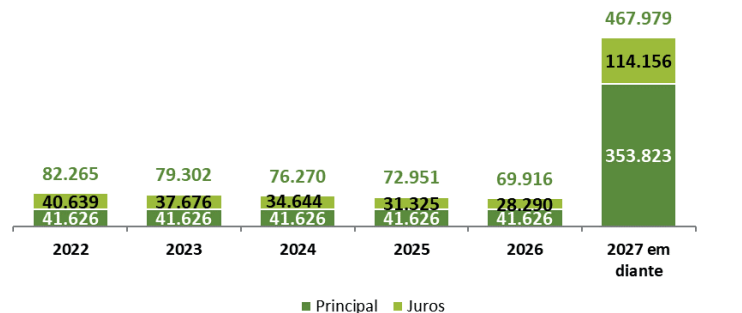
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	14.266	19.276
Lucro líquido do exercício	14.266	19.276
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	38.445	38.402
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	90	2.958
Tributos sobre o lucro	7.001	(1.410)
Resultado financeiro, líquido	41.229	41.092
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(599)	-
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	5.489	709
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(1.041)	(538)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(656)	85
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(1.596)	1.952
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(5.427)	(21.718)
Outros ativos e passivos, líquidos	(783)	4.782
Caixa líquidos proveniente das operações	96.418	85.590
Encargos de dívidas pagas	(37.125)	(19.538)
Rendimento de aplicação financeira	4.462	1.717
Pagamento de juros – Arrendamentos	(3)	(6)
Tributos sobre o lucro pagos	(5.034)	(2.974)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	58.718	64.789
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.391)	(10.773)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(7.391)	(10.773)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(41.626)	(19.929)
Depósitos em garantias	(414)	413
Pagamento de principal – Arrendamentos	(24)	(42)
Aumento de capital	-	4.550
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(42.064)	(15.008)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	9.263	39.008
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.926	44.918
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	93.189	83.926
Transações que não envolveram caixa:		
Provisão/Reversão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas capitalizadas	556	(7.021)
Atualização das provisões para contingências capitalizadas	10.968	7.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNDES com amortização linear.

GERAÇÃO CÉU AZUL (em R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 30/06/2017, e renovado em 26/05/2021, com vigência de 12 (doze) meses, no valor de R\$ 73.323.

O serviço de auditoria relacionado à auditoria contempla a Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração Céu Azul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração Céu Azul.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração Céu Azul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	93.189	83.926
Contas a receber de clientes e outros	9	19.857	25.346
Outros ativos circulantes		765	3.650
Total do circulante		113.811	112.922
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar		1.080	-
Tributos sobre o lucro diferidos		3.729	5.995
Depósitos judiciais	15.1	46.472	46.069
Outros ativos não circulantes		2.885	-
Direito de uso		26	43
Imobilizado	10	1.782.229	1.796.506
Intangível	11	24.979	30.411
Total do não circulante		1.861.400	1.879.024
Total do ativo		1.975.211	1.991.946
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	12	6.662	7.703
Empréstimos e financiamentos	13	43.109	43.025
Passivo de arrendamento		31	48
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		304	960
Tributos sobre o lucro a recolher		-	1.290
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		3.583	2.021
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	1.849	1.721
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.2	4.250	-
Provisões	15	17.070	19.533
Outros passivos circulantes		2.949	3.807
Total do circulante		79.807	80.108
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	499.286	541.117
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		1.148	1.274
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	28.589	26.246
Provisões	15	102.595	90.133
Outros passivos não circulantes		4.992	3.540
Total do não circulante		636.610	662.310
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	16	1.258.794	1.249.528
Total do patrimônio líquido		1.258.794	1.249.528
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.975.211	1.991.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ções envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AA	-	AAA
Santander	AAA	-	-
Safra	AAA	AAA	-
BNDES	-	AAA	-

(1) MUFJ, MorganStanley possuem ratings apenas em escala global.

1.3. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	2021
Riscos	Data da vigência
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2021 a 31/05/2022
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2021 a 31/05/2022
Veículos – Operacional	08/10/2021 a 08/10/2022
D&O ⁽²⁾	20/10/2021 a 20/10/2022
Predial	16/10/2021 a 16/10/2022

(2) *Directors and Officers Liability* - Responsabilidade Civil dos Ato de Gestão dos Administradores. Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Contas a receber de clientes e outros
10.3	Imobilizado
15.1	Provisão para processos judiciais

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)¹ e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)² são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. 2.6. **Participação em consórcio:** A Companhia participa com 70% no Consórcio UHE Baixo Iguaçu, liderado pela Geração Céu Azul, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação: • Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação; • O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia; • Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes. Os balanços patrimoniais do Consórcio UHE Baixo Iguaçu, levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumarizados como segue:

	Balancos Patrimoniais	
	2021	2020
Ativo	2.373.647	2.394.226
Circulante	20.806	15.456
Não circulante	2.352.841	2.378.770
Passivo	2.373.647	2.394.226
Circulante	29.614	36.736
Não circulante	133.778	116.633
Patrimônio líquido	2.210.255	2.240.857
	Demonstrações de Resultado	
	2021	2020
Despesas administrativas	(2.553)	(4.323)
Outras receitas e despesas operacionais	(63.235)	(63.006)
Recuperação de despesas	17.858	19.434
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(47.930)	(47.895)
Recuperação de despesas	5.047	1.913
Receitas financeiras	292	267
Despesas financeiras	(5.339)	(2.180)
Prejuízo do exercício	(47.930)	(47.895)

a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia	178.498	178.183
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.776	6.136
Receita operacional bruta	180.274	184.319
(-) Deduções da receita bruta	(22.978)	(23.075)
Receita operacional, líquida	157.296	161.244

3.1. Deduções de receita bruta

	2021	2020
Tributos		
PIS e COFINS	(16.675)	(17.049)
	(16.675)	(17.049)
Encargos setoriais		
Outros encargos ⁽¹⁾	(6.303)	(6.026)
	(6.303)	(6.026)
Total	(22.978)	(23.075)

(¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEI) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH);

3.2. **Política contábil e julgamento críticos:** **a) Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD'). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(14.041)	(20.645)
Energia curto prazo – PLD e MRE	(7.132)	(11.767)
Ressarcimento do risco hidrológico – GSF (nota 11)	599	-
Outros	(88)	(87)
Subtotal	(20.662)	(32.499)
Créditos PIS e COFINS	1.946	2.677
Total	(18.716)	(29.822)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão		
Encargos de rede básica	(20.694)	(19.967)
Subtotal	(20.694)	(19.967)
Créditos de PIS e COFINS	1.899	1.837
Total	(18.795)	(18.130)
Total dos custos com energia elétrica	(37.511)	(47.952)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
	Outras Receitas/ Despesas	Outras Receitas/ Despesas
	Custos de gerais e adm- nistrativas	Custos de gerais e adm- nistrativas
	operação	operação
Pessoal e benefícios a empregados	(5)	(7.109)
Administradores	(69)	(69)
Serviços de terceiros	(8.096)	(1.562)
Depreciação e amortização	(38.445)	(38.402)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(1.440)	(563)
Total	(47.986)	(9.303)

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.462	1.717
(-) Tributos sobre receita financeira	(209)	(83)
Outras receitas financeiras	15	23
	4.268	1.657
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(37.540)	(39.043)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(3.514)	(1.376)
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	(4.392)	(2.357)
	(45.446)	(42.776)
Outras variações monetárias, líquidas	(51)	27
	(51)	27
Resultado financeiro líquido	(41.229)	(41.092)

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPC-A, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação; (2) Inclui o valor de R\$ 4.019 referente ao uso de bem público, R\$ 123 de tributos, R\$ 3 de arrendamentos, R\$ 63 sobre encargos de P&D e R\$ 184 de outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1. **Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%).

7.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21.267	17.866
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.231)	(6.074)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	1.700	-
Incentivos fiscais	5	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	8.000
Outras adições (reversões) permanentes	(1.475)	(516)
Tributos sobre o lucro	(7.001)	1.410
Alíquota efetiva	33%	(8)%
Corrente	(4.735)	(4.585)
Diferida	(2.266)	5.995

7.1.2. **Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	7.391	3.865
Fundos de Investimento	85.798	80.061
Total	93.189	83.926

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021	2020
Fornecimento de energia	19.857	19.536
Comercialização de energia na CCEE	-	5.810
Total	19.857	25.346

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2021	2020
Receível	Receível	
19.857	19.363	
-	173	
19.857	19.536	

A vencer
Saldos vencidos:
90 dias

9.1. **Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Para determinar as estimativas relacionadas as condições atuais e futuras de inadimplências dos recebíveis, a administração considera imputes macroeconômicos e do setor específico de cada carteira de clientes. A companhia não possui histórico de inadimplência e a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidro-elétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
	2,00% - 16,70%	2,00% - 4,00%	6,20% - 14,29%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.100.715	605.410	150	90.231	1.796.506
Adições	-	-	-	18.915	18.915
Baixas	-	(11)	(76)	(3)	(90)
Depreciação	(28.487)	(9.002)	(42)	-	(37.531)
Transferências entre classes	907	919	149	(1.975)	-
Transferências outros ativos	-	5.141	-	(712)	4.429
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.073.135	602.457	181	106.456	1.782.229
Custo	1.150.844	627.218	299	106.456	1.884.817
Depreciação acumulada	(77.709)	(24.761)	(118)	-	(102.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.131.027	614.277	202	81.858	1.827.364
Adições	-	-	-	10.937	10.937
Baixas	(2.292)	-	-	(666)	(2.958)
Depreciação	(28.421)	(9.012)	(52)	-	(37.485)
Transferências entre classes	469	77	-	(546)	-
Transferências - Outros ativos	(68)	68	-	(1.352)	(1.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.100.715	605.410	150	90.231	1.796.506
Custo	1.149.938	621.167	391	90.231	1.861.727
Depreciação acumulada	(49.223)	(15.757)	(241)	-	(65.221)

10.3. **Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os - fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

11. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Outros ¹	Ativos em formação	Total
Taxa de amortização a.a.	3,23%	0%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.085	5.326	-	30.411
Adições	-	-	599	599
Amortização	(890)	-	-	(890)
Transferências – entre intangíveis	599	-	(599)	-
Transferências – outros	-	(5.141)	-	(5.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.794	185	-	24.979
Custo	27.572	185	-	27.757
Amortização acumulada	(2.778)	-	-	(2.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	25.956	5.326	-	31.282
Amortização	(871)	-	-	(871)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.085	5.326	-	30.411
Custo	26.972	5.326	-	32.298
Amortização acumulada	(1.887)	-	-	(1.887)

(¹) Servidões Participação Consórcio. Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco não hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabelece uma metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica. Em 02 de março de 2021, após os cálculos divulgados pela CCEE, a Companhia reconheceu uma adição de R\$ 538 ao intangível reconhecido, que equivale ao acréscimo de 30 dias em seu prazo de concessão. Em 10 de setembro de 2021, após os novos cálculos divulgados pela CCEE em razão do advento da Lei 14.182/21, a Companhia reconheceu uma adição de R\$ 61 ao intangível reconhecido, que equivale ao acréscimo de 4 dias em seu prazo de concessão. O total do intangível reconhecido foi de R\$ 599, equivalente a um acréscimo de 34 dias em seu prazo de concessão. Esse total representa valores de ressarcimento que a Companhia tem direito a receber, utilizando como base os valores efetuidos pela CCEE e já acrescidos de um custo de capital próprio equivalente a 9,63%. 11.1. **Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2021	2020
Energia elétrica	2.715	4.186
Encargos de uso da rede	2.022	2.107
Materiais e serviços	1.925	1.410
Total	6.662	7.703

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1. **Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2021	2020
Empréstimos bancários	542.395	584.142
Empréstimos e financiamentos⁽¹⁾	542.395	584.142
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(93.189)	(83.926)
Dívida líquida	449.206	500.

valor nominal. Em 27 de abril de 2020 houve integralização de capital de R\$ 4.550 (R\$ 39.291 durante o exercício de 2019), referente ao saldo residual do aumento de capital subscrito, aprovado em Reunião do Conselho de Administração (‘RCA’) de 23 de outubro de 2018.

Lote de mil ações		
Ordinárias		
ÚNICA	%	R\$
1.255.820	100%	1.255.820
1.255.820	100%	1.255.820

Neoenergia S.A.
Total de ações
16.2. Remuneração aos acionistas: a) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (‘JCP’), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Geração Céu Azul S/A foi calculada da seguinte forma:

	2021
Lucro líquido do exercício	14.266
Prejuízos acumulados	(6.292)
Reserva legal	(399)
Lucro líquido a distribuir	7.575

Remuneração	
Mínima obrigatória	1.894
Remuneração adicional	5.681
	7.575

Natureza da remuneração	
Dividendos	2.575
JCP	5.000
	7.575

Os valores pagos aos acionistas da Geração Céu Azul S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$) ON
Deliberação			
2021			
RCA de 08 de Dezembro de 2021	JCP	5.000	0,0039814623
		5.000	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2021
Saldos iniciais	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	5.000
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(750)
Saldos finais	4.250

16.3. Reservas de lucros: 16.3.1. Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.
16.4. Política Contábil: O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iv) compartilhamento de mão de obra; O Despacho Aneel de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um aumento do custo incremental de R\$ 6.214 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.897 em 31 de dezembro de 2020). As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **17.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2021		2020	
	Subsidiárias da Neoenergia Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)/(b)	5.301	- 5.301	5.238	5.238
Outros ativos (c)	-	-	61	61
	5.301	- 5.301	5.299	5.299
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (d)/(e)/(f)/(g)	1.723	831 2.554	1.201	1.201
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (h)	-	4.250 4.250	-	-
Outros Passivos (c)	643	- 643	678	678
	2.366	5.081 7.447	1.879	1.879

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Acionistas da Geração Céu Azul S.A - Rio de Janeiro - RJ.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Céu Azul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração Céu Azul S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável

17.2. Transações com partes relacionadas

	2021		2020	
	Subsidiárias da Neoenergia Acionista	Total da Neoenergia	Subsidiárias	Total da Neoenergia
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a)/(b)	53.775	- 53.775	56.213	56.213
Custos dos serviços (d)/(e)/(f)	(21.036)	- (21.036)	(27.909)	(27.909)
Despesas gerais e administrativas (c)/(g)	(6.214)	(831) (7.045)	(2.897)	(2.897)
	26.525	(831) 25.694	25.407	25.407

17.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 17.1 e 17.2 referem-se a: a) Contrato de venda de energia elétrica com a NC Energia, corrigido pela variação do IPCA, juros de 1% a.a. e multa de 2%, com vigência até 2023; b) Contrato de venda de energia elétrica com as distribuidoras Coelba, Celpe, Cosern, Neoenergia Brasília e Elektro, corrigido pela variação do IPCA, juros de 1% a.a. e multa de 2%, com vigência até 2046; c) Projeto de Compartilhamento de pessoal aprovado pela Aneel entre as empresas do grupo Neoenergia. d) Contrato de compra de energia com a NC Energia, com vigência até 2022; e) Neoenergia O&M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Baixo Iguaçu, com preços reajustados anualmente pelo IPCA; f) Uso de rede – Contrato de uso de rede de transmissão com a Afluente Transmissão, SE Naranjiba, Potiguar Sul, Neoenergia Atibaia Transmissão, Neoenergia Dourados Transmissão, Neoenergia Sobral Transmissão, Neoenergia Biguaçu Transmissão, em vigor até a extinção da concessão/autorização; g) Refere-se ao pagamento de royalties do contrato de uso da marca “IBERDROLA”, correspondente a 0,9% da Receita Operacional Líquida Ajustada com a Iberdrola Energia, com vigência até 2031. h) Refere-se a JCP deliberados.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.391	85.798	3.865	80.061
Contas a receber de clientes e outros	19.857	-	25.346	-
	27.248	85.798	29.211	80.061

Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	6.662	-	7.703	-
Empréstimos e financiamentos	542.395	-	584.142	-
Passivo de arrendamento	31	-	48	-
Uso do bem público	30.438	-	27.967	-
	579.526	-	619.860	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado. **18.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.2 (e), (análise de sensibilidade). **a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2021		2020	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	85.798	85.798	80.061	80.061

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo Nível 2
Empréstimos e financiamentos	542.395	542.395	584.142	584.142

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **c) Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pon-

pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

dera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **d) Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **e) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Taxa no exercício	Expo-sição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Im-pacto Cená- rio (III)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	105.523	8.803 (2.201)	(4.402)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos						
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,08%	(563.646)	(44.303) (8.567)	(17.135)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Paulo Werberich - Presidente Titulares
Eduardo Capelastegui Saiz
Mariane Carvalho Medeiros
Leonardo Pimenta Gadelha
DIRETORIA EXECUTIVA
Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente
Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Rodolfo Fernandes da Rocha - Diretor de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho - Diretor de Regulação
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3 - Contadora
Luciana Maximino Maia - Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Geração Céu Azul S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

JOSÉ PAULO WERBERICH
EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ
MARIANE CARVALHO MEDEIROS
LEONARDO PIMENTA GADELHA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Geração Céu Azul S.A. sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.780.652/0001-47, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Geração Céu Azul, alusivas ao período findo em 31.12.2021; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Geração Céu Azul, relativas ao período findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.
Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente**
Renato de Almeida Rocha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor de Planejamento e Controle**
Fabiano Carvalho Rosa - **Diretor de Regulação**

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Consórcio Empreendimento Baixo Iguaçu para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia, e consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6





CNPJ nº 12.227.426/0001-61

Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

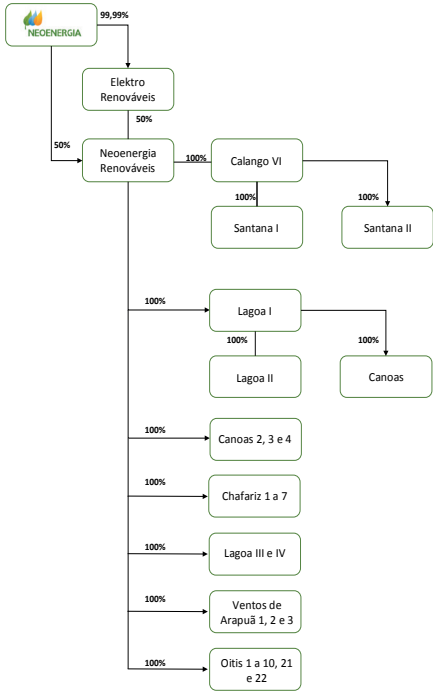
2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
 Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Renováveis S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2022, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. NEOENERGIA RENOVÁVEIS

A Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), atua no segmento de geração de energia eólica e fotovoltaica, e controla diretamente as empresas Calango 6 Energia Renovável S.A. e Lagoa 1 Energia Renovável S.A. A empresa Calango 6, controla os parques Santana 1 e Santana 2; e a empresa Lagoa 1 controla os parques Lagoa 2 e Canoas. Controla também os complexos Chafariz e Oitis composto pelas empresas Chafariz 1 Energia Renovável S.A., Chafariz 2 Energia Renovável S.A., Chafariz 3 Energia Renovável S.A., Chafariz 4 Energia Renovável S.A., Chafariz 5 Energia Renovável S.A., Chafariz 6 Energia Renovável S.A., Chafariz 7 Energia Renovável S.A., Canoas 2 Energia Renovável S.A., Canoas 3 Energia Renovável S.A., Canoas 4 Energia Renovável S.A., Lagoa 3 Energia Renovável S.A., Lagoa 4 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapua 1 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapua 2 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapua 3 Energia Renovável S.A., Oitis 1 Energia Renovável S.A., Oitis 2 Energia Renovável S.A., Oitis 3 Energia Renovável S.A., Oitis 4 Energia Renovável S.A., Oitis 5 Energia Renovável S.A., Oitis 6 Energia Renovável S.A., Oitis 7 Energia Renovável S.A., Oitis 8 Energia Renovável S.A., Oitis 9 Energia Renovável S.A., Oitis 10 Energia Renovável S.A., Oitis 21 Energia Renovável S.A. e Oitis 22 Energia Renovável S.A., conforme esquema abaixo:



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	3	244.018	140.318	-	-
Custos dos serviços		(114.267)	(79.830)	-	-
Custos com energia elétrica	4	(24.299)	(15.640)	-	-
Custos de operação	5	(89.968)	(64.190)	-	-
Lucro bruto		129.751	60.488	-	-
Perda de crédito esperadas	9.1	145	(5)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(54.507)	(47.944)	(52.427)	(45.561)
Equivalência Patrimonial		-	-	45.508	47.162
Lucro (prejuízo) operacional		75.389	12.539	(6.919)	1.601
Resultado financeiro	6	(76.684)	(45.450)	(375)	444
Receitas financeiras		16.942	9.972	316	1.285
Despesas financeiras		(92.892)	(55.272)	(376)	(683)
Outros resultados financeiros, líquidos		(734)	(150)	(315)	(158)
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos		(1.293)	(32.911)	(7.294)	2.045
Tributos sobre o lucro	7	(5.999)	34.956	-	-
Corrente		(13.567)	(5.253)	-	-
Diferido		7.568	40.209	-	-
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(7.294)	2.045	(7.294)	2.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício				
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	11.043	20.789	6.705	20.789
Participação sobre hedge de fluxo de caixa de investidas	-	-	3	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	11.043	20.789	6.708	20.789
Resultado abrangente do exercício	3.749	22.834	(586)	22.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.412.873	(6.366)	(115.125)	1.291.382
Prejuízo do exercício	-	-	(7.294)	(7.294)
Aumento de capital (nota 16.1)	1.181.884	-	-	1.181.884
Outros resultados abrangentes (nota 16.2)	-	11.043	-	11.043
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.594.757	4.677	(122.419)	2.477.015
Controladora				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.412.873	(6.366)	(115.125)	1.291.382
Prejuízo do exercício	-	-	(7.294)	(7.294)
Aumento de capital (nota 16.1)	1.181.884	-	-	1.181.884
Outros resultados abrangentes (nota 16.2)	-	6.708	-	6.708
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.594.757	342	(122.419)	2.472.680
Consolidado e controladora				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	855.579	(27.155)	(117.170)	711.254
Prejuízo do exercício	-	-	2.045	2.045
Aumento de capital (nota 16.1)	557.294	-	-	557.294
Outros resultados abrangentes (nota 16.2)	-	20.789	-	20.789
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.412.873	(6.366)	(115.125)	1.291.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Neoenergia"), antiga Força Eólica do Brasil S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de novembro de 2011. A Companhia tem o objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras assim como a prospeção de novos negócios e a atuação no mercado de geração de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços nessa área. A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2021 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo de R\$ 546.496 (R\$ 465.104 positivo em 31 de dezembro de 2020) e na controladora, negativo de R\$ 58.460 (R\$ 53.432 negativo em 31 de dezembro de 2020). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. As controladas da Neoenergia Renováveis (conjuntamente com a Neoenergia Renováveis, o "Grupo") são dedicadas primariamente a atividade de geração de energia elétrica. As informações sobre os empreendimentos do Grupo são as seguintes:

Parques eólicos em operação

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Calango 6	Bodó - RN	20/11/2014	19/11/2049	30,0 MW	18,5 MW
Lagoa 1	Santa Luzia - PB	04/08/2015	03/08/2050	31,5 MW	18,7 MW
Chafariz 1	Santa Luzia - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 2	Santa Luzia - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	17,4 MW

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis é controladora direta de 33 parques eólicos. Em 2014, a Neoenergia Renováveis (antiga Força Eólica do Brasil) foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil 1 S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Em 2014, venceu mais dois leilões de energia e assumiu o compromisso de construir 6 novos parques, sendo 3 no Rio Grande do Norte (RN) – Calango 6 (30MW), Santana 1 (30MW) e Santana 2 (24MW), com compromisso de geração de 48,9MW médios pelo leilão A-3 de 2014, e 3 na Paraíba (PB) pelo Leilão A-5 de 2014 – Canoas (31,5MW), Lagoa 1 (31,5MW) e Lagoa 2 (31,5MW), com compromisso de 53,9MW médios. Esses Parques assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica. Em 2017, venceu um leilão de energia e assumiu o compromisso de construir 9 parques que somam 294,5MW de potência, 151,5MW médios de garantia física e 141,7MW médios de energia vendida, cujo início de suprimento previsto no edital é de 01 de janeiro de 2022. Em 2018, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia 6 parques que somam 176,7MW de potência e 85,9MW médios de garantia física, cujo início de suprimento previsto será 01 de janeiro de 2022. Em 2019, foi aprovada a construção da totalidade do Complexo Eólico de Oitis. O Complexo está localizado nos estados do Piauí e da Bahia e quando pronto terá uma capacidade instalada de 566,5 MW e será composto por 12 Parques Eólicos, dos quais dois Oitis (Oitis 1 e Oitis 8) tiveram 30% de sua energia vendida no Leilão de Geração 003/2019 denominado "A-4" de 2019. Em 2020, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia sua primeira Central Geradora Fotovoltaica localizada no município de Santa Luzia (PB) que somam 149,3 MWdc de Potência. Prevista para entrar em operação no segundo semestre de 2022. A Neoenergia Renováveis S.A. consolida toda a carteira de projetos em desenvolvimento eólico e fotovoltaico do grupo.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado Econômico-Financeiros	2021	2020	Variação%
R\$ mil ⁽¹⁾			

Receita Operacional Líquida	-	-	
EBITDA	(2.574)	8.806	(129,23)
Resultado Financeiro	(375)	444	(184,46)
Lucro Líquido	(7.294)	2.045	(456,67)
Margem Operacional (%)	N/A	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)	N/A	N/A	N/A
Margem Líquida (%)	N/A	N/A	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais	dez/21	dez/20	Variação%
R\$ mil ⁽²⁾			
Ativo Total	2.565.037	1.401.951	82,96
Dívida Bruta	325	(14.380)	(102,26)
Dívida Líquida ⁽³⁾	(3.549)	(28.519)	(87,56)
Patrimônio Líquido	2.472.680	1.291.382	91,48

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(7.294)	2.045	(7.294)	2.045
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	59.891	50.859	4.345	7.205
Baixa de ativos não circulantes	7.640	5.684	29	4.684
Equivalência Patrimonial	-	-	(45.508)	(47.162)
Tributos sobre o lucro	5.996	(34.956)	-	-
Resultado financeiro, líquido	76.689	45.450	375	(444)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(39.631)	(5.501)	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(88.300)	298.651	20.027	7.140
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	3.035	2.921	2.971	2.914
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	401	1.207	1.422	793
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	11.369	17.155	-	(17)
Outros ativos e passivos, líquidos	(88.442)	3.605	(52.293)	29.152
Caixa líquidos proveniente das operações	(58.658)	387.120	(75.926)	6.310
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	10.564	1.300
Encargos de dívidas pagos	(44.523)	(46.737)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	28.447	(37)	28.447	(37)
Rendimento de aplicação financeira	17.047	9.988	320	1.254
Pagamento de juros – Arrendamentos	(946)	(1.815)	(504)	(1.150)
Tributos sobre o lucro pagos	(7.107)	(2.912)	-	-
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(65.740)	345.607	(37.099)	7.677
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.010.221)	(813.533)	(108.044)	(185.910)
Aumento de capital	-	-	(1.043.585)	(366.793)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(12.709)	(4.317)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	194	1.692	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.022.736)	(816.158)	(1.151.629)	(552.703)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	550.373	493.736	-	-
Pagamento dos custos de captação	(3.920)	(8.653)	-	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(35.316)	(28.658)	-	-
Depósitos em garantias	(671)	412	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(4.390)	(5.346)	(3.421)	(4.589)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	-	217.584	-	-
Aumento de capital	1.181.884	557.294	1.181.884	557.294
Mutuos recebidos	296.000	-	-	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	1.983.960	1.226.369	1.178.463	552.705
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(104.516)	755.818	(10.265)	7.679
Caixa e equivalentes no início do exercício	915.946	160.128	14.139	6.460
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	811.430	915.946	3.874	14.139
Transações que não envolvem caixa:				
Reversão de provisão de ativo imobilizado	-	24.968	-	878
Proteção de pagamento a fornecedores	703.489	116.439	-	-
Provisão de desmantelamento	38.110	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Chafariz 3	Santa Luzia - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,2 MW
Chafariz 4	Santa Luzia e Areia de Baraúnas - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 5	Santa Luzia - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 6	Santa Luzia - PB	21/06/2018	20/06/2053	31,185 MW	15,2 MW
Chafariz 7	Santa Luzia - PB	21/06/2018	20/06/2053	34,65 MW	18,3 MW
Lagoa 3	São José do Sabugi - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	17,2 MW
Lagoa 4	Santa Luzia - PB	26/06/2018	25/06/2053	20,79 MW	10,2 MW
Canoas 2	Santa Luzia - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,3 MW
Canoas 3	Santa Luzia e São José do Sabugi - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Canoas 4	São José do Sabugi - PB	26/06/2018	25/06/2053	34,65 MW	16,5 MW
Ventos de Arapua 1	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede - PB	05/02/2019	04/02/2054	24,255 MW	-
Ventos de Arapua 2	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede - PB	05/02/2019	04/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de Arapua 3	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede - PB	05/02/2019	04/02/2054	13,86 MW	-

Parques eólicos em construção

Empresa	Localidade	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Oitis 1	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	26,1 MW
Oitis 2	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	27,50 MW	-
Oitis 3	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 7	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 8	Piauí - PI	29/11/2019	28/11/2054	49,50 MW	25,5 MW
Oitis 9	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Piauí - PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-

NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 12.227426/0001-61 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

tende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1 **Gestão de risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2021, operações de hedge cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial são descritas na nota 18.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de Inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. O Grupo busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. 1.2.1.2 **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade de o Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez do Grupo, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. O Grupo gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, o Grupo acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2021, o Grupo mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiras. Os fluxos das obrigações do Grupo, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 13). 1.2.1.3 **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de geração. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, o Grupo segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AA	-	AAA
BNB	-	AAA	-
BNDES	-	AAA	-

¹¹ Morgan Stanley possui ratings apenas em escala global

1.2.2 **Seguros:** O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	Consolidado ¹	Importância Segurada
Riscos	Data da vigência	
Responsabilidade Civil Geral	31/05/2021 a 31/05/2022	120.598
Risco de Engenharia e Construção	31/05/2021 a 31/05/2022	2.319.300
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022	233.441
Terrorismo	31/05/2021 a 31/05/2022	250.000
Veículos - Executivo	31/05/2021 a 31/05/2022	100%PIPE
Veículos - Operacional	31/05/2021 a 31/05/2022	700

(¹) Informações não auditadas.

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 **Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de março de 2022. 2.2 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). 2.4 **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.3	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
11.1	Imobilizado
14.1	Provisões
18.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. **b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecimento de energia	206.077	141.168
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	37.778	9.219
Outras receitas ¹	14.839	-
Receita operacional bruta	258.694	150.387
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(14.676)	(10.069)
Receita operacional líquida	244.018	140.318

(¹) Em março de 2021, ocorreu o desligamento das Usinas Eólio Elétricas (UEE) Calango 6, Santana 1, Santana 2, Calango 2, Calango 4 e Calango 5. O fato ocorreu devido a um incêndio na sala de cubículos, onde ficam os disjuntores dos circuitos. Como consequência, este parque eólico ficou indisponível até o dia 28 de março de 2021. Ao final de Novembro de 2021 foi emitida pela Seguradora uma Carta Conforto, onde foi garantido para Calango 6, Santana 1 e Santana 2 o recebimento mínimo dos valores de sinistro de danos materiais no montante de R\$ 3.411 e lucros cessantes no montante de R\$ 3.764. Adicionalmente, para acelerar o processo de reestabelecimento para funcionamento dos parques eólicos, todos os equipamentos foram comprados pela Calango 6 Energia Renovável e posteriormente repassados para cada parque afetado. O montante total repassado foi de R\$ 7.611. Os valores a receber referente ao sinistro ainda estão em processo de avaliação pela seguradora.

3.1. Deduções de receita bruta

	Consolidado	
	2021	2020
Tributos		
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(14.084)	(9.522)
	(14.084)	(9.522)
Encargos setoriais		
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE	(592)	(547)
	(592)	(547)
Total	(14.676)	(10.069)

3.2. **Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto

ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se provisão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(6.127)	(2.610)
Energia curto prazo – PLD	(1.250)	(612)
Outros	(87)	(75)
Subtotal	(7.464)	(3.297)
Créditos PIS e COFINS	620	81
Total	(6.844)	(3.216)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(9.795)	(3.972)
Encargos de conexão	(1.721)	(1.584)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(5.939)	(6.868)
Total	(17.455)	(12.424)
Total dos custos com energia elétrica	(24.299)	(15.640)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	2021	2020
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas		
Custos de operação		
Total		

Pessoal e benefícios a empregados	(3.411)	(28.975)	(32.386)	(1.597)	(20.632)	(22.229)
Serviços de terceiros	(19.554)	(17.327)	(36.881)	(14.739)	(11.928)	(26.667)
Depreciação e amortização	(55.546)	(4.345)	(59.891)	(43.654)	(7.205)	(50.859)
Impostos, taxas e contribuições	(475)	(2.332)	(2.807)	(33)	(1.365)	(1.398)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(10.982)	(1.528)	(12.510)	(4.167)	(6.814)	(10.981)
Total	(89.968)	(54.507)	(144.475)	(64.190)	(47.944)	(112.134)

	Controladora	
	2021	2020
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas		

Pessoal e benefícios a empregados	(28.969)	(20.632)
Serviços de terceiros	(15.535)	(10.418)
Depreciação e amortização	(4.345)	(7.205)
Impostos, taxas e contribuições	(2.125)	(805)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(1.453)	(6.501)
Total	(52.427)	(45.561)

(¹) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	17.047	9.988	320	1.254
(-) Tributos sobre receita financeira	(197)	(162)	(17)	(65)
Outras receitas financeiras	92	146	13	96
	16.942	9.972	316	1.285

Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(86.121)	(51.879)
IOF	(378)	(61)
Outras despesas financeiras ²	(6.393)	(3.332)
	(92.892)	(55.272)

Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(20)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	5	5
Perdas com variações cambiais e monetárias	(798)	(214)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	79	64
	(734)	(150)
	(76.684)	(45.450)

Resultado financeiro líquido

(¹). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação. (²). Inclui juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anuidade BNDES, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1. **Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 7.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.295)	(32.911)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	14.092	9.691
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(16.849)	29.486
Outras adições (reversões) permanentes	(3.682)	(15.411)
Tributos sobre o lucro	(5.999)	34.956
Alíquota efetiva	(463)%	106%
Corrente	(13.567)	(5.253)
Diferido	7.568	40.209

7.1.2. **Tributos diferidos ativos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2021	2020
Tributos diferidos	38.569	32.844
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)		
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	291	280
Provisões para desmantelamento, ressarcimento e fornecedores	8.893	7.065
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	2	20
Arrendamentos capitalizados	5	(23)
PLR	17	23
Total	47.777	40.209

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.209	
Efeitos reconhecidos no resultado	7.568	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	47.777	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	
Efeitos reconhecidos no resultado	40.209	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.209	

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Consolidado	
	Entre 2021 e 2031	De 2032 em diante
Ativo fiscal diferido	243	789
De 2032 em diante	8.500	16.176
De 2037 em diante	-	22.069

7.1.3. **Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	35.109	10.477	65	34
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	17.230	-	-	-
Fundos de Investimento	759.091	905.469	3.809	14.105

	811.430	915.946	3.874	14.139
--	----------------	----------------	--------------	---------------

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média dessas carteiras são de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações comprorromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2021	2020
Perda de créditos esperadas		
Recebevel esperadas		
Fornecimento de energia	29.150	(14)
Comercialização de energia na CCEE	62.477	-
Total	91.627	(14)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado			
	2021		2020	
	Perdas de créditos		Perdas de créditos	
	Recebeível	esperadas	Recebeível	esperadas
A vencer	28.084	(14)	19.629	(159)
Saldos vencidos:				
90 dias	1.066	-	5	-
Acima de 361 dias	-	-	27	-
	29.150	(14)	19.661	(159)

NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

	Controladora			
	Parques eólicos	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção
			6,25% a 25,00%	
Taxa de depreciação a.a	-	3,33%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.722	-	-	327.335
Adições	-	-	-	86.177
Capitalização de gastos¹	-	-	-	20.383
Baixas	-	-	(29)	(29)
Depreciação	-	(28)	(2.201)	(2.229)
Transferências entre classes	(8.722)	796	10.166	(2.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	768	7.936	431.655
Custo	-	830	19.446	431.655
Depreciação acumulada	-	(62)	(11.510)	(11.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.611	-	-	146.653
Adições	-	-	-	172.430
Capitalização de gastos¹	-	-	-	14.420
Baixas	-	(20)	-	(4.664)
Depreciação	-	(2.495)	-	(2.495)
Transferências entre classes	626	-	-	(626)
Transferências - Outros ativos	-	-	-	(878)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.722	-	-	327.335
Custo	18.049	-	-	327.335
Depreciação acumulada	(9.327)	-	-	(9.327)

(¹) Capitalização de gastos com pessoal alocado a projetos, encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *(impairment)*. A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por impairment, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto, que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação *(impairment)* destes ativos, quando aplicáveis.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Energia elétrica	24	1.363	-	-
Encargos de uso da rede	3.424	999	-	-
Materiais e serviços¹	1.036.030	361.402	37.820	17.793
Total	1.039.478	363.764	37.820	17.793

(¹) Referem-se aos valores a pagar aos empreiteiros, e seu aumento está diretamente relacionado ao avanço das obras do Complexo Chafariz e Oitis no exercício de 2021.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Agências de fomento	1.660.196	1.026.480	-	-
Mercado de capitais (debêntures)	119.200	114.974	-	-
Empréstimos e financiamentos¹	1.779.396	1.141.454	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(811.430)	(915.946)	(3.874)	(14.139)
(-) Títulos e valores mobiliários	(18.152)	(5.131)	-	-
Dívida líquida	949.814	220.377	(3.874)	(14.139)

(¹) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Denominados em R\$	1.810.696	1.169.471		
Indexados a taxas flutuantes	1.810.696	1.169.086		
Indexados a taxas fixas	-	385		
	1.810.696	1.169.471		
(-) Depósitos em garantia	(17.253)	(16.583)		
(-) Custos de transação	(14.047)	(11.434)		
	1.779.396	1.141.454		
Passivo circulante	48.635	37.705		
Passivo não circulante	1.730.761	1.103.749		

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado			
	Principal¹	Juros¹	Total	
2022	39.679	55.506	95.185	
2023	71.726	86.644	158.370	
2024	106.597	135.190	241.787	
2025	111.579	127.510	239.089	
2026	114.113	118.021	232.134	
Entre 2027 e 2031	549.180	455.649	1.004.829	
Entre 2032 e 2037	474.602	244.737	719.339	
2038 em diante	449.963	120.953	570.916	
Total	1.917.439	1.344.210	3.261.649	

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.141.454	659.175		
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	550.373	493.736		
Amortizações de principal	(35.316)	(28.658)		
Custo de captação	(3.920)	(8.653)		
Pagamento de encargos de dívida	(44.523)	(46.737)		
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(671)	412		
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	171.999	72.179		
Saldo final do exercício	1.779.396	1.141.454		

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contém cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobe o resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros: Controladas: • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 - Consolidado Neoenergia S.A.: • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ≤ 4,0. • EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro ≥ 1,5. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Provisões para processos judiciais (nota 14.1)	1.010	899		
Provisão para obrigações ambientais	3.866	-		
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (i)	53.636	14.002		
Provisões ressarcimentos (ii)	48.969	37.403		
	107.481	52.304		

Passivo circulante 23.562 2.913

Passivo não circulante 83.919 49.391

(i) Desmantelamento: Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Calango 6, Lagoa 1, Santana 1, Santana 2, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Ventos de Arapuaá 1, Ventos de Arapuaá 2, Ventos de Arapuaá 3 conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. A provisão para desmantelamento está registrada em contrapartida ao imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 9,91 % e uma inflação projetada equivalente a 3,00 %. **(ii) Ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A reconformação ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia. **14.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	77	822	899
Adições e reversões, líquido	60	-	60
Atualização monetárias	28	23	51
Saldos em 31 de dezembro de 2021	165	845	1.010
Saldos em 31 de dezembro de 2019	93	494	587
Adições e reversões, líquido	(18)	277	259
Atualização monetárias	2	51	53
Saldos em 31 de dezembro de 2020	77	822	899

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	2021	2020	
Processos cíveis (i)	3.275	2.045	
Processos trabalhistas (ii)	31	35	
Processos fiscais (iii)	51.742	50.206	
	55.048	52.285	

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: **(i) Processos cíveis:** Referem-se à resolução contratual de arrendamento com perdas e danos, cobrança e reintegração de posse e tutela antecipada. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. **(ii) Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias. **(iii) Processos fiscais:** Referem-se principalmente a autos de infração fiscal sobre suposto não recolhimento e/ou recolhimento a menor da Taxa de Licença (Alvará de Funcionamento) e não recolhimento de ISS sobre contratos de fornecimento de matérias e serviços para a construção dos parques eólicos. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Processos cíveis	122	89		
Processos fiscais	1.653	1.269		
	1.775	1.358		

d) Política contábil e julgamentos críticos: **(i) Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. OUTROS PASSIVOS

A composição de outros passivos é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caução em garantia	16.457	4.650	2.667	1.394
Partes Relacionadas (nota 17)	25.447	22.769	29.411	70.684
Instrumento de hedge¹	-	83.514	-	-
Outros	5.180	571	1.660	185
Total	47.084	111.504	33.738	72.263
Passivo circulante	34.031	107.579	31.590	71.443
Passivo não circulante	13.053	3.925	2.148	820

(¹) Ganhos com instrumentos de hedge celebrados pela controladora Neoenergia Renováveis S.A. para mitigação de riscos e que foram considerados efetivos. Esse montante foi repassado para os parques do Complexo Oitis e foram transferidos diretamente para o custo do ativo imobilizado na medida em que o valor do objeto de hedge foi realizado e igualmente transferido para o ativo imobilizado.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.594.758 (R\$ 1.412.873 em 31 de dezembro de 2020), composta por 4.593.848.150 (4.593.848.150 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, cuja composição por acionistas é a seguinte:

	Consolidado			
	ON	ON %	2021	2020
Neoenergia S.A.	2.296.924.075	50,00%		
Elektro Renováveis S.A.	2.296.924.075	50,00%		
Total de ações em circulação	4.593.848.150	100,00%		

Em 2021, foi integralizado o montante de R\$ 1.181.884 (R\$ 557.294 no exercício de 2020), referente ao aumento de capital aprovado em reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2020, restando ainda a ser integralizado o montante de R\$ 1.999.090, com prazo fixado até 31 de dezembro de 2024. **16.2. Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa; (ii) efeitos de equivalências patrimonial em controladas similares aos itens citados anteriormente.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

17.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Subsidiárias da Neoenergia	Acio-nistas	Subsidiárias da Neoenergia	Acio-nistas	Total
Contas a receber e outros (a)	11.907	-	11.907	3.127
Outros ativos (e)/(k)	5.335	-	5.335	251
	17.242	-	17.242	3.378

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Subsidiárias da Neoenergia	Con-troladas	Acio-nistas	Subsidiárias da Neoenergia	Con-troladas
Forneecedores e contas a pagar (b)/(c)/(d)/(j)	2.010	2.141	4.151	2.833
Operações de mútuo (i)	-	296.799	296.799	-
Outros passivos (e)/(f)	996	24.451	25.447	363
	3.006	323.391	326.397	3.196

	Controladora			
	2021	2020	2021	2020
Subsidiárias da Neoenergia	Con-troladas	Acio-nistas	Subsidiárias da Neoenergia	Con-troladas
Dividendos e Juros sobre capital próprio (g)	-	14.659	-	10.564
Outros ativos (e)	-	371	-	251
	-	15.030	-	10.815

Ativo				
Dividendos e Juros sobre capital próprio (g)	- 14.659	- 14.659	- 10.564	- 10.564
Outros ativos (e)	- 371	- 371	251	- 251
	<u>- 15.030</u>	<u>- 15.030</u>	<u>251</u>	<u>10.564</u>
				<u>- 10.815</u>

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Xabier Viteri - Presidente Titulares
Solange Maria Pinto Ribeiro
Ignacio Zamarrón Cassinello
Laura Cristina da Fonseca Porto
Eduardo Capelastegui Saiz
DIRETORIA EXECUTIVA
Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente
Diretores
Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Contadora
Luciana Maximino Maia
Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Neoenergia Renováveis S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.227.426/0001-61 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Xabier Viteri - Presidente do Conselho
Solange Maria Pinto Ribeiro - Conselheiro
Ignacio Zamarrón Cassinello - Conselheiro
Laura Cristina da Fonseca Porto - Conselheiro
Eduardo Capelastegui Saiz - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Neoenergia Renováveis S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.227.426/0001-61, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Neoenergia Renováveis alusivas ao exercício social findo em 31.12.2021; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Neoenergia Renováveis relativas ao exercício social findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

Laura Cristina da Fonseca Porto - **Diretora Presidente**
Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros
Diretores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Diretores da Neoenergia Renováveis S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para desmantelamento - individual e consolidado

Veja a Nota Explicativa 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As subsidiárias da Companhia possuem registrado provisão para desmantelamento em 31 de dezembro de 2021 referente a obrigação assumida de retirada dos ativos do seus parques eólicos ao final do prazo do contrato de autorização. O cálculo da estimativa dos custos de desmantelamento exige considerável julgamento na determinação das premissas que suportam os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação, tais como taxa de desconto e taxa de inflação. Devido ao grau de incerteza e complexidade associado às premissas utilizadas na determinação da taxa de desconto e taxa de inflação utilizadas na estimativa de desmantelamento e ao fato de qualquer mudança nas premissas poder impactar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas de Finanças Corporativas, das premissas utilizadas pela Companhia na preparação da provisão, comparando com dados externos de mercado e elaborando análise de sensibilidade. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. - No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para desmantelamento, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais - Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7





CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 19.560.837/0001-13 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

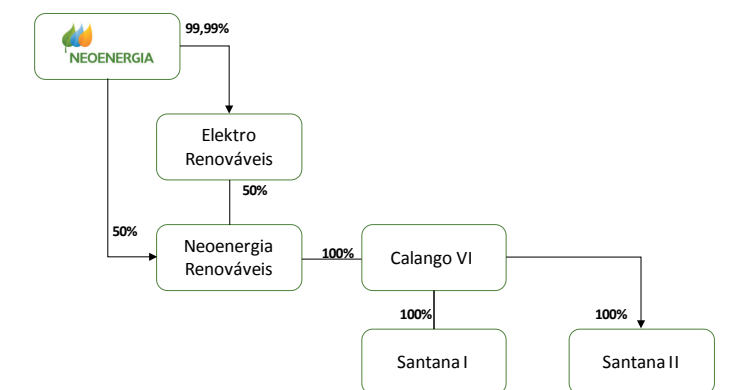
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
 Ao apresentar os resultados de 2021, a Calango 6 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2022, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CALANGO 6

A empresa Calango 6 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A empresa Calango 6 é controladora direta das empresas e parques eólicos Santana 1 e Santana 2.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036. Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios. No ano de 2021, o Parque Eólico Calango 6 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 114,4 GWh, estando sua operação sob coordenação do ONS – Operação Nacional do Sistema Elétrico.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	3	86.052	68.851	35.781	25.145
Custos dos serviços		(48.659)	(37.852)	(22.352)	(13.055)
Custos com energia elétrica	4	(11.786)	(7.877)	(4.058)	(2.735)
Custos de operação	5	(36.873)	(29.975)	(18.294)	(10.320)
Lucro bruto		37.393	30.999	13.429	12.090
Perda de crédito esperadas	9,1	74	(3)	28	(1)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(231)	(400)	(71)	(154)
Equivalência Patrimonial	10	-	-	21.655	17.267
Lucro operacional		37.236	30.596	35.041	29.202
Resultado financeiro	6	(23.402)	(23.332)	(24.659)	(23.725)
Receitas financeiras		4.308	1.930	2.638	1.105
Despesas financeiras		(27.726)	(25.272)	(27.302)	(24.842)
Outros resultados financeiros, líquidos		16	10	5	12
Lucro antes dos tributos		13.834	7.264	10.382	5.477
Tributos sobre o lucro	7	(2.193)	15.388	1.259	17.175
Corrente		(3.484)	(1.787)	(32)	
Diferido		1.291	17.175	1.291	17.175
Lucro líquido do exercício		11.641	22.652	11.641	22.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	11.641	22.652	11.641	22.652
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos em Hedge de fluxo de caixa	3	-	3	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	3	-	3	-
Resultado abrangente do exercício	11.644	22.652	11.644	22.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.001	163.145	3.694	52.934	-	-	249.774
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	11.641	11.641
Outros resultados abrangentes (nota 15.5)	-	-	-	-	-	3	3
Destinações:							
Reserva legal (nota 15.4.1)	-	-	582	-	-	(582)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)	-	-	-	-	-	(2.765)	(2.765)
Reserva especial de dividendos (nota 15.2)	-	-	-	-	8.294	(8.294)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.001	163.145	4.276	52.934	8.294	3	258.653
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.001	163.145	2.561	36.795	-	-	232.502
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	22.652	22.652
Destinações:							
Reserva legal (nota 15.4.1)	-	-	1.133	-	-	(1.133)	-
Reserva de investimentos (nota 15.4.2)	-	-	-	16.139	-	(16.139)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)	-	-	-	-	-	(5.380)	(5.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.001	163.145	3.694	52.934	-	-	249.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calango 6 Energia Renovável S.A. (“Companhia” ou “Calango 6”), é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036. A Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios. No ano de 2021, o Parque Eólico Calango 6 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 114,4 GWh, estando sua operação sob coordenação do ONS – Operação Nacional do Sistema Elétrico. Em 19 de março de 2015, a Neoenergia Renováveis S.A., antiga Força Eólica do Brasil S.A., integralizou capital na Companhia através da transferência de 100% das ações detidas nas companhias Santana 1 Energia Renovável S.A. e Santana 2 Energia Renovável S.A.. As controladas da Calango 6 (conjuntamente com a Calango 6, o “Grupo”) são dedicadas primariamente a atividade de geração de energia elétrica, cujas características estão apresentadas a seguir:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Autorização	Data de Vencimento
Santana 1	Bodó - RN	30,0	17,2	14/11/2014	13/11/2049
Santana 2	Lagoa Nova - RN	24,0	12,9	14/11/2014	13/11/2049

Os parques eólicos Santana 1 e 2 iniciaram suas operações comerciais em 28 de dezembro de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras ficou disponível no SIN (Sistema Interligado Nacional). 1.1. **Coronavírus (“Covid-19”):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação %
Receita Operacional Bruta	39.932	28.113	42,04
Receita Operacional Líquida	35.781	25.145	42,30
Margem Operacional Líquida	13.429	12.090	11,08
EBITDA	41.821	36.223	15,5
Resultado Financeiro	(24.659)	(26.404)	(6,61)
Lucro Líquido	11.641	22.652	(48,61)
Margem Operacional (%)	37,53%	48,08%	(10,55)
Margem EBITDA (%)	116,88%	144,06%	(27,18)
Margem Líquida (%)	32,53%	90,09%	(57,55)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/21	dez/20	Variação %
Ativo Total	557.902	555.947	0,35
Dívida Bruta	273.637	285.768	(4,25)
Dívida Líquida ⁽³⁾	219.199	224.500	(2,36)
Patrimônio Líquido	258.653	249.774	3,55

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/21	dez/20	Variação%
Dívida Líquida/EBITDA	5,24	6,20	(15,43)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	1,70	1,37	23,6

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla e m inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	11.641	22.652	(11.011)	(48,61)
Receitas financeiras (B)	2.638	1.105	1.533	138,73
Despesas financeiras (C)	(27.302)	(24.842)	(2.460)	9,90
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	5	12	(7)	(58,33)
Imposto de renda (E)	1.259	17.175	(15.916)	(92,67)
Depreciação (F)	(6.780)	(7.021)	241	(3,43)
EBITDA = (A+B+C+D+E+F)	41.821	36.223	5.598	15,45

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

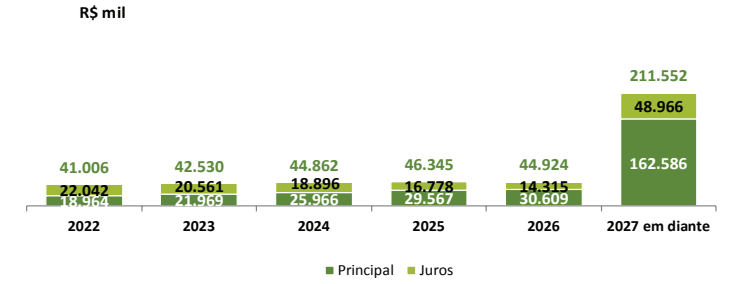
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	11.641	22.652	11.641	22.652
Lucro líquido do exercício	11.641	22.652	11.641	22.652
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	19.584	20.023	6.780	7.021
Baixa de ativos não circulantes	7.611	357	7.611	10
Equivalência Patrimonial	-	-	(21.655)	(17.267)
Tributos sobre o lucro	2.193	(15.388)	(1.259)	(17.175)
Resultado financeiro, líquido	23.403	23.332	24.659	23.725
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	18.795	(3.514)	6.433	(1.349)
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	(292)	3.274	1.819	1.380
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	452	(8)	484	189
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	8.516	7.592	3.845	2.936
Outros ativos e passivos, líquidos	(10.999)	(3.045)	(10.937)	(1.158)
Caixa líquidos proveniente das operações	80.904	55.275	29.421	20.964
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	15.584	44.631
Encargos de dívidas pagos	(20.418)	(21.553)	(20.418)	(21.553)
Rendimento de aplicação financeira	4.410	1.970	2.758	1.155
Pagamento de juros – Arrendamentos	(301)	(348)	(301)	(348)
Tributos sobre o lucro pagos	(1.842)	(1.485)	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	62.753	33.859	27.044	44.849
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(13.025)	(304)	(10.305)	(168)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(364)	(757)	(128)	(252)
Resgate de títulos e valores mobiliários	7	1.689	3	615
Caixa consumido (gerado) nas atividades de investimentos	(13.382)	628	(10.430)	195
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	187	-	187
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(17.857)	(15.110)	(17.857)	(15.110)
Depósitos em garantias	(323)	613	(323)	613
Pagamento de principal – Arrendamentos	(36)	(4)	(36)	(4)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(5.380)	(654)	(5.380)	(654)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(23.596)	(14.968)	(23.596)	(14.968)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	25.775	19.519	(6.982)	30.076
Caixa e equivalentes no início do exercício	80.606	61.087	60.837	30.761
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	106.381	80.606	53.855	60.837
Transações que não envolveram caixa:				
Reversão de provisão de ativo imobilizado	1.125	5.609	128	1.613
Provisão para desmantelamento	328	2.728	119	974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortização linear e debêntures de infraestrutura.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), com vigência de 12 meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria	27.149	100,00 %	12

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Calango 6 Energia Renovável S.A. (“Calango 6”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Calango 6 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Calango 6.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Calango 6 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	106.381	80.606	53.855	60.837
Contas a receber de clientes e outros	9	10.117	28.913	3.860	10.293
Tributos sobre o lucro a recuperar		722	353	701	282
Instrumentos financeiros derivativos		3	-	3	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	-	5.142	4.100
Outros ativos circulantes	12	12.484	288	11.039	140
Total do circulante		129.707	110.160	74.600	75.562
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários		1.716	1.294	580	431
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	18.466	17.175	18.466	17.175
Depósitos Judiciais	15.1	643	531	202	169
Investimentos em controladas	10	-	-	310.595	305.566
Direito de uso		2.439	1.839	2.439	1.839
Imobilizado	11	431.785	447.248	150.945	155.115
Intangível		319	-	76	-
Total do não circulante		455.368	468.087	483.302	480.295
Total do ativo		585.075	578.247	557.902	555.947
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	13	6.725	7.033	3.515	1.701
Empréstimos e financiamentos	14	20.654	17.609	20.654	17.609
Passivo de arrendamento		445	328	445	328
Tributos sobre o lucro a recolher		1.774	411	12	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		1.705	-	1.313	-
Provisões	15	21.949	939	9.429	272
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.2	2.765	5.380	2.765	5.380
Outros passivos circulantes		715	621	247	305
Total do circulante		56.732	32.321	38.380	25.595
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	252.983	268.159	252.983	268.159
Passivo de arrendamento		2.279	1.715	2.279	1.715
Provisões	15	14.353	26.210	5.576	10.677
Outros passivos não circulantes		75	68	31	27
Total do não circulante		269.690	296.152	260.869	280.574
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Companhia	17	258.653	249.774	258.653	249.774
Total do patrimônio líquido		258.653	249.774	258.653	249.774
Total do passivo e do patrimônio líquido		585.075	578.247	557.902	555.947

de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àqueles utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de março de 2022. 2.2 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. 2.3 **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). 2.4 **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.3	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
11.1	Imobilizado
15.1	Provisões
18.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. **b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fornecimento de energia	70.174	67.486	26.213	25.813
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	7.487	6.341	2.878	2.300
Outras receitas ⁽¹⁾	14.782	-	10.841	-
Receita operacional bruta	92.448	73.827	39.932	28.113
(-) Deduções da receita bruta	(6.396)	(4.976)	(4.151)	(2.968)
Receita operacional líquida	86.052	68.851	35.781	25.145

⁽¹⁾ Em março de 2021, ocorreu o desligamento das Usinas Elétricas (UEE) Santana 1 e Santana 2. O fato ocorreu devido a um incêndio na sala de cubículos, onde ficam os disjuntores dos circuitos. Como consequência, estes parques eólicos ficaram indisponíveis até o dia 28 de março de 2021. Ao final de novembro de 2021 foi emitida pela Seguradora uma Carta Conforto, onde foi garantida às Companhias o recebimento mínimo dos valores de sinistro de danos materiais no montante de R\$ 1.506 e lucros cessantes no montante de R\$ 2.440. Os valores a receber referente ao sinistro ainda estão em processo de avaliação pela seguradora.

3.1 Deduções de receita bruta:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020

Tributos
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (6.118) (4.718) (4.052) (2.876)

Encargos setoriais
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE (278) (258) (99) (92)

Total (6.396) (4.976) (4.151) (2.968)

3.2 Política contábil e julgamento críticos: a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) **Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravação, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Compra para revenda				
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(6.098)	(2.361)	(2.432)	(933)
Energia curto prazo - PLD	70	-	158	-
Outros	(40)	(41)	(15)	(15)
Subtotal	(6.068)	(2.402)	(2.289)	(948)
Créditos PIS e COFINS	426	81	426	81
Total	(5.642)	(2.321)	(1.863)	(867)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica	(4.422)	(3.972)	(1.580)	(1.337)
Encargos de conexão	(1.722)	(1.584)	(615)	(531)
Total	(6.144)	(5.556)	(2.195)	(1.868)
Total dos custos com energia elétrica	(11.786)	(7.877)	(4.058)	(2.735)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado					
	2021			2020		
	Outras Recel- tas/Despesas gerais e admi- nistrativas			Outras Recel- tas/Despesas gerais e admi- nistrativas		
	Custos de operação		Total	Custos de operação		Total
Pessoal e benefi- cios a empregados	(483)	-	(483)	(699)	-	(699)
Serviços de ter- ceiros	(7.983)	(168)	(8.151)	(7.349)	(186)	(7.535)
Depreciação e amortização	(19.584)	-	(19.584)	(20.023)	-	(20.023)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(8.823)	(63)	(8.886)	(1.904)	(214)	(2.118)
Total	(36.873)	(231)	(37.104)	(29.975)	(400)	(30.375)
	Controladora					
	2021			2020		
	Outras Recel- tas/Despesas gerais e admi- nistrativas			Outras Recel- tas/Despesas gerais e admi- nistrativas		
	Custos de operação		Total	Custos de operação		Total
Pessoal e benefi- cios a empregados	(174)	-	(174)	(250)	-	(250)
Serviços de ter- ceiros	(3.301)	(58)	(3.359)	(2.744)	(78)	(2.822)
Depreciação e amortização	(6.780)	-	(6.780)	(7.021)	-	(7.021)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(8.039)	(13)	(8.052)	(305)	(76)	(381)
Total	(18.294)	(71)	(18.365)	(10.320)	(154)	(10.474)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	4.410	1.970	2.758	1.155
(-) Tributos sobre receita financeira	(129)	(55)	(129)	(55)
Outras receitas financeiras	27	15	9	5
	4.308	1.930	2.638	1.105
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(26.467)	(24.199)	(26.467)	(24.199)
Outras despesas financeiras ²	(1.259)	(1.073)	(835)	(643)
	(27.726)	(25.272)	(27.302)	(24.842)

Resultado financeiro líquido (23.402) (23.332) (24.659) (23.725)

⁽¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexação de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação. ⁽²⁾ Inclui IOF, juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anuidância BNDES, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL -

%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	13.834	7.264	10.382	5.477
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(4.704)	(2.470)	(3.530)	(1.862)

Lucro antes dos tributos sobre o lucro
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34% (4.704) (2.470) (3.530) (1.862)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:
Resultado de participações societárias - 7.363 5.871
Diferença de presunção de base do lucro presumido 5.085 4.691 -
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos - 13.170 - 13.170
(2.574) (3) (2.574) (4)
Tributos sobre o lucro (2.193) 15.388 1.259 17.175
Alíquota efetiva 16% (212)% (12)% (314)%
Corrente (3.484) (1.787) (32) -
Diferido 1.291 17.175 1.291 17.175
7.1.2 Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	13.549	13.568
Diferenças temporárias:		
Provisões para desmantelamento, ressarcimento e fornecedores	4.907	3.608
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	1	11
Arrendamentos capitalizados	5	(23)
PLR	4	11
Total	18.466	17.175
Ativo não circulante	18.466	17.175

Ativo não circulante

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado
	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.175
Efeitos reconhecidos no resultado	1.291
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.466
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Efeitos reconhecidos no resultado	17.175
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.175

Saldos em 31 de dezembro de 2020
Efeitos reconhecidos no resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2021
Saldos em 31 de dezembro de 2019
Efeitos reconhecidos no resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2020

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

Consolidado					
2025	2026	Entre 2027 e 2031	Entre 2032 e 2036	Entre 2037 em diante	
243	789	8.333	8.218	883	

A Companhia vem apresentando valores negativos antes da equivalência patrimonial por concentrar as dívidas financeiras para a construção dos parques Calango 6, Santana 1 e Santana 2. Ela possui duas captações: (i) BNDES iniciada em 2016 com vencimento em 2033 e (ii) Debêntures iniciada em 2016 com vencimento em 2028 e suas projeções indicam redução no volume de dívida financeira com consequente efeito positivo em seu lucro tributável nos próximos anos. **7.1.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existiu um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	4.752	4.825	1.835	1.878
Fundos de Investimento	101.629	75.781	52.020	58.959
Total	106.381	80.606	53.855	60.837

Caixa e depósitos bancários à vista
Fundos de Investimento
Total 106.381 80.606 53.855 60.837
As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média dessas carteiras são de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado					
	2021			2020		
	Perda de Contas a créditos receber,			Perda de Contas a créditos receber,		
	Receível	esperadas	líquidos	Receível	esperadas	líquidos
Fornecimento de energia	9.357	(8)	9.349	8.443	(82)	8.361
Comercialização de energia na CCEE	768	-	768	20.552	-	20.552
Total	10.125	(8)	10.117	28.995	(82)	28.913
	Controladora					
	2021			2020		
	Perda de Contas a créditos receber,			Perda de Contas a créditos receber,		
	Receível	esperadas	líquidos	Receível	esperadas	líquidos
Fornecimento de energia	3.561	(3)	3.558	3.234	(31)	3.203
Comercialização de energia na CCEE	302	-	302	7.090	-	7.090
Total	3.863	(3)	3.860	10.324	(31)	10.293

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado			
	2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível
A vencer	8.798	(8)	8.419	(82)
Saldos vencidos: 90 dias	559	-	-	-
Acima de 361 dias	-	-	24	-
	9.357	(8)	8.443	(82)
	Controladora			
	2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível
A vencer	3.360	(3)	3.225	(31)
Saldos vencidos: 90 dias	201	-	-	-
Acima de 361 dias	-	-	9	-
	3.561	(3)	3.234	(31)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo Inicial do exercício	(82)	(79)	(31)	(30)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	74	(3)	28	(1)
Saldo Final do exercício	(8)	(82)	(3)	(31)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** O saldo de contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamento críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	305.566	304.681
Participações societárias no resultado	21.655	17.267
Dividendos declarados	(16.626)	(16.382)
Saldo final do exercício	310.595	305.566
Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:		
	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	4.100	32.349
Declarados	16.626	16.382
Recebidos	(15.584)	(44.631)
Saldo final do exercício	5.142	4.100

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:							
	Data-base		Ativo		Passivo		Lucro
	Partici- pação	Patrimoniais / Resultado	Circu- lante	Não cir- culante	Circu- lante	Não cir- culante	Líquido
Controladas						Líquido	do exer- cício
Santana 1	100%	2021	34.401	156.422	12.285	4.670	173.868
		2020	21.474	162.781	4.910	8.331	171.014
							10.707

Santana 2	100%	2021	28.497	126.235	13.854	4.151
		2020	17.136	130.576	5.914	7.246

10.1 Política contábil: Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interfere-ri nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63

Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

MENSAGEM DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2021, a Lagoa 1 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2022, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. LAGOA 1

A empresa Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB).

A empresa Lagoa 1 é controladora direta das empresas e parques eólicos Lagoa 2 e Canoas.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038.

Lagoa 1 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 18,7 MW médios. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora		
	Notas	2021	2020	2021	2020	
Receita operacional líquida	3	86.032	71.467	26.761	22.602	
Custos dos serviços		(42.320)	(41.977)	(14.973)	(13.997)	
Custos com energia elétrica	4	(6.073)	(7.762)	(1.945)	(2.425)	
Custos de operação	5	(36.247)	(34.215)	(13.028)	(11.572)	
Lucro bruto		43.712	29.490	11.788	8.605	
Perda de crédito esperadas	9.1	71	(3)	25	(1)	
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(469)	(866)	(110)	(478)	
Equivalência Patrimonial	10	-	-	30.712	18.738	
Lucro operacional		43.314	28.621	42.415	26.864	
Resultado financeiro	6	(28.392)	(27.886)	(30.167)	(28.069)	
Receitas financeiras		3.293	1.241	1.044	514	
Despesas financeiras		(31.687)	(29.135)	(31.212)	(28.594)	
Outros resultados financeiros, líquidos		2	8	1	11	
Lucro líquido (prejuízo) antes dos tributos		14.922	735	12.248	(1.205)	
Tributos sobre o lucro	7	3.604	21.094	6.278	23.034	
Corrente		(2.674)	(1.940)	-	-	
Diferido		6.278	23.034	6.278	23.034	
Lucro líquido do exercício		18.526	21.829	18.526	21.829	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora		
	Notas	2021	2020	2021	2020	
Lucro líquido do exercício		18.526	21.829	18.526	21.829	
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	
Resultado abrangente do exercício		18.526	21.829	18.526	21.829	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado e controladora		Reservas de Lucros						
		Capital Social	Reserva legal	Reserva para Investimento	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		233.224	1.491	17.489	3.747	-	255.951	
Lucro do exercício		-	-	-	-	18.526	18.526	
Destinações:								
Reserva legal (nota 15.3.1)		-	926	-	-	(926)	-	
Reserva de investimentos (nota 15.3.2)		-	-	13.200	-	(13.200)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)		-	-	-	-	(4.400)	(4.400)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		233.224	2.417	30.689	3.747	-	270.077	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		233.224	399	1.936	3.747	-	239.306	
Lucro do exercício		-	-	-	-	21.829	21.829	
Destinações:								
Reserva legal (nota 15.3.1)		-	1.092	-	-	(1.092)	-	
Reserva de investimentos (nota 15.3.2)		-	-	15.553	-	(15.553)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)		-	-	-	-	(5.184)	(5.184)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		233.224	1.491	17.489	3.747	-	255.951	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à empresa Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB). A empresa Lagoa 1 é controladora direta das empresas e parques eólicos Lagoa 2 e Canoas. Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038. Lagoa 1 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 18,7 MW médios. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição. As controladas da Lagoa 1 (conjuntamente com a Lagoa 1, o “Grupo”) são dedicadas primariamente a atividade de geração de energia elétrica, cujas características estão apresentadas a seguir:

As informações sobre os empreendimentos do Grupo são as seguintes:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Concessão Autorização	Data do Vencimento
Canoas	São José do Sabugi – PB	31,5	17,7	03/08/2015	03/08/2050
Lagoa 2	Santa Luzia – PB	31,5	17,5	03/08/2015	25/07/2050

1.1. **Corona vírus (“Covid-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”). Até o momento não foi percebida alteração na geração dos parques eólicos causada pelas medidas de combate à COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾		2021	2020	Variação %				
Receita Operacional Bruta	29.782		25.436	17,09					
Receita Operacional Líquida	26.761		22.601	18,41					
Margem Operacional Líquida	11.788		8.605	36,99					
EBITDA	34.759		18.909	83,8					
Resultado Financeiro	(30.167)		(28.069)	7,47					
Lucro Líquido	18.526		21.829	(15,13)					
Margem Operacional (%)	44,05%		38,07%	5,98					
Margem EBITDA (%)	129,89%		83,66%	46,22					
Margem Líquida (%)	69,23%		96,58%	(27,36)					
⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida									

	Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾		dez/21	dez/20	Variação %								
Ativo Total	630.962		627.295	0,58									
Dívida Bruta	339.766		350.956	(3,19)									
Dívida Líquida ⁽³⁾	322.497		329.228	(2,04)									
Patrimônio Líquido	270.077		255.951	5,52									
⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.													
⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.													
	Indicadores Financeiros de Dívida		dez/21	dez/20	Variação %								
Dívida Líquida/EBITDA	9,28		17,41	(46,71)									
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	(1,15)		(0,67)	71,0									
⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses.													
Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA), e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:													

	Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾		2021	2020	Variação (R\$)		Variação (%)								
Lucro líquido (A)	18.526		21.829	(3.303)	(15,13)										
Receitas financeiras (B)	1.044		514	530	103,11										
Despesas financeiras (C)	(31.212)		(28.594)	(2.618)	9,16										
Outros resultados financeiros (D)	1		11	(10)	(90,91)										
Imposto de renda (E)	6.278		23.034	(16.756)	(72,74)										
Depreciação (F)	7.656		7.955	(299)	(3,76)										
EBITDA = (A-B+C+D+E+F)	34.759		18.909	15.850	83,82										
⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.															
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)															
		Consolidado		Controladora											
	Notas	2021	2020	2021	2020										
Fluxo de caixa das atividades operacionais		18.526	21.829	18.526	21.829										
Lucro líquido do exercício		18.526	21.829	18.526	21.829										
Ajustado por:		-													

Depreciação e amortização	22.324	23.631	7.656	7.955
Baixa de ativos não circulantes	-	643	-	184
Equivalência Patrimonial	-	-	(30.712)	(18.738)
Tributos sobre o lucro	(3.603)	(21.094)	(6.278)	(23.034)
Resultado financeiro, líquido	28.393	27.886	30.167	28.069
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	13.196	(1.989)	4.185	(523)
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	(3.456)	4.710	(1.190)	1.710
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(494)	(519)	(177)	256
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	2.740	9.606	1.507	4.210
Outros ativos e passivos, líquidos	5.454	(3.765)	1.557	(1.368)
Caixa líquidos proveniente das operações	83.080	60.938	25.241	20.550
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	(24.105)	(25.184)	(24.105)	(25.184)
Encargos de dividas pagos	3.299	1.263	1.069	545
Rendimento de aplicação financeira	(2.200)	(1.094)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	60.074	35.923	19.116	18.674
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.178)	(581)	(593)	(188)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(2.001)	(2)	(540)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	150	-	149	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(3.029)	(583)	(984)	(188)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	198	-	198
Pagamento dos custos de captação	-	(127)	-	(127)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(17.459)	(13.548)	(17.459)	(13.548)
Depósitos em garantias	(348)	(201)	(348)	(201)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(5.184)	(646)	(5.184)	(646)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(22.991)	(14.324)	(22.991)	(14.324)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	34.054	21.016	(4.859)	4.162
Caixa e equivalentes no início do exercício	55.106	34.090	21.633	17.471
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	89.160	55.106	16.774	21.633
Transações que não envolveram caixa:				
Reversão de provisão de fornecedores	(3.251)	(7.337)	(1.000)	(4.348)
Provisão para desmantelamento	(488)	(3.478)	(186)	(1.171)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortizações lineares ao longo dos anos e debêntures de infraestrutura.

	R\$ mil	
	2022	2023
Principal	26.312	24.914
Juros	41.005	40.790
Total	67.317	65.704
	2024	2025
Principal	23.299	21.646
Juros	40.452	40.180
Total	63.751	61.826
	2026	2027 em diante
Principal	19.669	226.414
Juros	39.695	299.006
Total	59.364	525.420

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), com vigência de 12 meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria	27.149	100%	12

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Lagoa 1 Energia Renovável S.A. (“Lagoa 1”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Lagoa 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Lagoa 1.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Lagoa 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora		
	Notas	2021	2020	2021	2020	
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	8	89.160	55.106	16.774	21.633	
Contas a receber de clientes e outros	9	9.873	23.069	39.312	7.518	
Tributos sobre o lucro a recuperar		430	334	325	197	
Outros tributos a recuperar		189	206	37	43	
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	-	-	7.294	4.450	
Outros ativos circulantes		365	246	210	126	
Total do circulante		100.017	78.961	27.973	33.967	
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários		2.146	266	495	95	
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	29.312	23.034	29.312	23.034	
Depósitos Judiciais	14.1	1.045	771	626	449	
Outros ativos não circulantes		-	2	-	-	
Investimentos em controladas	10	-	-	399.267	388.310	
Imobilizado	11	521.698	546.522	173.193	181.440	
Intangível		297	-	96	-	
Total do não circulante		554.498	570.595	602.989	593.328	
Total do ativo		654.515	649.556	630.962	627.295	
Passivo Circulante						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	12	7.680	11.138	2.755	3.946	
Empréstimos e financiamentos	13	22.918	18.924	22.918	18.924	
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		114	108	38	36	
Tributos sobre o lucro a recolher		562	456	-	-	
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		543	539			

LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de março de 2022.
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.
2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas: As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).
2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.3	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
11.1	Imobilizado
14.1	Provisões
17.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.
b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fornecimento de energia	89.203	73.681	29.158	24.570
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	2.310	2.879	624	866
Outras receitas	52	-	-	-
Receita operacional bruta	91.565	76.560	29.782	25.436
(-) Deduções da receita bruta	(5.533)	(5.093)	(3.021)	(2.834)
Receita operacional líquida	86.032	71.467	26.761	22.602
3.1. Deduções de receita bruta				

3.1. Deduções de receita bruta

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Tributos				
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.220)	(4.804)	(2.917)	(2.738)
Encargos setoriais				
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE	(313)	(289)	(104)	(96)
Total	(5.533)	(5.093)	(3.021)	(2.834)

3.2. Política contábil e julgamento críticos:
a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).
b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Compra para revenda				
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(29)	(249)	-	(249)
Energia curto prazo – PLD	(256)	(612)	(125)	-
Outros	(43)	(33)	(15)	-
Subtotal	(329)	(894)	(140)	(249)
Créditos PIS e COFINS	194	-	194	-
Total	(135)	(894)	54	(249)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Outros encargos	(5.939)	(6.868)	(1.999)	(2.176)
Total	(5.939)	(6.868)	(1.999)	(2.176)
Total dos custos com energia elétrica	(6.073)	(7.762)	(1.945)	(2.425)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
	Outras	Outras		
	Receltas/	Receltas/		
	Despesas	Despesas		
	gerais e	gerais e		
	adminis-	adminis-		
	trativas	trativas		
	Custos de ope-	Custos de		
	ração	operação		
	Total	operação		
		trativas		
		Total		
Pessoal e benefícios a empregados	(2.568)	(6)	(2.574)	(898)
Serviços de terceiros	(9.814)	(244)	(10.058)	(7.390)
Depreciação e amortização	(22.324)	-	(22.324)	(23.631)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(1.541)	(219)	(1.760)	(2.296)
Total	(36.247)	(469)	(36.716)	(34.215)

	Controladora			
	2021	2020	2021	2020
	Outras	Outras		
	Receltas/	Receltas/		
	Despesas	Despesas		
	gerais e	gerais e		
	adminis-	adminis-		
	trativas	trativas		
	Custos de ope-	Custos de		
	ração	operação		
	Total	operação		
		trativas		
		Total		
Pessoal e benefícios a empregados	(856)	(2)	(858)	(299)
Serviços de terceiros	(3.828)	(72)	(3.900)	(2.573)
Depreciação e amortização	(7.656)	-	(7.656)	(7.955)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(688)	(36)	(724)	(745)
Total	(13.028)	(110)	(13.138)	(11.572)

¹) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.300	1.263	1.069	545
(-) Tributos sobre receita financeira	(51)	(43)	(51)	(43)
Outras receitas financeiras	44	21	26	12
	3.293	1.241	1.044	514
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(30.722)	(28.074)	(30.722)	(28.077)
Outras despesas financeiras ²	(965)	(1.061)	(490)	(517)
	(31.687)	(29.135)	(31.212)	(28.594)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Outras variações cambiais e monetárias	2	8	1	11
	2	8	1	11
Resultado financeiro líquido	(28.392)	(27.886)	(30.167)	(28.069)

¹) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação. ²) Inclui IOF, juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anuidância BNDES, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controlada	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	14.922	735	12.248	(1.205)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação- 34% (5.073)	(250)	(4.164)		410
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Resultado de participações societárias	-	-	10.442	6.371
Diferença de presunção de base do lucro presumido	8.677	5.091	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	16.316	-	16.316
Outras adições (reversões) permanentes	-	(63)	-	(63)
Tributos sobre o lucro	3.604	21.094	6.278	23.034

Alíquota efetiva

	(24%)	(2.870%)	(51%)	1.912%
Corrente	(2.674)	(1.940)	-	-
Diferido	6.278	23.034	6.278	23.034

7.1.2. Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	25.020	19.276
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	291	280
Provisões para desmantelamento, ressarcimento e fornecedores	3.987	3.457
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	1	9
PLR	13	12
Total	29.312	23.034

Ativo não circulante

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.034	
Efeitos reconhecidos no resultado	6.278	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.312	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	
Efeitos reconhecidos no resultado	23.034	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.034	

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Consolidado		
	Entre 2027 e 2031	Entre 2032 e 2036	Entre 2037 em diante
Ativo fiscal diferido	167	7.958	21.187

A Companhia vem apresentando valores negativos antes da equivalência patrimonial por concentrar as dívidas financeiras para a construção dos parques Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas. Ela possui duas captações: (i) BNDES – iniciada em 2017 com vencimento em 2034 e (ii) Debêntures iniciada em 2017 com vencimento em 2029 e suas projeções indicam redução no volume de dívida financeira com consequente efeito positivo em seu lucro tributável nos próximos anos.
7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos:
a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.
b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	10.442	7.685	2.146	2.445
Fundos de Investimento	78.718	47.421	14.628	19.188
Total	89.160	55.106	16.774	21.633

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média dessas carteiras são de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

Consolidado			
2021		2020	
Perda de Contas a créditos receber,		Perda de créditos	Contas a
Receível esperadas	Receível	espera-	receber, das

Fornecimento de energia

Comercialização de energia na CCEE	321	-	321	11.930	-	11.930
Total	9.879	(6)	9.873	23.148	(79)	23.069

Fornecimento de energia

	Receível esperadas		Receível esperadas		
	líquidos	líquidos	líquidos	líquidos	
Fornecimento de energia	3.260	(2)	3.258	(28)	3.784
Comercialização de					
energia na CCEE	75	-	75	-	3.734
Total	3.335	(2)	3.333	(28)	7.518

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado			
	2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas		Perdas de créditos esperadas	
	Receível		Receível	
A vencer	9.051	(6)	11.210	(79)
Saldos vencidos: 90 dias	507	-	5	-
Acima de 361 dias	-	-	3	-
	9.558	(6)	11.218	(79)

Controladora			
2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas		Perdas de créditos esperadas
Receivível		Receivível	

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

Saldo inicial do exercício	174	-	1	-
Efeito reconhecido no resultado do exercício	3.260	(2)	3.812	(28)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis				
Saldo final do exercício				

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	Controladora		
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(79)	(76)	(28)	(27)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	71	(3)	25	(1)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	2	-	1	-
Saldo final do exercício	(6)	(79)	(2)	(28)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos:
a) Política contábil: O sado de contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.
b) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórico não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Provisões para processos judiciais (nota 14.1.a)	913	866	856	824
Provisão para obrigações ambientais	313	-	98	-
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (i)	7.857	7.708	2.619	2.590
Provisões ressarcimentos (ii)	19.509	16.548	9.152	7.498
	28.592	25.122	12.725	10.912
Passivo circulante	437	1.974	304	1.686
Passivo não circulante	28.155	23.148	12.421	9.226

(i) **Desmantelamento:** Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. A provisão para desmantelamento está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 9,91 % e uma inflação projetada equivalente a 3,00 %. (ii) **Ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são temporariamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia. 14.1. **Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Total
	Provisões cíveis	Provisões fiscais	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44	822	866
Adições e reversões, líquido	10	-	10
Atualização monetárias	14	23	37
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68	845	913
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38	494	533
Adições e reversões, líquido	-	275	275
Atualização monetárias	6	53	59
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44	822	866

	Controladora		Total
	Provisões cíveis	Provisões fiscais	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2	822	824
Adições e reversões, líquido	4	-	4
Atualização monetárias	5	23	28
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	845	856
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2	494	496
Adições e reversões, líquido	-	275	275
Atualização monetárias	-	53	53
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2	822	824

b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Processos cíveis (i)	802	663	-	-
Processos trabalhistas (ii)	31	35	-	-
Processos fiscais (iii)	41.573	40.375	5	5
	42.405	41.073	5	5

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** A Controlada Canoas, possui processo judicial de natureza cível, referente à danos morais e materiais, em um total estimado de R\$ 802 (R\$ 663 em dezembro de 2020) em ação cível com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos trabalhistas:** As empresas do Grupo são parte em ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias. A Companhia possui um total estimado de R\$ 31 (R\$ 35 em dezembro de 2020) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. (iii) **Processos fiscais:** As controladas Lagoa 2 e Canoas, possuem um total estimado de R\$ 41.573 (R\$ 40.364 em 31 de dezembro de 2020) em ações tributárias de autos de infração fiscal lavrado pela Prefeitura Municipal de Sabugi/ PB em razão do não recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Processos cíveis	36	33	2	2
Processos fiscais	1.009	738	624	447
	1.045	771	626	449

d) **Política contábil e julgamentos críticos:** (i) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 233.224 divididos em 223.224 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, detidas integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A. 15.2. **Remuneração aos acionistas:** a) **Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021		2020
	CA	VJR	CA
Lucro líquido do exercício	10.442	78.718	7.685
Reserva legal	(926)	-	-
Reserva para investimento	(13.200)	-	-
Lucro líquido a distribuir	4.400	4.400	4.400
Remuneração	4.400	4.400	4.400
Mínima obrigatória (¹)	-	-	-
Natureza da remuneração	4.400	4.400	4.400
Dividendos	-	-	-
Remuneração total por ação	0,07	0,07	0,07

(¹) Os dividendos mínimos obrigatórios tem como base o lucro líquido menos a reserva legal.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da Lagoa 1 Energia Renovável S.A. - Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Lagoa 1 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para desmantelamento - individual e consolidado	
Veja a Nota Explicativa nº 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui registrado provisão para desmantelamento em 31 de dezembro de 2021 referente a obrigação assumida de retirada dos ativos do seu parque eólico ao final do prazo do contrato de autorização. O cálculo da estimativa dos custos de desmantelamento exige considerável julgamento na determinação das premissas que suportam os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação, tais como taxa de desconto e taxa de inflação. Devido ao grau de incerteza e complexidade associado às premissas utilizadas na determinação da taxa de desconto e taxa de inflação utilizadas na estimativa de desmantelamento e ao fato de qualquer mudança nas premissas poder impactar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas de Finanças Corporativas, das premissas utilizadas pela Companhia na preparação da provisão, comparando com dados externos de mercado e elaborando análise de sensibilidade. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para desmantelamento, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Os valores pagos aos acionistas da Lagoa 1 Energia Renovável S.A., por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor		Valor por ação (R\$)	ON
		deliberado			
2021					
AGO de 30 de abril de 2021	Dividendos mínimos obrigatórios	5.184	0,02227531		
		5.184			
2020					
AGO de 17 de abril de 2020	Dividendos mínimos obrigatórios	646	0,002769869		
		646			

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2021	2020
	5.184	646
Saldo no início do exercício		
Dividendos:		
Declarados	4.400	5.184
Pagos no exercício	(5.184)	(646)
Saldo no final do exercício	4.400	5.184

15.3. **Reservas de lucros:** 15.3.1. **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 15.3.2. **Reserva para investimento:** Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos. 15.3.3. **Reserva de retenção de lucros:** Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovada pela assembleia geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório. 15.4. **Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

	Consolidado		2020	
	2021	2020	2021	2020
Subsidiárias da Neoenergia			Subsidiárias da Neoenergia	
Acionistas			Acionistas	
Total	1.345	-	2.840	-
	1.345	-	2.840	-

Ativo					
Contas a receber e outros (a)					
(a)/(b)	1.345	-	1.345	2.840	-
	1.345	-	1.345	2.840	-

Passivo					
Dividendos a pagar (c)	-	4.400	4.400	-	5.184
	-	4.400	4.400	-	5.184
				5.184	5.184

	Controladora		2020	
	2021	2020	2021	2020
Subsidiárias da Neoenergia			Subsidiárias da Neoenergia	
Contro-			Contro-	
Acio-			Acio-	
nistas			nistas	
Total	478	-	478	-
	7.294	-	7.294	-
	478	7.294	7.772	884
			4.450	5.334

Ativo					
Contas a receber e outros (a)	478	-	478	884	-
Dividendos a receber (d)	-	7.294	-	7.294	-
	478	7.294	-	7.772	884
				4.450	5.334

Passivo					
Dividendos a pagar (c)	-	-	4.400	4.400	-
	-	-	4.400	4.400	-
					5.184
					5.184

16.2. Transações com partes relacionadas

	Consolidado		2020	
	2021	2020	2021	2020
Subsidiárias da Neoenergia			Subsidiárias da Neoenergia	
	21.894	13.566		
	(36)	-		
	21.858	13.566		
	20.321	80.864	30.833	47.687

Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	7.680	-	11.138	-	-
Empréstimos e financiamentos	339.765	-	350.956	-	-
	347.445	-	362.094	-	-

Resultado do exercício					
Receita operacional líquida (a)/(b)					
Custos dos serviços (b)					
	6.981	4.504			
	(12)	-			
	6.969	4.504			

16.3. **Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) firmado com as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro. O contrato possui vigência até 2050. (b) Contrato de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) firmado com a NC Energia com vigência até 2022. (c) Dividendos a pagar para a controladora Neoenergia Renováveis S.A. (d) Dividendos a receber das controladas Canoas Energia Renovável S.A e Lagoa 2 Energia Renovável S.A.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.442	78.718	7.685	47.421
Títulos e valores mobiliários	-	2.146	-	266
Contas a receber de clientes e outros	9.879	-	23.148	-
	20.321	80.864	30.833	47.687
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	7.680	-	11.138	-
Empréstimos e financiamentos	339.765	-	350.956	-
	347.445	-	362.094	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado;

17.2. **Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia

utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17., (análise de sensibilidade). 17.3. **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" OU "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado		Nível 2	Nível 2
	2021	2020		
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	78.718	47.412		
Títulos e valores mobiliários	2.146	266		
	80.864	47.678		

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. 17.4. **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.</



FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1 S.A.

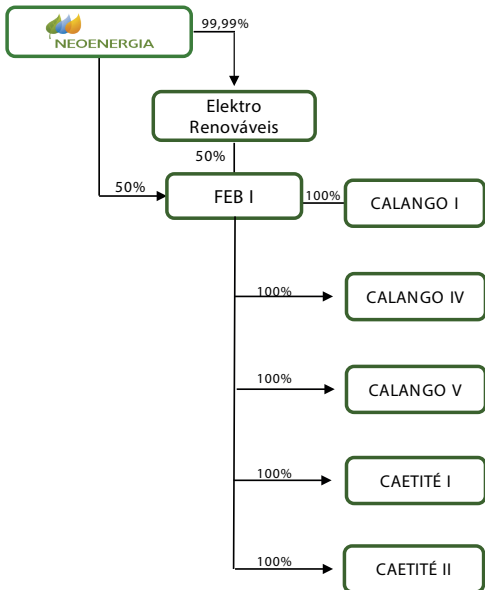
CNPJ nº 18.064.652/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 Prezados,
 Ao apresentar os resultados de 2021, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2022, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1

Força Eólica do Brasil 1 S.A. (FEB 1) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta de 5 Parques Eólico: Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	3	143.056	132.917	31	-
Custos dos serviços		(56.428)	(52.022)	(29)	-
Custos com energia elétrica	4	(16.172)	(12.595)	-	-
Custos de operação	5	(40.256)	(39.427)	(29)	-
Lucro bruto		86.628	80.895	2	-
Perda de crédito esperadas	9.1	85	2	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.627)	(2.414)	(1.172)	(68)
Equivalência Patrimonial	10	-	-	67.700	55.783
Lucro operacional		85.086	78.483	66.530	55.715
Resultado financeiro	6	(11.141)	(17.298)	308	197
Receitas financeiras		6.589	2.555	303	177
Despesas financeiras		(17.692)	(19.861)	(3)	(2)
Outros resultados financeiros, líquidos		(38)	8	8	22
Lucro antes dos tributos		73.945	61.185	66.838	55.912
Tributos sobre o lucro	7	(7.155)	(5.305)	(48)	(32)
Corrente		(7.155)	(5.305)	(48)	(32)
Lucro líquido do exercício		66.790	55.880	66.790	55.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	66.790	55.880	66.790	55.880
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	66.790	55.880	66.790	55.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado e controladora					
	Consolidado		Controladora		
	2021	2020	2021	2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2020					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	
Destinações:					
Reserva legal (nota 16.3.1)	-	-	3.339	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 16.2)	-	-	-	-	
Dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	-	
Reserva especial de dividendos não distribuídos (nota 16.3.3)	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	269.976	19.594	4.708	2.351	
	Reservas de Lucros		Proposta de distribuição de		
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	269.976	13.461	1.966	27.521	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	
Destinações:					
Reserva legal (nota 16.3.1)	-	2.794	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 16.2)	-	-	-	-	
Dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	-	
Reserva de retenção de lucro (nota 16.3.2)	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	269.976	16.255	4.708	37.072	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil 1 S.A. (“FEB1” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Elektro Renováveis S.A., que tem por objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. As controladas da FEB1 (conjuntamente com a FEB1, o “Grupo”) são dedicadas primariamente a atividade de geração de energia elétrica.

As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Calango 1	Bodó – RN	30,0	13,9	28/04/2011	27/04/2046
Calango 4	Bodó – RN	30,0	12,8	19/05/2011	18/05/2046
Calango 5	Bodó – RN	30,0	13,7	02/06/2011	01/06/2046
Caetité 1	Caetité – BA	30,0	13,0	29/10/2012	29/10/2042
Caetité 2	Caetité – BA	30,0	12,1	07/02/2011	06/02/2046

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2021 apresentou capital circulante líquido (“CCL”) consolidado negativo de R\$ 64.247 (R\$ 43.209 positivo em 2020). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. 1.1. **Corona vírus (“Covid-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”). Até o momento não foi percebida alteração na geração dos parques eólicos causada pelas medidas de combate à COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** Na Política de Riscos Financeiros, além de demais diretrizes abordadas, estão definidas as diretrizes para proteção do risco de taxa de juros, estabelecendo níveis adequados

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados pela FEB 1 têm capacidade total instalada de 150MW, um total de 64,4MW médios comercializados e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 1, Calango 4, Calango 5 situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 1 e Caetité 2, na Bahia (BA). Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica.

No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5 receberam o estado de “Aptos a Operação Comercial”, aguardando conexão. Em 2014, os parques Caetité 1 e Caetité 2 entraram em operação comercial, enquanto os parques Calango 1, Calango 4 e Calango 5, continuaram “Aptos a Operação Comercial”, aguardando disponibilização da transmissão.

No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e, então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação %
Receita Operacional Líquida	31	-	-
Margem Operacional Líquida	2	-	-
EBITDA	66.530	55.715	19,41
Resultado Financeiro	308	197	56,35
Lucro Líquido	66.790	55.880	19,52
Margem Operacional (%)	6,45%	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)	214612,90%	N/A	N/A
Margem Líquida (%)	215451,61%	N/A	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/21	dez/20	Variação%
Ativo Total	396.354	341.312	16,13
Dívida Bruta	-	-	-
Dívida Líquida ⁽³⁾	(7.708)	(7.356)	4,79
Patrimônio Líquido	341.866	328.011	4,22

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/21	dez/20	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	(0,12)	(0,13)	(12,25)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	(216,01)	(282,82)	(23,62)

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	66.790	55.880	66.790	55.880
Lucro líquido do exercício				
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	23.905	22.999	-	-
Baixa de ativos não circulantes	882	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(67.700)	(55.783)
Tributos sobre o lucro	7.154	5.305	48	32
Resultado financeiro, líquido	11.142	17.298	(308)	(197)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	49.175	(12.174)	(43)	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(289)	3.541	1.359	20
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	6.108	10.093	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.340)	(4.236)	(69)	685
Caixa líquidos proveniente das operações	161.527	98.706	77	637
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	13.248	37.124
Encargos de dívidas pagas	(15.094)	(17.235)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	6.560	2.384	318	187
Pagamento de juros – Arrendamentos	(1.369)	(1.370)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(5.503)	(4.482)	(20)	(3)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	146.121	78.003	13.623	37.945
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.486)	(3.172)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(112.408)	(48.181)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	14.111	38.722	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(106.783)	(12.631)	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(26.379)	(26.381)	-	-
Depósitos em garantias	151	1.236	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(118)	(457)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(13.271)	(37.350)	(13.271)	(37.350)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(39.617)	(62.952)	(13.271)	(37.350)
Caixa e equivalentes no início do exercício	(279)	2.420	352	595
Caixa e equivalentes no final do exercício	36.654	34.234	7.356	6.761
Transações que não envolveram caixa:	36.375	36.654	7.708	7.356
Provisão para desmantelamento	4.960	3.391	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	66.790	55.880	10.910	19,52
Receitas financeiras	303	177	126	71,19
Despesas financeiras	(3)	(2)	(1)	50,00
Outros resultados financeiros, líquidos	8	22	(14)	(63,64)
Imposto de renda	(48)	(32)	(16)	50,00
EBITDA	66.530	55.715	10.815	19,41

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

4. ENDEVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), com vigência de 12 meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria	18.812	100%	12

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG. A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil 1 S.A. (“FEB 1”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB 1.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	36.375	36.654	7.708	7.356
Contas a receber de clientes e outros	9	14.072	63.246	43	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		866	1.168	145	440
Outros tributos a recuperar		622	711	192	178
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	-	-	53.174	13.248
Outros ativos circulantes		3.147	1.316	1.491	1.015
Total do circulante		55.082	103.095	62.753	22.237
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	10	153.869	50.582	-	-
Depósitos Judiciais	15.1	1.003	752	-	-
Outros ativos não circulantes		2.615	3.582	-	-
Investimentos em controladas	11	-	-	333.601	319.075
Direito de uso		11.056	8.526	-	-
Imobilizado	12	442.884	455.193	-	-
Intangível		2.101	-	-	-
Total do não circulante		613.528	518.635	333.601	319.075
Total do ativo		668.610	621.730	396.354	341.312
		Consolidado		Controladora	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	13	10.815	11.073	1.377	26
Empréstimos e financiamentos	14	27.051	27.055	-	-
Passivo de arrendamento		1.917	1.440	-	-
Tributos sobre o lucro a recolher		1.655	1.390	4	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		856	1.808	170	3
Provisões	15	19.606	3.146	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		52.936	13.272	52.936	13.272
Outros passivos circulantes		4.493	702	1	-
Total do circulante		119.329	59.886	54.488	13.301
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	177.925	204.155	-	-
Passivo de arrendamento		10.157	7.750	-	-
Provisões	15	19.150	21.732	-	-
Outros passivos não circulantes		183	196	-	-
Total do não circulante		207.415	233.833	-	-
Total do passivo	16				
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Companhia		341.866	328.011	341.866	328.011
Total do patrimônio líquido		341.866	328.011	341.866	328.011
Total do passivo e do patrimônio líquido		668.610	621.730	396.354	341.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Energia Elétrica ("CFCE"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de março de 2022. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.3	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
12.1	Imobilizado
15.1	Provisões
18.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecimento de energia	141.779	135.145
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	13.703	15.109
Outras receitas¹	1.379	-
Receita operacional bruta	156.861	150.254
(-) Deduções da receita bruta	(13.805)	(17.337)
Receita operacional líquida	143.056	132.917

(¹) Em março de 2021, ocorreu o desligamento das Usinas Eólicas (UEE) Calango 4 e Calango 5. O fato ocorreu devido a um incêndio na sala de cubículos, onde ficam os disjuntores dos circuitos. Como consequência, este parque eólico ficou indisponível até o dia 28 de março de 2021. Ao final de Novembro de 2021 foi emitida pela seguradora uma carta conforto, onde foi garantido para Calango 4 e Calango 5 o recebimento mínimo dos valores de sinistro de danos materiais no montante de R\$ 1.336. Os valores a receber referente ao sinistro ainda estão em processo de avaliação pela seguradora.

3.1 Deduções de receita bruta:

	Consolidado	
	2021	2020
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(7.609)	(11.447)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.703)	(5.430)
	(13.312)	(16.877)

Encargos setoriais		
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE	(493)	(460)
	(493)	(460)
Total	(13.805)	(17.337)

3.2. Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(8.726)	(2.807)
Energia curto prazo – PLD	(453)	(3.081)
Outros	(56)	(57)
Total	(9.236)	(5.945)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(6.289)	(6.035)
Encargos de conexão	(647)	(615)
Total	(6.936)	(6.650)
Total dos custos com energia elétrica	(16.172)	(12.595)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	2021	2020
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	
Pessoal e benefícios a empregados	(1.236)	(1.236)
Serviços de terceiros	(13.706)	(15.216)
Depreciação e amortização	(23.905)	(23.905)
Provisão para processos judiciais	-	11
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.409)	(1.128)
Total	(40.256)	(41.883)

	Consolidado	
	2020	2020
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	
Pessoal e benefícios a empregados	(1.454)	(1.454)
Serviços de terceiros	(13.572)	(14.256)
Depreciação e amortização	(22.999)	(22.999)
Provisão para processos judiciais	-	(1.477)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.402)	(253)
Total	(39.427)	(42.141)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	Controladora	
	2021	2020	2021
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras	6.561	2.384	318
(-) Tributos sobre receita financeira	(15)	(10)	(15)
Outras receitas financeiras	43	181	-
	6.589	2.555	303

Despesas Financeiras			
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(15.088)	(17.084)	-
Outras despesas financeiras ²	(2.604)	(2.777)	(3)
	(17.692)	(19.861)	(3)

Outros resultados financeiros, líquidos			
Perdas com variações cambiais e monetárias	(53)	(22)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	15	14	8
	(38)	8	8
	(11.141)	(17.298)	308

Resultado financeiro líquido (¹). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação. (²). Inclui IOF, juros sobre passivo de arrendamento, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	73.945	61.185
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(25.141)	(20.803)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	18.327	15.486
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(1)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(340)	12
Tributos sobre o lucro	(7.155)	(5.305)
Alíquota efetiva	10%	9%
Corrente	(7.155)	(5.305)

7.1.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da certeza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado	Controladora	
	2021	2020	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	9.350	10.132	20
Fundos de Investimento	27.025	26.522	7.688
Total	36.375	36.654	7.708

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média dessas carteiras são de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2021	2020
Perda de créditos esperadas	Receível esperadas	Perda de créditos esperadas
Fornecimento de energia	12.057	(7)
Comercialização de energia na CCEE	2.022	-
Total	14.079	(7)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Perdas de créditos esperadas	Receível esperadas	Perdas de créditos esperadas
A vencer	11.975	(7)
Saldos vencidos: 90 dias	-	-
Acima de 361 dias	82	-
	12.057	(7)

9.1. Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(92)	(94)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	85	2
Saldo final do exercício	(7)	(92)

9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. a) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para conta a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro de 2020	39.739	48.181
Aplicações	(38.722)	-
Resgates	1.384	-
Remuneração	50.582	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.582	50.582
Aplicações	112.408	(14.111)
Resgates	4.990	-
Remuneração	153.869	-

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,3% do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	319.075	303.895
Participações societárias no resultado	67.700	55.783
Dividendos declarados	(53.174)	(40.603)
Saldo final do exercício	333.601	319.075

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	13.248	9.769
Declarados	53.174	40.603
Recebidos	(13.248)	(37.124)
Saldo final do exercício	53.174	13.248

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base	Ativo	Passivo	Lucro líquido do exercício
	Patrimoniais / Resultado	Não circulante	Não circulante	Patrimônio líquido
Controladas	Participação	Circulante	Circulante	Circulante
CALANGO 1	100%	2021	11.379	122.031
	100%	2020	17.149	107.365
CALANGO 4	100%	2021	7.838	110.761
	100%	2020	13.949	94.239
CALANGO 5	100%	2021	13.855	108.886
	100%	2020	17.637	97.426
CAETITÊ 1	100%	2021	6.684	128.609
	100%	2020	13.277	116.387
CAETITÊ 2	100%	2021	5.789	143.240
	100%	2020	32.093	103.215

11.1. Variação das perdas de créditos esperadas – PCE: Subsidiária é a entidade na qual a companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada.

12. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques eólicos	Cons- truções	Ativos em construção	Total
	16.702%	4.55%	14.29%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	435.885	11.429	2.880	4.999 455.193
Adições	-	-	-	9.233
Baixas	(832)	(899)	-	17
Depreciação	(20.664)	(1.546)	(66)	(22.762)
Transferências entre classes	(66.106)	69.659	(2.623)	(930)
Transferências - Outros ativos	4.960	-	(2.512)	2.448
Saldo em 31 de dezembro de 2021	353.243	78.643	191	10.807 442.884

	Parques eólicos	Cons- truções	Ativos em construção	Total
	515.103	113.260	477	10.807 639.647
Depreciação acumulada	(161.860)	(34.617)	(286)	(196.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	456.925	11.905	6.533	2.577 477.940
Adições	-	-	-	3.172
Depreciação	(21.626)	(493)	(409)	(22.528)
Transferências entre classes	586	17	112	(715)
Transferências - Outros ativos	-	-	(3.356)	(35)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	435.885	11.429	2.880	4.999 455.193
Custo	605.940	14.801	4.664	4.999 630.404
Depreciação acumulada	(170.056)	(3.372)	(1.784)	(175.212)

12.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"). A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos que apresentaram indicadores prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto, que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade ger

c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	2021	2020
Processos cíveis	81	75
Processos trabalhistas	473	-
Processos fiscais	449	677
	1.003	752

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. (iii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R\$ 269.976, composta por 269.975.810 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cuja composição por acionistas é a seguinte:

	Consolidado	
	ON	ON %
Neoenergia S.A.	134.987.905	50,00%
Elektro Renováveis S.A.	134.987.905	50,00%
Total de ações em circulação	269.975.810	100,00%

16.2. Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	
Lucro líquido do exercício	66.790	
Reserva legal	(3.339)	
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(2.351)	
Lucro líquido a distribuir	61.100	
Remuneração		
Mínima obrigatória¹	15.863	
Remuneração adicional	45.237	
	61.100	
Natureza da remuneração		
Dividendos	61.100	
	61.100	

(¹) Os dividendos mínimos obrigatórios tem como base o lucro líquido menos a reserva legal. Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

		Valor	Valor por ação (R\$)
Deliberação	Provento	deliberado	ON
2021			
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendos mínimos obrigatórios	13.272	0,04915993
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendos adicionais propostos	37.072	0,13731591
		50.344	
2020			
AGOE de 17 de abril de 2020	Dividendos mínimos obrigatórios	9.828	0,036406940
AGOE de 17 de abril de 2020	Dividendos adicionais propostos	27.521	0,101938691
		47.424	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	Controladora	
	2021	2020
Saldos no início do exercício	13.272	9.828
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	52.935	40.794
Pagos no exercício	(13.271)	(37.350)
Saldos no final do exercício	52.936	13.272

16.3. Reservas de lucros: 16.3.1. **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 16.3.2. **Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. 16.3.3. **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

17.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado			
	2021		2020	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total Neoenergia	Acionistas
Ativo				
Contas a receber e outros (a)/(b)	2.906	-	2.906	7.343
	2.906	-	2.906	7.343
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (c)/(d)/(g)	39	918	957	1.115
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	52.935	52.935	-
Outros Passivos (c)/(h)	9.246	-	9.246	2.718
	9.285	53.853	63.138	3.833
			13.272	17.105

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Diretores da Força Eólica do Brasil 1 S.A. - Rio de Janeiro - RJ.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Força Eólica do Brasil 1 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Força Eólica do Brasil 1 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, so-

FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1 S.A.

CNPJ nº 18.064.652/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

	Controladora			
	2021		2020	
	Subsidiárias da Neoenergia	Contro-lada	Acio-nista	Contro-lada Acionista
Ativo				
Contas a receber e outros	-	43	-	43
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber (f)	-	53.174	-	53.174
	-	53.217	-	53.217
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (g)	-	-	918	918
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	-	52.936	52.936
	-	-	53.854	53.854

17.2. Transações com partes relacionadas

	Consolidado			
	2021		2020	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total da Neoenergia	
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)/(b)	37.220	-	37.220	34.698
Custos dos serviços (b)/(d)	(8.693)	-	(8.693)	(2.863)
Despesas gerais e administrativas (g)	-	(918)	(918)	-
	28.527	(918)	27.609	31.835

	Controladora	
	2021	
Resultado do exercício		
Despesas gerais e administrativas (g)	(918)	
	(918)	

17.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) firmado com as distribuidoras Neoenergia Coelba. O contrato possui vigência até 2046. (b) Contrato de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) firmado com a NC Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2021. (c) Provisão de ressarcimento do contrato de exclusividade de compra e venda de energia entre Caetité 1 e NC Energia. (d) Contrato de uso de rede do sistema de transmissão com Afluente Transmissão, SE Naranitiba, Potiguar Sul, Neoenergia Atibaia Transmissão, Neoenergia Dourados Transmissão, Neoenergia Sobral Transmissão e Neoenergia Biguaçu Transmissão; (e) Dividendos a pagar aos acionistas Neoenergia S.A e Elektro Renováveis S.A; (f) Dividendos a receber das controladas Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. (g) Contrato de licença de uso de marca celebrado entre Iberdrola S.A com a Neoenergia Renováveis, onde a cada exercício social, será devido à Iberdrola, uma contraprestação correspondente a 0,9% da Receita Operacional líquida deduzidos os custos com compra de energia e os custos de construção com vigência de 10 anos a partir de 2021. (h) Refere-se a equipamentos comprados pela Calango 6 Energia Renovável S.A. que foram repassados para os parques Calango 4 e Calango 5 em virtude de sinistro ocorrido em março de 2021.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.350	27.025	10.132	26.522
Títulos e valores mobiliários	-	153.869	-	50.582
Contas a receber de clientes e outros	14.079	-	63.338	-
	23.429	180.894	73.470	77.104
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	10.815	-	11.073	-
Empréstimos e financiamentos	204.976	-	231.210	-
Passivo de arrendamento	12.074	-	9.190	-
	227.865	-	251.473	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado; **18.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.8. (análise de sensibilidade). **18.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” OU “VJORA”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2021		2020	
	Nível 2		Nível 2	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	27.025		26.522	
Títulos e valores mobiliários	153.869		50.582	
	180.894		77.104	

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2021		2020	
	Estimativa de		Estimativa de	
	Saldo valor justo-		Saldo valor justo-	
	contábil	Nível 2	contábil	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	204.976	204.976	231.210	231.210

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e passivo de arrendamento são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros

são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6. Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na bordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **18.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Expo-sição (Saldo/ Cenário Provável)	Im-pacto Cená-rio (II)	Im-pacto Cenário (III)
Operação						
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	191.702	17.541 (4.385)	(8.771)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos						
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,08%	(215.784)	(17.284) (3.280)	(6.560)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Xabier Viteri - Presidente Titulares	
Solange Maria Pinto Ribeiro	
Laura Cristina da Fonseca Porto	
Eduardo Capelastegui Saiz	
DIRETORIA EXECUTIVA	
Laura Cristina da Fonseca Porto - Diretora Presidente	
Diretores	
Leandro Adzgauskas Montanher	
Rodolfo Fernandes da Rocha	
Mariane Carvalho Medeiros	
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3	
Contadora	
Luciana Maximino Maia	
Superintendente de Contabilidade	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Força Eólica do Brasil 1 S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.064.652/0001-55 (“Companhia”), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 29 de março de 2022. **Xabier Viteri** - Presidente do Conselho **Solange Maria Pinto Ribeiro** - Conselheiro **Laura Cristina da Fonseca Porto** - Conselheiro **Eduardo Capelastegui Saiz** - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Força Eólica do Brasil 1 S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.064.652/0001-55, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Força Eólicas do Brasil 1 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2021; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 1 relativas ao exercício social findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022. **Laura Cristina da Fonseca Porto** - **Diretora Presidente** **Leandro Adzgauskas Montanher** **Rodolfo Fernandes da Rocha** **Mariane Carvalho Medeiros** **Diretores**

nos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7





FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2 S.A..

CNPJ nº 12.523.923/0001-07 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

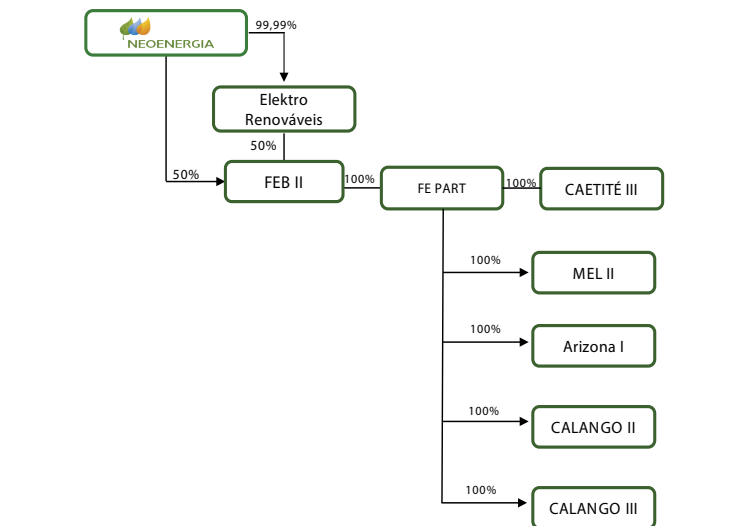
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2021, a Força Eólica do Brasil 2 S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2022, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. (FEB 2) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta da Força Eólica Participações S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla mais 5 Parques Eólicos: Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados por FEB 2 têm capacidade total instalada de 138MW, um total de 59,3MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 2, Calango 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	3	128.081	116.231	-	25
Custos dos serviços		(51.843)	(47.348)	-	(26)
Custos com energia elétrica	4	(11.571)	(8.267)	-	-
Custos de operação	5	(40.272)	(39.081)	-	(26)
Lucro bruto		76.238	68.883	-	(1)
Perda de crédito esperadas	9.1	95	6	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.761)	(1.133)	(1.071)	(123)
Equivalência Patrimonial	11	-	-	54.851	44.433
Lucro operacional		74.572	67.756	53.780	44.309
Resultado financeiro	6	(14.321)	(18.739)	188	216
Receitas financeiras		5.604	2.549	134	169
Despesas financeiras		(19.940)	(21.332)	(4)	(10)
Outros resultados financeiros, líquidos		15	44	58	57
Lucro antes dos tributos		60.251	49.017	53.968	44.525
Tributos sobre o lucro	7	(6.295)	(4.521)	(12)	(29)
Corrente		(6.295)	(4.521)	(12)	(29)
Lucro líquido do exercício		53.956	44.496	53.956	44.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	53.956	44.496	53.956	44.496
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	53.956	44.496	53.956	44.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	236.960	10.215	-	32.872	-	-	280.047
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	53.956	53.956
Destinações:							
Reserva legal (nota 17.3.1)	-	2.698	-	-	-	(2.698)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos (nota 17.3.3)	-	-	1.844	-	-	(1.844)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 17.2)	-	-	-	-	-	(12.815)	(12.815)
Dividendos adicionais propostos (nota 17.2)	-	-	-	-	36.599	(36.599)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	236.960	12.913	1.844	32.872	36.599	-	321.188
Saldos em 31 de dezembro de 2019	236.960	7.990	-	1.169	16.363	-	262.482
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	44.496	44.496
Dividendos propostos com reservas (nota 17.2)	-	-	-	-	(16.363)	-	(16.363)
Destinações:							
Reserva legal (nota 17.3.1)	-	2.225	-	-	-	(2.225)	-
Reserva de retenção de lucros (nota 17.3.2)	-	-	-	31.703	-	(31.703)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 17.2)	-	-	-	-	-	(10.568)	(10.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	236.960	10.215	-	32.872	-	-	280.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("FEB 2" ou "Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, cujas ações pertencem à Neoenergia S.A. (50%) e Elektro Renováveis (50%), constituída em 02 de janeiro de 2014. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Em 11 de junho de 2014 foi aprovada a cisão parcial da Força Eólica do Brasil S.A., onde a FEB 2 recebeu o investimento na FE Participações S.A. A Companhia em 31 de dezembro de 2021 apresentou capital circulante líquido ("CCL") individual negativo de R\$ 28.300. A Companhia prevê que vai gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. A Companhia possui participação indireta nos parques eólicos abaixo:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW/med)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Calango 2	Lagoa Nova – RN	30,0	11,9	09/05/2011	08/05/2046
Calango 3	Lagoa Nova – RN	30,0	13,9	30/05/2011	29/05/2046
Mel 2	Areia Branca – RN	20,0	9,8	28/02/2011	27/02/2046
Arizona 1	Rio do Fogo – RN	28,0	12,9	04/03/2011	03/03/2046
Caetité 3	Caetité – BA	30,0	11,2	24/02/2011	23/02/2046

1.1. **Corona virus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). Até o momento não foi percebida alteração na geração dos parques eólicos causada pelas medidas de combate à COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxa de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo

Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica.

No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e neste mesmo ano, os parques eólicos Arizona 1 e Mel 2 entraram em operação comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 ficaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão.

No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação %
Receita Operacional Bruta	-	35	(100,00)
Receita Operacional Líquida	-	25	(100,00)
Margem Operacional Líquida	-	(1)	(100,00)
EBITDA	53.780	44.309	21,37
Resultado Financeiro	188	216	(12,96)
Lucro Líquido	53.956	44.496	21,26
Margem Operacional (%)	N/A	-4,00%	N/A
Margem EBITDA (%)	N/A	177236,00%	N/A
Margem Líquida (%)	N/A	177984,00%	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/21	dez/20	Variação %
Ativo Total	343.907	305.398	12,61
Dívida Bruta	-	-	-
Dívida Líquida ⁽³⁾	(1.441)	(11.510)	(87,48)
Patrimônio Líquido	321.188	280.047	14,69

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/21	dez/20	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	(0,03)	(0,26)	(89,69)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	286,06	205,13	39,45

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	53.956	44.496	53.956	44.496
Lucro líquido do exercício	53.956	44.496	53.956	44.496
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	22.258	21.956	-	-
Resgate de ativos não circulantes	979	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(54.851)	(44.433)
Tributos sobre o lucro	6.295	4.521	12	29
Resultado financeiro, líquido	14.321	18.739	(188)	(216)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	23.990	(4.739)	-	-
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(6.375)	10.233	(4.953)	5.522
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(367)	2.129	45	(16)
Provisões, liquidadas dos depósitos judiciais	(4.057)	5.549	(6)	52
Outros ativos e passivos, líquidos	168	(13.606)	(2.638)	(5.585)
Caixa líquidos proveniente das operações	111.168	89.278	(8.623)	(1.551)
Dividendos recebidos	-	-	10.553	21.267
Encargos de dívidas pagas	(16.708)	(15.124)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	5.366	2.113	140	178
Pagamento de juros – Arrendamentos	(851)	(794)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(4.653)	(4.013)	(12)	(29)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	94.322	71.460	2.058	21.265

Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(6.436)	(6.819)	(1.560)	(2.995)
Aquisição de imobilizado e intangível	(69.502)	(56.362)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	11.271	36.027	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(64.667)	(27.154)	(1.560)	(2.995)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(28.174)	(22.133)	-	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	124	1.035	-	-
Depósitos em garantias	(80)	(211)	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(10.567)	(14.623)	(10.567)	(14.623)
Dividendos pagos	(38.697)	(35.932)	(10.567)	(14.623)

Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(9.042)	8.374	(10.069)	3.647
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	36.665	28.291	11.510	7.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.623	36.665	1.441	11.510

Transações que não envolveram caixa:	3.876	3.096	-	-
Provisão para desmantelamento	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2021	2020	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	53.956	44.496	9.460	21,26
Receitas financeiras	134	169	(35)	(20,71)
Despesas financeiras	(4)	(10)	6	(60,00)
Outros resultados financeiros, líquidos	58	57	1	1,75
Imposto de renda	(12)	(29)	17	(58,62)
Depreciação	-	-	-	-
EBITDA	53.780	44.309	9.471	21,37

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 12 meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria	18.812	100,00%	12

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("FEB 2"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB 2 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB 2.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB 2 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	27.623	36.665	1.441	11.510
Contas a receber de clientes e outros	9	12.491	36.479	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		3.184	4.690	2.503	2.428
Outros tributos a recuperar		819	908	490	490
Dividendos	11	-	-	18.979	15.175
Estoques		1.682	7.522	1.681	7.520
Outros ativos circulantes		2.002	529	23	-
Total do ativo circulante		47.801	86.793	25.117	37.123
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	10	119.068	56.827	-	-
Outros tributos a recuperar		-	75	-	-
Depósitos judiciais	15	4.354	3.539	79	70
Outros ativos não circulantes		3.388	7.363	-	-
Investimentos em controladas	11	-	-	305.704	265.210
Direito de uso		7.167	5.217	-	-
Imobilizado	12	436.163	440.599	13.007	2.995
Intangível		1.265	-	-	-
Total do não circulante		571.405	513.620	318.790	268.275
Total do ativo		619.206	600.413	343.907	305.398
		Consolidado		Controladora	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	13	6.844	13.234	844	5.855
Empréstimos e financiamentos	14	28.914	28.921	-	-
Passivo de arrendamento		1.258	898	-	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		139	194	-	-
Tributos sobre o lucro a recolher		1.645	1.044	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		733	1.730	129	-
Provisões	15	9.356	2.544	-	-
Dividendos	17.2	21.677	19.430	21.678	19.430
Outros passivos circulantes	16	5.335	720	1	-
Total do circulante		76.101	68.715	22.652	25.285
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	190.627	218.677	-	-
Passivo de arrendamento		6.619	4.802	-	-
Provisões	15	23.694	27.172	67	66
Outros passivos não circulantes	16	927	1.000	-	-
Total do não circulante		221.917	251.651	67	66
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Companhia	17	321.188	280.047	321.188	280.047
Total do patrimônio líquido		321.188	280.047	321.188	280.047
Total do passivo e do patrimônio líquido		619.206	600.413	343.907	305.398
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

- Nota Estimativas e julgamentos significativos**
- 3.2 Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
- 7.1.3 Tributos sobre o lucro
- 9.2 Perda de Créditos Esperada (PCE)
- 11.1 Imobilizado
- 15.1 Provisões
- 19.2 Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecimento de energia	124.653	125.456
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	15.903	8.764
Outras receitas	1.490	35
Receita operacional bruta	142.046	134.255
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(13.965)	(18.024)
Receita operacional líquida	128.081	116.231

	Consolidado	
	2021	2020
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(8.656)	(13.040)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(4.855)	(4.561)
	(13.511)	(17.601)

Encargos setoriais

Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE

	Consolidado	
	2021	2020
Total	(13.965)	(18.024)

3.2. Política contábil e julgamento críticos: **a) Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(5.631)	(2.658)
Energia curto prazo – PLD	191	44
Outros	(50)	(50)
Total	(5.490)	(2.754)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(3.859)	(3.582)
Encargos de conexão	(431)	(410)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.791)	(1.521)
Total	(6.081)	(5.513)
Total dos custos com energia elétrica	(11.571)	(8.267)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2021	2020	
	Outras Receitas/Despesas gerais e de ope- administração	Outras Receitas/Despesas gerais e de ope- administração	Total
Pessoal	(1.850)	(2)	(1.852)
Serviços de terceiros	(14.376)	(1.472)	(15.848)
Depreciação e amortização	(22.258)	-	(22.258)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.788)	(287)	(2.075)
Total	(40.272)	(1.761)	(42.033)

	Controladora		
	2021	2020	
	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros	(1.006)	(1.006)	(66)
Outras receitas e despesas, líquidas	(65)	(65)	(83)
Total	(1.071)	(1.071)	(149)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	Controladora	
	2021	2020	2021
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras	5.366	2.113	140
(-) Tributos sobre receita financeira	(20)	(23)	(9)
Outras receitas financeiras	258	459	3
	5.604	2.549	134
Despesas Financeiras			
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(16.702)	(18.532)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(901)	(529)	(1)
Outras despesas financeiras²	(2.337)	(2.271)	(3)
	(19.940)	(21.332)	(4)

Outros resultados financeiros, líquidos

Ganhos com variações cambiais e monetárias

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado financeiro líquido	(14.321)	(18.739)

(¹). Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP).

(2). Inclui IOF, juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anuência BNDES, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	60.251	49.017
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	14.490	12.128
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	20	-
Outras adições (reversões) permanentes	(320)	17
Tributos sobre o lucro	(6.295)	(4.521)
Alíquota efetiva	10%	9%
Corrente	(6.295)	(4.521)

7.1.2. Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na

identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	8.575	9.667	55	12
Fundos de Investimento	19.048	26.998	1.386	11.498
Total	27.623	36.665	1.441	11.510

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média dessas carteiras são de 99,3% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	10.207	(6)	10.201	11.785
Comercialização de energia na CCEE	2.290	-	2.290	24.795
Total	12.497	(6)	12.491	36.580

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	10.144	(6)	11.774	(101)
Saldos vencidos:				
Acima de 361 dias	63	-	11	-
	10.207	(6)	11.785	(101)

9.1. Variação das perdas de créditos esperadas – PCE:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(101)	(107)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	95	6
Saldo final do exercício	(6)	(101)

9.2. Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** O saldo de contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamento críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica, não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras.

Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.238	
Aplicações	56.362	
Resgates	(36.027)	
Remuneração	1.254	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	56.827	
Aplicações	69.502	
Resgates	(11.271)	
Remuneração	4.010	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	119.068	

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). As carteiras de instrumentos financeiros são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco respeitando o regulamento de cada fundo. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média dessas carteiras é de 99,3% do CDI.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora		
	2021	2020	
Saldo inicial do exercício	265.210	247.478	
Participações societárias no resultado	54.851	44.433	
Dividendos declarados	(14.357)	(26.701)	
Saldo final do exercício	305.704	265.210	

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora		
	2021	2020	
Saldo inicial do exercício	15.175	9.741	
Declarados	14.357	26.701	
Recebidos	(10.553)	(21.267)	
Saldo final do exercício	18.979	15.175	

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base		Ativo		Passivo		Lucro	
	Participação	Patrimônio líquido	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Controlada	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
FE PARTICIPAÇÕES	100%	2021	47.394	277.308	18.998	-	305.704	54.851
	100%	2020	15.395	265.018	15.203	-	265.210	44.433

	Data-base		Ativo		Passivo		Lucro	
	Participação	Patrimônio líquido	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Controladas Indiretas	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
CALANGO 2	100%	2021	12.212	118.722	25.364	47.062	58.508	18.413
	100%	2020	18.144	98.326	13.028	51.168	52.274	11.739
	100%	2021	12.525	116.782	23.661	50.963	54.683	12.414
CALANGO 3	100%	2020	17.651	106.411	11.854	60.095	52.113	10.370
	100%	2021	2.681	80.855	11.530	36.076	35.930	5.354
	100%	2020	6.851	80.067	8.810	43.957	34.151	3.465
ARIZONA 1	100%	2021	4.620	121.239	21.014	51.328	53.517	11.109
	100%	2020	7.655	116.329	12.212	59.614	52.158	10.695
CAETITÊ 3	100%	2021	4.858	119.594	14.490	36.417	73.545	7.462
	100%	2020	9.830	108.307	8.176	36.754	73.207	8.047

11.1. Política contábil: Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada.

12. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Construções e terrenos		Ativos em construção		Total
	Parques eólicos	Construções e terrenos	Outros		
Taxa de depreciação a.a.	3,03%-	3,03%-		-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.70%	4,00%	14,29%	-	
Adições	417.177	13.198	2.669	7.555	440.599
Baixas	(121)	(950)	-	7.538	7.538
Depreciação	(20.056)	(1.307)	(82)	-	(1.071)
Transferências entre classes	(61.285)	64.592	(2.420)	(887)	(21.445)
Transferências - Outros ativos	3.876	-	-	(887)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	339.591	75.533	167	6.666	10.542
Custo	504.358	110.327	568	20.872	436.163
Depreciação acumulada	(164.767)	(34.794)	(401)	-	(199.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	437.000	13.334	6.161	2.053	458.548
Adições	-	-	-	6.819	6.819
Depreciação	(20.726)	(552)	(397)	-	(21.675)
Transferências entre classes	903	417	-	(1.320)	-
Transferências - Outros ativos	-	(1)	(3.095)	3	(3.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	417.177	13.198	2.669	7.555	440.599
Custo	590.186	17.383	4.437	7.555	619.561
Depreciação acumulada	(173.009)	(4.185)	(1.768)	-	(178.962)
Controladora					
Ativos em construção				Total	

16. OUTROS PASSIVOS

A composição de outros passivos é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Caução em garantia	1.015	882
Partes Relacionadas (nota 17.1)	2.617	-
Honorário de êxito	776	776
Outros	2.104	62
Total	6.512	1.720

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. **Capital social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 236.960, composta por 236.960.122 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, detidas pela Elektro Renováveis S.A. (50%) e Neoenergia S.A. (50%). 17.2. **Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021
Lucro líquido do exercício	53.956
Reserva legal	(2.698)
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(1.844)
Lucro líquido a distribuir	49.414
Remuneração	
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado) ¹	12.815
Remuneração adicional	36.599
	49.414

Natureza da remuneração	
Dividendos	49.414
	49.414
	0,23

Remuneração total por ação

(1) Os dividendos mínimos obrigatórios, tem como base o lucro líquido menos a reserva legal. Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

		Valor por ação (R\$)
Deliberação	Provento	Valor deliberado ON
2021		
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendos mínimos obrigatórios	10.568 0,044598244
		10.568
2020		
AGO de 17 de abril de 2020	Dividendos mínimos obrigatórios	5.844 0,024662390
AGO de 17 de abril de 2020	Dividendos adicionais propostos	16.363 0,069053848
		22.207

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	2021	2020
Saldos no início do exercício	19.430	7.122
Declarados	12.815	26.931
Pagos no exercício	(10.567)	(14.623)
Saldos no final do exercício	21.678	19.430

17.3. **Reservas de lucros:** 17.3.1. **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. 17.3.2. **Reserva de retenção de lucros:** Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovado pela assembleia geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório. 17.3.3. **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. 17.4. **Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) dividendos; (iv) provisão referente ao sinistro nos parques e (v) direito de uso da marca Iberdrola. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: 18.1. **Saldo em aberto com partes relacionadas**

	Consolidado					
	2021			2020		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	730	-	730	1.113	-	1.113
	730	-	730	1.113	-	1.113
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b) / (c) / (d) / (e)	430	830	1.260	1.097	-	1.097
Dividendos a pagar (f)	-	21.677	21.677	-	19.430	19.430
Outros Passivos (g)	2.617	-	2.617	-	-	-
	3.047	22.507	25.554	1.097	19.430	20.527

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Diretores da Força Eólica do Brasil 2 S.A.
Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Força Eólica do Brasil 2 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Força Eólica do Brasil 2 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2 S.A.

CNPJ nº 12.523.923/0001-07 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

	Controladora					
	2021			2020		
	Controlada	Acionista	Total	Controlada	Acionista	Total
Ativo						
Dividendos a receber (h)	18.979	-	18.979	15.175	-	15.175
	18.979	-	18.979	15.175	-	15.175
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (e)	-	830	830	-	-	-
Dividendos a pagar (f)	-	21.677	21.677	-	19.430	19.430
	-	22.507	22.507	-	19.430	19.430

18.2. Transações com partes relacionadas:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total

Resultado do período

Receita operacional líquida (a) / (b)	10.721	-	10.721	8.674	8.674
Custos dos serviços (b) / (c) / (d)	(7.267)	-	(7.267)	(4.191)	(4.191)
Despesas gerais e administrativas (e)	-	(830)	(830)	-	-
	3.454	(830)	2.624	4.483	4.483

18.3. **Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de suprimento de energia elétrica de longo prazo firmado com as distribuidoras Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco. O contrato possui vigência até 2046; (b) Contrato de compra e venda de energia no curto prazo com a NC Energia, com vigência até 2022; (c) Contrato de uso de rede do sistema de transmissão com, Potiguar Sul, SE Naranidia, Alfuentes Transmissão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Dourados, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu , Neoenergia Sobral; (d) Contrato de uso de sistema de distribuição com a Neoenergia Cosern; (e) Referente ao pagamento de royalties do contrato de uso da marca "IBERDROLA", correspondente a 0,9% da Receita Operacional Líquida Ajustada com a Iberdrola Energia, com vigência até 2031; (f) Dividendos a pagar para a Elektro Renováveis S.A e Neoenergia S.A.; (g) Valor a pagar para Calango 6, referente às peças compradas após sinistro nos parques; (h) Refere-se a dividendos a receber da controlada FE Participações S.A.

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa	8.575	19.048	9.667	26.998
Títulos e valores mobiliários	-	119.068	-	56.827
Contas a receber de clientes e outros	12.497	-	36.580	-
	21.072	138.116	46.247	83.825

Passivos financeiros

Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	6.844	-	13.234	-
Empréstimos e financiamentos	219.541	-	247.598	-
Passivo de arrendamento	7.877	-	5.700	-
	234.262	-	266.532	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

19.2. **Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.7, (análise de sensibilidade). 19.3. **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" OU "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
	Nível 2	Nível 2

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa	19.049	26.998
Títulos e valores mobiliários	119.068	56.827
	138.117	83.825

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. 19.4. **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2021		2020	
	Estimativa de valor	Saldo justo	Estimativa de valor	Saldo justo
	contábil	Nível 2	contábil	Nível 2

Empréstimos e financiamentos
Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, passivo de arrendamento e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). 19.5. **Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro,

conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 19.6. **Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. 19.7. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exer-cício	Expo-sição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	149.810	13.707	(3.426)	(6.854)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,08%	(231.234)	(19.051)	(3.514)	(7.029)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Xabier Viteri
Presidente
Titulares
Solange Maria Pinto Ribeiro
Laura Cristina da Fonseca Porto
Eduardo Capelastegui Saiz

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto - **Diretora Presidente**
Leandro Adzgauskas Montanher - **Diretor**
Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor**
Mariane Carvalho Medeiros - **Diretor**
Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-115915/O-3
Contadora
Luciana Maximino Maia
Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Força Eólica do Brasil 2 S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.523.923/0001-07 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Xabier Viteri - Presidente do Conselho
Solange Maria Pinto Ribeiro - Conselheiro
Laura Cristina da Fonseca Porto - Conselheiro
Eduardo Capelastegui Saiz - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretora Presidente e os demais Diretores da Companhia **Força Eólica do Brasil 2 S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, Sala 101 Parte, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.523.923/0001-07, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 relativas ao exercício social findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

Laura Cristina da Fonseca Porto - **Diretora Presidente**
Leandro Adzgauskas Montanher - Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros - **Diretores**

relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7





NEOENERGIA

CNPJ nº 12.793.756/0001-14

Companhia Fechada

Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2021, a Força Eólica Participações S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2022, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em maio de 2014, a Força Eólica do Brasil Participações, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil 1 S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. A Força Eólica Participações foi criada para viabilizar o financiamento do BNDES das suas subsidiárias.

```
graph TD
    NE[Neoenergia] -- 50,99% --> ER[Elektro Renováveis]
    ER -- 50% --> FEB[FEB II]
    FEB -- 100% --> FE[FE PART]
    FE -- 100% --> CA[CAETITÉ III]
    FE -- 100% --> MEL[MEL II]
    FE -- 100% --> AR[Arizona I]
    FE -- 100% --> CAL2[Calango II]
    FE -- 100% --> CAL3[Calango III]
```

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia atua no segmento de geração de energia eólica e é controladora dos Parques Eólicos: Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2, adquiridos no segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Os Parques Eólicos detidos pela companhia têm capacidade total instalada de 138MW, um total de 59,3MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 2, Calango 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os cinco Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	3	128.081	116.205	-	-
Custos dos serviços		(51.843)	(47.322)	-	-
Custos com energia elétrica	4	(11.571)	(8.267)	-	-
Custos de operação	5	(40.272)	(39.055)	-	-
Lucro bruto		76.238	68.883	-	-
Perda de crédito esperadas	9,1	95	6	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(691)	(1.010)	(53)	(50)
Equivalência Patrimonial	11	-	-	54.752	44.316
Lucro operacional		75.642	67.879	54.699	44.266
Resultado financeiro	6	(14.509)	(18.954)	184	206
Receitas financeiras		5.470	2.380	231	247
Despesas financeiras		(19.936)	(21.320)	(47)	(41)
Outros resultados financeiros, líquidos		(43)	(14)	-	-
Lucro antes dos tributos		61.133	48.925	54.883	44.472
Tributos sobre o lucro	7	(6.282)	(4.492)	(32)	(39)
Corrente		(6.282)	(4.492)	(32)	(39)
Lucro líquido do exercício		54.851	44.433	54.851	44.433
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2021	2020	Controladora		2020
			2021	2020	
Lucro líquido do exercício	54.851	44.433	54.851	44.433	
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-	
Resultado abrangente do exercício	54.851	44.433	54.851	44.433	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
Consolidado	Reservas de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	218.336	11.171	-	34.141	265.210
Lucro do exercício	-	-	-	-	54.851
Dividendos propostos com reservas (nota 17.2)	-	-	-	(1.330)	-
Destinações:					
Reserva legal (nota 17.3.1)	-	2.743	-	-	(2.743)
Reserva especial de dividendos não distribuídos (nota 17.3.3)	-	-	2.694	-	(2.694)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 17.2)	-	-	-	-	(13.027)
Dividendos adicionais propostos (nota 17.2)	-	-	-	-	36.387
Saldos em 31 de dezembro de 2021	218.336	13.914	2.694	32.811	305.704
Saldos em 31 de dezembro de 2019	218.336	8.949	-	2.483	247.478
Lucro do exercício	-	-	-	-	44.433
Dividendos propostos com reservas (nota 17.2)	-	-	-	-	(16.148)
Destinações:					
Reserva legal (nota 17.3.1)	-	2.222	-	-	(2.222)
Reserva de retenção de lucros (nota 17.3.2)	-	-	-	31.658	(31.658)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 17.2)	-	-	-	-	(10.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	218.336	11.171	-	34.141	265.210
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FE Participações S.A. ("FEP" ou "Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela Força Eólica do Brasil 2 S.A., tendo sido constituída em 21 de março de 2012. A FEP tem o objeto social à participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras assim como a prospecção de novos negócios e a atuação no mercado de geração de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços nessa área. A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2021 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo de R\$ 30,768 (R\$ 6.240 positivo em 31 de dezembro de 2020). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. As controladas da FEP (conjuntamente com a FEP, o "Grupo") são dedicadas primariamente a atividade de geração de energia elétrica, cujas características estão apresentadas a seguir:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Calango 2	Lagoa Nova – RN	30,0	11,9	09/05/2011	08/05/2046
Calango 3	Lagoa Nova – RN	30,0	13,9	30/05/2011	29/05/2046
Mel 2	Areia Branca – RN	20,0	9,8	28/02/2011	27/02/2046
Arizona 1	Rio do Fogo – RN	28,0	12,9	04/03/2011	03/03/2046
Caetité 3	Caetité – BA	30,0	11,2	24/02/2011	23/02/2046

1.1 Corona vírus ("Covid-19"): a) Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). Até o momento não foi percebida alteração na geração dos parques eólicos causada pelas medidas de combate à COVID-19. **1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e resourçaria. **1.2.1 Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo, incluín-

do, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **1.2.1.1 Gestão de risco de mercado: Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou aos rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. O Grupo busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **1.2.1.2 Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade de o Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez do Grupo, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz aloçar os recursos em ativos de liquidez diária. O Grupo gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, o Grupo acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2021, o Grupo mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiras. Os fluxos das obrigações do Grupo, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 14). **1.2.1.3 Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de geração. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as opera-

ções envolvendo caixa e equivalentes de caixa, o Grupo segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2021	2020	Controladora		2020
			2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	54.851	44.433	54.851	44.433	
Lucro líquido do exercício					
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	22.258	21.956	-	-	-
Baixa de ativos não circulantes	979	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(54.752)	(44.316)	-
Tributos sobre o lucro	6.283	4.492	32	39	-
Resultado financeiro, líquido	14.509	18.954	(184)	(206)	-
Alterações no capital de giro:					
Contas a receber de clientes e outros	23.990	(4.739)	-	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(1.422)	4.711	(14)	8	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(412)	2.145	1.544	2.543	-
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(4.051)	5.497	-	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	2.807	(8.020)	(94)	(181)	-
Caixa líquidos proveniente das operações	119.792	89.429	1.383	2.320	
Encargos de dividas pagos	(16.708)	(15.124)	10.524	22.259	-
Rendimento de aplicação financeira	5.226	1.935	221	166	-
Pagamento de juros – Arrendamentos	(851)	(794)	-	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(4.641)	(3.984)	(13)	(169)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	102.818	71.462	12.115	24.576	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.876)	(3.824)	-	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(69.502)	(56.362)	-	(13.175)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	11.271	36.027	36	12.212	-
Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos	(63.107)	(24.159)	36	(963)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(28.174)	(22.133)	-	-	-
Depósitos em garantias	124	1.035	-	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(80)	(211)	-	-	-
Dividendos pagos	(10.553)	(21.267)	(10.553)	(21.267)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(38.683)	(42.576)	(10.553)	(21.267)	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.028	4.727	1.598	2.346	
Caixa e equivalentes no início do exercício	25.155	20.428	2.777	431	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.183	25.155	4.375	2.777	
Transações que não envolveram caixa:					
Provisão para desmantelamento	3.876	3.096	-	-	-

FE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 12.793.756/0001-14 | Companhia Fechada
Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

17.3 Reservas de lucros: **17.3.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **17.3.2 Reserva de retenção de lucros:** Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), as sociedades poderão reter parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, desde que previamente aprovado pela assembleia geral e sem prejuízo para a distribuição do dividendo mínimo obrigatório. **17.3.3 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. **17.4 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) dividendo; (iv) provisão referente ao sinistro nos parques. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

18.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado					
	2021			2020		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	730	-	730	1.113	-	1.113
	730	-	730	1.113	-	1.113
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b) / (c) / (d)	430	-	430	1.097	-	1.097
Dividendos a pagar (e)	-	18.979	18.979	-	15.175	15.175
Outros Passivos (f)	2.617	-	2.617	-	-	-
	3.047	18.979	22.026	1.097	15.175	16.272
	Controladora					
	2021		2020			
	Contro-ladas	Acionis-tas	Total	Contro-ladas	Acionis-tas	Total
Ativo						
Dividendos a receber (g)	42.629	-	42.629	10.680	-	10.680
	42.629	-	42.629	10.680	-	10.680
Passivo						
Dividendos a pagar (e)	-	18.979	18.979	-	15.175	15.175
	-	18.979	18.979	-	15.175	15.175

18.2 Transações com partes relacionadas

	Consolidado					
	2021			2020		
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total		
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida (a) / (b)		10.721	10.721		8.639	8.639
Custos dos serviços (b) / (c) / (d)		(7.267)	(7.267)		(4.191)	(4.191)
		3.454	3.454		4.448	4.448

18.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de suprimento de energia elétrica de longo prazo firmado com as distribuidoras Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco. O contrato possui vigência até 2046; (b) Contrato de compra e venda de energia no cur-

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da FE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.793.756/0001-14 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 29 de Março de 2022.

Xabier Viteri
Presidente do Conselho
Solange Maria Pinto Ribeiro
Conselheiro
Laura Cristina da Fonseca Porto
Conselheiro
Eduardo Capelastegui Saiz
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Diretores da FE Participações S.A., Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FE Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FE Participações S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demons-

tro prazo com a NC Energia, com vigência até 2022; (c) Contrato de uso de rede do sistema de transmissão com, Potiguar Sul, SE Naranidiba, Alfunte Transmissão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Dourados, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu , Neoenergia Sobral; (d) Contrato de uso de sistema de distribuição com a Neoenergia Cosern; (e) Dividendos a pagar para a controladora Força Eólica do Brasil 2 S.A; (f) Valor a pagar para Calango 6, referente às peças compradas após sinistro nos parques; (g) Refere-se a dividendos a receber das controladas Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2.

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Consolidado			
2021		2020	
CA	VJR	CA	VJR

Ativos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa 8.520 17.663 9.655 15.500
Títulos e valores mobiliários - 119.068 - 56.827
Contas a receber de clientes e outros 12.497 - 36.580 -
21.017 136.731 46.235 72.327

Passivos financeiros
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros 6.000 - 7.380 -
Empréstimos e financiamentos 219.541 - 247.598 -
Passivo de arrendamento 7.877 - 5.700 -
233.418 - 260.678 -

CA – Custo amortizado
VJR – Valor justo por meio do resultado

19.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.7, (análise de sensibilidade). **19.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Consolidado			
2021		2020	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	17.663	15.500	
Títulos e valores mobiliários	119.068	56.827	
	136.731	72.327	

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **19.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Consolidado			
2021		2020	
Estimativa de		Estimativa de	
valor justo -		valor justo -	
Saldo contábil	Nível 2	Saldo contábil	Nível 2

Empréstimos e financiamentos 219.541 219.541 247.598 247.598
Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, passivo de arrendamento e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **19.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de ne-

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretora Presidente e os demais Diretores da Companhia FE Participações S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.793.756/0001-14, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da FE Participações alusivas ao exercício social findo em 31.12.2021; e (III) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FE Participações relativas ao exercício social findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022.

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente
Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros
Diretores

caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **19.6 Métodos e técnicas de avaliação: (i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **19.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde- xador	Taxa no Risco	Exposição		Impacto	Impacto
			(Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	148.424	13.580	(3.394) (6.791)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos						
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,08%	(231.234)	(19.051)	(3.514) (7.029)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Xabier Viteri - Presidente

Titulares

Solange Maria Pinto Ribeiro
Laura Cristina da Fonseca Porto
Eduardo Capelastegui Saiz

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto

Diretora Presidente

Diretores

Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros

Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Contadora

Luciana Maximino Maia

Superintendente de Contabilidade

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7



BAHIA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. – BAHIA PCH III
 CNPJ nº 09.007.198/0001-00 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

mobiliários e derivativos, a Controlada segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicadas pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Controlada mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional ⁽¹⁾	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
BNP Paribas	AA3	A+	A+
Bradesco		AAA	AAA
Caixa Econômica Federal		AAA	AA
Citibank			AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú			AAA
Santander	AAA		
BNDES		AAA	
Votorantim		AAA	
Safra		AAA	

(1) Bank of America, Scotiabank, MUFG, Morgan Stanley e Sumitomo possuem *ratings* apenas em escala global.

1.1.2 Seguros: A Controlada mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Controlada estão demonstradas a seguir:

Riscos	Período da vigência	Importância segurada (R\$)
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2021 a 31/05/2022	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022	44
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30/12/2021 a 31/05/2022	759
Veículos - Operacional	09/03/2021 a 31/05/2022	1
D&O	23/08/2021 a 23/08/2022	150

Os seguros da Controlada são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Bahia Geração de Energia S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em *joint ventures* e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. As informações referentes à Controlada, Neoenergia Distribuidora Brasília, foram consolidadas nessas demonstrações financeiras a partir da sua data de aquisição pela Bahia Geração de Energia S.A. em diante. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 23 de março de 2022. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
14	Intangível (vinculado à concessão)
17.1	Provisão para processos judiciais
19.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
22.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (IR2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 2021
Fornecimento de energia (nota 3.1)	3.562
Disponibilidade da rede elétrica	45
Construção de infraestrutura da concessão	299
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	97
Mecanismo de venda excedente – MVE	336
Valor de reposição estimado da concessão ⁽¹⁾	(7)
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	317
Outras receitas	46
Receita operacional bruta	4.695
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.3)	(1.390)
Receita operacional líquida	3.305

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Revisão Tarifária: Em 21 de outubro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, a Revisão Tarifária Periódica da Controlada, com vigência a partir de 22 de outubro de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.965/2021. O efeito médio para os consumidores é de 11,10%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o efeito foi de 9,16%, enquanto para os da baixa tensão, de 11,85%. O diferimento da Compra de Energia de Itaipu, a reversão do saldo remanescente da conta COVID, o uso antecipado dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, bem como financeiro relativo à Bandeira Escassez Hídrica constituídas até setembro/2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de outubro/2021. A variação da Parcela A foi de 10,0%, cujo montante foi de R\$ 2.559, impactada principalmente pelo aumento de 4,32% nos encargos setoriais e 5,94% nos custos com compra de energia com participação de R\$ 249,99/MWh. Já a variação de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 249,99/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 1,92%, perfazendo o montante de R\$ 553, reflexo da inflação acumulada (IPCA) desde o último reajuste, de 10,25%, deduzida do Fator X, de -0,02%, sendo a participação no IRT de 0,37%. Os componentes financeiros representaram redução de 1,74% e o efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior de 4,38%. O impacto médio final na tarifa ao consumidor foi de 11,10%. **Bandeira Tarifária - Escassez Hídrica:** Em agosto de 2021, através da resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – ("CREG") determinou que à ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2021 a Controlada faturou R\$ 224, a título de Bandeira de Escassez Hídrica. Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica que continuará pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2021	2020
Bandeiras	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Consumidores
Jan	Amarela	Amarela
Fev	Amarela	Verde
Mar	Amarela	Verde
Abr	Amarela	Verde
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Jul	Vermelha Patamar II	Verde
Ago	Vermelha Patamar II	Verde
Set	Escassez Hídrica	Verde
Out	Escassez Hídrica	Verde
Nov	Escassez Hídrica	Verde
Dez	Escassez Hídrica	Verde

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

	Até junho/2021 REH De junho a agosto/2021 n° 2.628/2019 R\$/ MWh	REH n° 2.888/2021 R\$/ MWh	A partir de setembro/2021 Resolução n° 3 MME R\$/MWh
Verde	-	-	Não altera
Amarela	13,43	18,74	Não altera
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera
Escassez Hídrica	-	-	142

3.1. Fornecimento de energia elétrica

	Consolidado 2021
Residencial	1.542
Comercial	1.034
Industrial	92
Rural	80
Poder público	336
Iluminação pública	162
Serviços públicos	170
Fornecimento não faturado	48
Subvenções e Subsídios governamentais ¹	98
	3.562

(1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 109, sendo: (i) R\$ 6 referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 41 referentes à subvenção CDE; (iii) R\$ 32 referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 29 de subvenção CCRBT; e (v) R\$ 1 de ESS COVID-19.

3.2. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado 2021
CVA e Neutralidade	
Energia (i)	172
Encargos do serviço do sistema – ESS (ii)	195
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(27)
TUST (iii)	13
Neutralidade de encargos setoriais (iv)	(52)
PROINFA	9
	310

	Consolidado 2021
Componentes financeiros e Subsídios	
Repasse de sobrecontratação (v)	(56)
Risco hidrológico	3
Diferimento de reajuste (vi)	51
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(17)
Crédito Pis/Cofins sobre ICMS (vii)	12
Outros	14
	7
	317

(i) Energia: CVA ativa, resultante das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, devido à elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2021, e ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias, conforme determinado pela ANEEL, resultou uma CVA ativa neste ano; (ii) **Encargos do Serviço do Sistema – ESS:** CVA ativa, resultante das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas no ano em 2021, e ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias, conforme determinado pela ANEEL, resultou em uma CVA mais ativa neste ano; (iii) **Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST – Rede Básica:** CVA ativa em função da REH nº 2.726/2020, com vigência de 1º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, realizar acima da cobertura tarifária ANEEL e reduzida pela REH nº 2.896/2021, com vigência a partir de 1º de julho 2021, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão; (iv) **Neutralidade de encargos setoriais:** Constituição passiva em função da variação de mercado no período; (v) **Repasse de sobrecontratação:** Redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; e (vi) **Diferimento de reajuste:** Constituição ativa em função do diferimento associado aos pagamentos referentes à potência contratada de Itaipu, nos termos do Decreto 10.665/2021. (vii) **Crédito PIS/COFINS sobre ICMS:** Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil-RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2021, - R\$ 60 à título de antecipação de Crédito PIS / COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2021, o valor ativo de R\$ 12 em contrapartida da redução da receita. **3.3. Deduções de receita bruta:**

	Consolidado 2021
Tributos	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(692)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(355)
Imposto sobre Serviços - ISS	(2)
	(1.049)

	Encargos setoriais
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(307)
Programa de eficiência energética – PEE	(15)
Encargos do consumidor – PROINFA e CCRBT	(17)
Outros encargos ⁽¹⁾	(341)
	(1.390)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

3.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Controlada, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Controlada possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Controlada decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Controlada poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Controlada reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Controlada por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde a energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e a energia injetada. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão a Administração da Controlada estima que às premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Controlada reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Controlada utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo, além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado 2021
Compra para revenda	

Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR (i)	(750)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP (ii)	(400)
Energia curto prazo – PLD ⁽¹⁾ e MRE ⁽²⁾ (iii)	79
Contratos por cotas de garantia física	(182)
Energia adquirida contrato bilateral	(519)
Energia Itaipu	(380)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(51)
Outros	(41)
Subtotal	(2.244)
Créditos de PIS e COFINS	193
Total	(2.051)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão	
Encargos de rede básica	(266)
Encargos de transporte Itaipu	(30)
Encargos de conexão	(10)
Encargo de serviço do sistema – ESS (iv)	(297)
Encargo de energia de sistema – EER (v)	21
Outros encargos	(266)
Subtotal	(582)
Créditos de PIS e COFINS	40
Total	(542)
Total dos custos com energia elétrica	(2.593)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. (2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do reajuste das tarifas dos geradores e, principalmente, da parcela variável impactada diretamente pelo PLD em virtude do maior acionamento da geração de usinas térmicas em decorrência da crise hídrica; (ii) Menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos aumentou o custo com o Risco Hidrológico e o consequente despacho das térmicas aumentou o custo com o Condomínio Virtual; (iii) Redução decorrente da equalização do PLD em 2021 gerando menos excedente financeiro, o que não ocorreu em 2020, onde houve um aumento de excedente financeiro devido a diferença de PLD entre Submercados e, também, pelo menor volume de

compra de energia no MCP; (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS; e (v) Em 2021 foi impactado pelo repasse do Excedente de Energia de Reserva, com o PLD em patamares elevados e das expectativas de geração das usinas contratadas no âmbito da Energia de Reserva, tais fatores influenciaram diretamente na entrada de recurso na conta.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Consolidado 2021
	2021
	(299)
	(299)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado 2021	Despesas com gerais e administrativas	Outras receitas (despesas)	Total
Custos de operação				
Pessoal e benefícios a empregos ¹ (nota 6.1)	(58)	(35)	(62)	(155)
Administradores	-	(1)	(1)	(2)
Serviços de terceiros	(29)	(56)	(48)	(133)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(105)	(6)	(10)	(121)
Provisão para processos judiciais	-	-	(5)	(5)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	13	4	3	20
Total	(179)	(94)	(126)	(399)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

6.1. Custo e despesa de pessoal

	Consolidado 2021
Remunerações	(52)
Encargos sociais	(25)
Auxílio alimentação	(11)
Convênio assistencial e outros benefícios	(3)
Benefícios pós-emprego	(8)
Rescisões	(39)
Férias e 13º salário	(20)
Plano de saúde	(13)
Participação nos resultados	(7)
(-) Transferências para ordens	23
Total	(155)

6.2. Depreciação e amortização

	Consolidado 2021
Quota de depreciação e amortização no exercício	(125)
(-) Crédito PIS/COFINS	4
Depreciação e Amortização residual no resultado	(121)

6.3. Outras (despesas)/receitas operacionais

	Consolidado 2021
Seguros	(2)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(1)
Propaganda e publicidade	(3)
Multa por inadimplência	5
Perdas / alienação / desativação	34
Indenização danos elétricos	(1)
Material	(8)
Outros	(4)
Total	20

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado 2021
Receita financeira	

Renda de aplicações financeiras	9
(-) Tributos sobre receita financeira	(4)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	63
Atualização do ativo financeiro setorial	1
Outras receitas financeiras	2
	71

	Despesa financeira
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽ⁱ⁾	(24)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(11)
Atualização do passivo financeiro setorial	1
Atualização de provisões para processos judiciais	(7)
Outras despesas financeiras (ii)	(24)
	(65)

Outros resultados financeiros, líquidos (ii)

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida – Nota 16.2 (c)	(23)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida – Nota 16.2 (c)	27
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – Nota 16.3.b	(35)

siderando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluín-do, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia , preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributá-rios. A Controlada também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a au-toridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Controlada. A Controlada estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando prece-dentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.
8.2. Outros Tributos:
8.2.1. Outros tributos a recuperar

Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	23
Programa de Integração Social – PIS	7
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	32
Outros	1
Outros tributos a recuperar	63
Circulante	10
Não circulante	53

8.2.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	255
Programa de integração social – PIS	6
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	35
Impostos e contribuições retidos na fonte	1
Outros	5
Outros tributos a recolher	302
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	29
Programa de Eficiência Energética – PEE	43
Outros	13
Encargos Setoriais	85
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	387
Circulante	228
Não circulante	159

8.3. Ressarcimento à consumidores – Tributos federais: Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para: (a) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas pro-tocoladas até a referida data; e (b) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacadada no faturamento, e não a efetivamente paga. A Neoenergia Brasília ingressou com a ação em junho de 2017, na qual teve o deferimento da liminar em setembro do mesmo ano. Sendo assim, a partir da competência seguinte, outubro de 2017 até novembro de 2018, a Neoenergia Brasília passou a excluir o ICMS destacadado da base de cálculo do PIS e da COFINS e repassou o montante através do percentual efetivo para seus consumidores. A partir de dezembro de 2018 até fevereiro de 2021, a empresa registrou um passivo de PIS e COFINS na ordem de R\$ 165, sendo: R\$ 154 principal e R\$ 11 atualização, a ser devolvido ao cliente na forma a ser definida pelo órgão regulador após a ocorrência do trânsito em julgado. Após o julgamento dos Embargos de Declaração no STF, e diante da necessidade de recálculo dos valores à luz do entendimento firmado em torno do expurgo do ICMS pelo valor destacadado e não mais o valor devido adotado inicialmente, a Controlada consti-tuiu um ativo suplementar de R\$ 38, sendo: R\$ 31 principal e R\$ 7 atualização. Esse montante refere-se aos períodos de abril de 2017 a setembro do mesmo ano. Apresentamos a seguir a movimentação do ressarcimento à consumidores:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	148
Combinação de negócios (vide nota 13.3)	42
Constituição	42
Atualização monetária	13
Saldo em 31 de dezembro de 2021	203
Não circulante	203

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, pronta-mente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Consolidado	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	21
Certificados de depósito bancário (“CDB”)	49
Fundos de investimentos	421
Total	491

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021, é de 99% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Fi-nanceiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado		
	2021		
	Perdas de créditos Contas a receber,		
	Receível	esperadas	líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	782	(84)	698
Comercialização de energia - CCEE	33	-	33
Disponibilidade da rede elétrica	3	-	3
Subvenções e subsídios governamentais	40	-	40
Outros recebíveis	108	(5)	103
Total	966	(89)	877
Ativo circulante			842
Ativo não circulante			35

10.1. Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2021	
	Receível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	298	(27)
Comercial	183	(33)
Industrial	12	(3)
Rural	17	(2)
Poder publico	60	(9)
Iluminação pública	23	(7)
Serviços públicos	22	-
Não faturado	167	(3)
Total	782	(84)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	Consolidado	
	2021	
	Receível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	463	(7)
Saldos vencidos:	319	(77)
90 dias	185	(10)
entre 91 e 180 dias	41	(7)
entre 181 e 360 dias	29	(4)
Acima de 361 dias	64	(56)
	782	(84)

10.2. Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

Consolidado	2021
Saldo inicial do exercício	171
Adição pela combinação de negócios (nota 13.3)	51
Efeito reconhecido no resultado do exercício	31
Baixa efetiva dos recebíveis incorríveis	31
Saldo final do exercício	(89)

10.3. Subvenções e subsídios governamentais: Programa de Incentivo à Redução Vo-luntária do Consumo de Energia Elétrica: Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CRGE”), emitiu a Resolução nº 2, que institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio à crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter “excepcional e temporário”, terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 KWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro. Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 32 (nota 18), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções.
10.4. Política contábil e julgamentos críticos:
a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 22.1) e são reconheci-dos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das per-das de créditos esperadas. A Controlada reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.
b) Estimativas e julgamentos críticos: A Controlada mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito históri-ca não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentá-vel, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Controlada. A Controlada utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e os incorridos no período no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo da vida de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	2021		Efeito
	Direitos	Obrigações	líquido
CVA e Neutralidade			
Energia	291	-	291
Encargos do serviço do sistema – ESS	231	-	231
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2	-	2
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão – TUST (note 3.3)	19	-	19
Neutralidade de encargos setoriais	-	(33)	(33)
Outros	9	-	9
Componentes financeiros e subsídios			
Repasso de sobre contratação	6	(226)	(220)
Risco hidrológico	-	(141)	(141)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente	-	(37)	(37)
Passivo conta Covid	-	(2)	(2)
Crédito Consumidor Reversão para modicidade	-	(1)	(1)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS	12	-	12
Outros	84	(308)	(224)
Total	654	(748)	(94)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	347	(168)	179
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	307	(580)	(273)
Total	654	(748)	(94)
Ativo circulante	201	-	201
Passivo não circulante	-	(295)	(295)

(1) O repasse nas tarifas dos créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regula-mentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de au-mento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Revisão Tarifária 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente fi-nanceiro negativo. A Controlada constituiu até dezembro de 2021, o montante de R\$ 12 trans-ferido para diferimento em tarifa (nota 8.1). A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Consolidado		
	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	-	-
Combinação de negócios (nota 13.3)	558	(756)	(198)
Constituição ⁽¹⁾	1.242	(942)	300
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(477)	490	13
Atualização monetária	(36)	38	2
Transferências	(633)	422	(211)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	654	(748)	(94)

(1) Em 2021, a Neoenergia Brasília constituiu o saldo no montante de R\$ 423, com destaque para a CVA de Energia, devido ao aumento das despesas dos contratos regulados de com-pra de energia por disponibilidade, decorrente da elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas e do aumento dos eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo, além da CVA de ESS, em função do aumento do Encargo de Segurança Energeti-ca (ESS) e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021.
 A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da conta COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os re-cursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE – CONTA COVID.
 Até o final do exercício de 2021, a Controlada efetuou o pagamento de R\$ 36 para amortiza-ção da operação financeira da CDE – CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21.
11.1. Política contábil e julgamentos críticos:
a) Política contábil: Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 22.1). Os ativos financeiros contemplem desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. As atualizações monetárias dos ativos e pass-i-vo s financeiros setoriais são efetuadas pela taxa SELIC, conforme PRORET.
b) Estimativas e julgamentos críticos: O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liqui-dados no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão in-cluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da con-cessão. A Controlada, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Controlada não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóte-ses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vincu-lados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Controlada, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.
12.1. Ativo Financeiro: O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhe-cido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 22.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

Consolidado	2021
Saldo inicial do exercício	137
Adição pela combinação de negócios (nota 13.3)	(1)
Baixas	33
Transferência ativo contratual ¹	(1)
Transferência ativo intangível	(7)
Ajustes a valor justo ²	(7)
Saldo final do exercício	161

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. (2) Reconhecimento do Laudo 5º ciclo da Revisão Tarifária Periódica – RTP, no montante de -R\$ 23.

12.2. Ativo Contratual: Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classifica-dos como ativos de contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apre-sentaram a seguinte movimentação no exercício:

Consolidado	2021
Distribuição	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	134
Adição pela combinação de negócios (nota 13.3)	134
Adições ⁽¹⁾	293
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	(255)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	(33)
Transferências – outros	9
Saldo em 31 de dezembro de 2021	148
Custo	279
Obrigações especiais	(131)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distri-buição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acre-cido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.
12.3. Política contábil: Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a explo-ração dos serviços públicos de distribuição pela Controlada e estabelecem que:
 • De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investi-mentos e a remuneração pelo capital investido.
 • Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investi-mento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela estimada dos investimentos realizados (va-lor residual) classificada como um ativo intangível (nota 14) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INVESTIMENTOS

A Companhia possui 100% de participação na Neoenergia Distribuição de Brasília, concessio-nária de serviço público de energia elétrica com sede no Distrito Federal – Brasília - Brasil, e sociedade anônima de capital fechado, e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explo-rar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica.
13.1 Mutações ocorridas durante o exercício: As variações do investimento são as seguintes:

Saldo em 02 de março de 2021	2.515
Aquisição de investimento	87
Participações societárias no resultado	(32)
Amortização da mais-valia	(3)
Participações societárias em outros resultados abrangentes	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.567

13.2 Detalhamento por classe de investimento: A seguir apresentamos informações ad-cionais sobre a investida:

Coligadas	Participação e capital votante (%)	Saldo dos Investimentos em 2021	Resultado de participação 2021	Resultado de participação 2020
Neoenergia Distribuição de Brasília	Distribuição	100,00%	2.567	-
			2.567	-

13.3 Combinação de negócios: aquisição da CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”), atual Neo-energia Brasília: Em 4 de dezembro de 2020, a Companhia sagrou-se vencedora na Sessão Pública do Leilão nº 01/2020-CEB-D (“Leilão”) de desestatização da distribuidora de energia elétrica CEB-D, tendo apresentado o lance vencedor no valor de R\$ 2.515 para a aquisição de 100% das ações de emissão da CEB-D, cuja liquidação ocorreu em 2 de março de 2021, após a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública (“CADE”) e a anuência pré- via da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), ocorridas em 14 e 22 de janeiro de 2021, respectivamente. A CEB-D é a distribuidora de energia elétrica no Distrito Federal, e detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Distrito Federal pelo prazo de 30 anos, até 7 de julho de 2045. A aquisição da CEB-D foi mais um passo alinhado à estratégia do plano de expansão da Companhia no setor elétrico brasileiro. A seguir está apresentada a apuração do resultado da combinação de negócios através do confronto do valor pago e dos os valores justos dos principais ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em 2 de março de 2021, data da combinação de negócios:

Valor da contraprestação paga (-) Caixa assumido na aquisição	2.515
Valor líquido da saída de caixa	(100)
Valor justo dos ativos adquiridos.	2.415
Contas a receber de clientes e outros ¹	621
Tributos a recuperar	164
Depósitos judiciais	23
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	137
Concessão do Serviço Público (ativo contratual)	134
Tributos sobre o lucro diferidos	393
Outros ativos	97
Imobilizado	46
Intangível (Contrato de concessão) (i)	2.716
Outros Intangíveis	8
Total	4.339
Valor jutos dos (-) Passivos assumidos	
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(461)
Tributos e encargos setoriais a recolher	(460)
Empréstimos e financiamentos	(226)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	(115)
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	(198)
Provisões (ii)	(199)
Ressarcimento a consumidores – Tributos federais	(148)
Tributos sobre o lucro diferidos (iii)	(671)
Outros passivos	(117)
Ativo líquido adquirido	1.744
(-) Goodwill	671

¹ Valor líquido da provisão de Perda de Crédito Esperada (PCE), no montante de R\$ 171.
 A Companhia não está sujeita a contraprestações contingentes ou possui direito a indeniza-ções que possam afetar o preço de compra. Os gastos com honorários advocatícios, assesso-res financeiros, *due diligence*, taxas entre outros, relacionados à aquisição da CEB-D totaliza-ram R\$ 25 milhões. As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificados na aquisição da CEB-D são conforme a seguir: (i) Intangível relacionado ao contrato de concessão de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal até 7 de julho de 2045, no montante de R\$ 2.716, sendo o ajuste ao valor justo efetuado no processo de alocação do preço de compra no montante de R\$ 2.050. O valor justo do intangível (contrato de concessão) foi avaliado utilizando abor-dagem de receita pelo método *multi-period xcesso earnings*, que considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pela concessão. As premissas-chave foram:
 • Prazo de concessão remanescente de 24 anos.
 • Volume de energia esperada e respectivas tarifas por cada classe de consumidores, baseadas em metodologia estabelecida pela ANEEL.
 • Despes-a operacionals baseadas em estimativas da Administração, considerando a experiência da Companhia na gestão dos contratos de concessão.
 • Expectativas de investimentos para ma-nutenção e melhorias da estrutura da CEB-D, considerando parâmetros de avaliação con-sistentes com o tamanho e com o planejamento estratégico de longo prazo para a CEB-D.
 • Tri-butos sobre o lucro de 34%.
 • Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital (“WACC” – *Weighted Average Capital Cost*), em nível adequado à percepção do risco de merca-do e adequada remuneração aos acionistas na data de aquisição. (ii) Passivos contingentes relacionados aos processos judiciais sob matérias tributária, cível, trabalhista e regulatórias, com base na melhor estimativa de perda de acordo com o julgamento da Administração, no montante de R\$ 199, sendo o ajuste ao valor justo efetuado no processo de alocação do preço de compra no montante de R\$ 93, o qual reflete a melhor expectativa da Administração para desembolsos referentes aos processos judiciais em curso, baseando-se em decisões judiciais recentes e ampla jurisprudência formada relacionada com os pleitos dos referidos processos judiciais. Os valores justos dos processos judiciais de natureza cíveis, trabalhistas, tributários e regulatórios na data da aquisição são como a seguir:

Processos judiciais	23
Cíveis	58
Trabalhistas	31
Tributários	87
Regulatórios	199
Provisão e passivos contingentes a valor justo	(106)
(-) Provisão para processos judiciais previamente reconhecidas pela CEB-D	93
(-) Ajuste a valor justo	93

(iii) Os tributos diferidos sobre o lucro calculados sobre os ajustes entre o valor de livros e os valores justos dos ativos e passivos supramencionados nos itens (i) e (ii), à alíquota nominal de 34%. Ressalte-se que não integram a base de cálculo o *goodwill* e o ajuste das provisões referentes aos processos judiciais nos montantes de R\$ 671 e R\$ 31, respectivamente.
13.4 Política contábil e julgamentos críticos:
a) Política contábil: Combinação de negó-cios: A Companhia utiliza nas operações de combinação de negócios o método de aquisição. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negó-cio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contrapres-tação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos, os pass-i-vo s assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Um *goodwill* surge quando há excesso entre a contraprestação transferida pela Companhia e os valores agregados dos com-ponentes (i) a (vi). Quando esse valor agregado dos componentes é inferior à contraprestação transferida pela aquisição da subsidiária, um ganho na compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis desta subsidiária, quando aplicável.
b) Esti-mativas e julgamentos críticos: Combinação de negócios: No processo de mensuração da combinação de negócio a Administração da Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características indivi-duais dos elementos que estão sendo avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos ad-quiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão de fatores de investi-mentos, estratégicos ou operacionais, além do nível de crescimento e da taxa de desconto. A Administração realizará, no mínimo anualmente, a revisão das premissas para avaliar o im-pacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: A Controlada busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio do endividamento da Controlada é de 5 anos. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos ^{Total}
2022	-	63	51
2023	-	80	45
2024	-	72	42
2025	231	73	7
2026	687	62	(158)
Entre 2027 e 2031	300	56	-
Total	1.218	406	(13)

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.
c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	Consolidado
	2021
Saldo inicial do exercício	226
Adição pela combinação de negócios (nota 13.3)	
Efeito no fluxo caixa:	
Captações ⁽¹⁾	1.000
Amortização de principal	(227)
Pagamento de encargo de dívida	(4)
Efeito não caixa:	
Encargos incorridos	23
Varição cambial	(3)
Saldo final do exercício	1.015

(1) No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 1.000, foram: (i) R\$ 500 junto a Scotiabank com prazo de vencimento de 5 anos; (ii) R\$ 200 junto ao Santander com prazo de vencimento de 5 anos e (iii) R\$ 300 via emissão de debêntures com prazo de vencimento de 7 anos.

d) Linhas de crédito:

Tipo	Consolidado			
	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	RS	02/08/2024	200	-
			200	-

e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Controlada contêm cláusulas de *Covenants* que são apurados na controladora. Os principais *Covenants* da Controlada obrigam a manter certos índices como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização). Abaixo seguem os principais parâmetros: Consolidado da controladora Bahia Geração de Energia: » Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021.
f) Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 7,1%.
16.3. Instrumentos financeiros derivativos: A Controlada está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Controlada utiliza *swaps*, contratos a termo e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.1.
a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:

	Consolidado
	2021
Contratados para proteção de dívidas:	
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(32)
Exposição líquida	(32)
Passivo circulante	(4)
Passivo não circulante	(28)

A Controlada possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado
	2021
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa	
Contratados para proteção de dívidas	(32)
	(32)

	Consolidado		
	2021	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações ^{Total}
Saldo inicial		-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(13)	-	(13)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(23)	-	(23)
Liquidação financeira entradas (saídas)	4	-	4
Saldo final	(32)	(32)	(32)
Ganho (perda) reconhecido no resultado			
Resultado financeiro, líquido	(12)	-	(12)

c) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Controlada utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Controlada documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos *por hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Controlada documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/ intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como ganhos de transações com o sócio.
(ii) Estimativas e julgamentos críticos: O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Controlada usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 22.2 e 22.8, respectivamente.

17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

17.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Controlada é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Controlada, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	Provisões cíveis (ii)	Provisões trabalhistas (i)	Provisões fiscais	Provisões regulatórias (iii) ^{Total}
Saldo em 01 de janeiro de 2021				
Adição pela combinação de negócios (nota 13.3)				
Adições e reversões, líquido	23	58	31	87
Pagamentos	(1)	(30)	-	5
Atualização monetárias	4	11	-	3
	(2)	3	-	18
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24	42	31	101

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(i) Provisões Trabalhistas: Ação coletiva ajuizada por um grupo de 250 empregados em que exigem a extensão de benefícios do ACT dos quais foram excluídos por marco temporal da quele instrumento. O processo se encontra em fase de liquidação, com decisão desfavorável para a Neoenergia Brasília, com provisão de R\$ 7. Ação movida pelo Sindicato em que pleiteiam complementação do piso salarial para os engenheiros da Neoenergia Brasília. Em que pese a condenação tenha recaído para as contratações futuras, na interpretação da empresa, o Sindicato move cumprimento de sentença em que exige o pagamento de R\$ 6 aos empregados envolvidos.
(ii) Provisões Cíveis: Eletronnorte: Ação movida em face da Neoenergia Brasília para requerer aluguéis pela parcela de imóvel vendido e não entregue em sua totalidade, em virtude de não desocupação pelo ASCEB. Os valores de aluguéis estão estimados em R\$ 3.
ASCEB: Ação com trânsito em julgado com condenação para pagamento de indenização pelas acessões e beneficiários do imóvel, em valor a ser definido em liquidação por arbitramento. Cumprimento de Sentença ajuizada, processo em fase de liquidação, com valor provisionado em R\$ 8.
(iii) Provisões Regulatórias: Ação anulatória de Auto de Infração da ANEEL referente à multa decorrente de fiscalização dos pedidos de ressarcimento de danos elétricos em 2007. A multa perfaz o valor atualizado de R\$ 20.
b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado
	2021
Processos cíveis (i)	55
Processos trabalhistas (ii)	15
Processos fiscais (iii)	25
Outros processos	87
	182

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:
 (i) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros.
 (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Controlada, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade de subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.
 (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnâncias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/CO-FINS, entre outros. As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento para ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.
c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados

de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	Consolidado
	2021
Processos cíveis	1
Processos trabalhistas	6
Outros Processos	16
	23

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.
(ii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

18. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado
	2021
Caução em garantia ⁽¹⁾	2
Devoluções a consumidores ⁽¹⁾	64
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	19
Outros	4
Total	89
Passivo circulante	87
Passivo não circulante	2

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. (i) Devolução no montante de R\$ 32 (nota 10.3)

19. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Controlada concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Os benefícios de longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”); (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Contribuição Definida”). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Consolidado
	2021
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	50
Benefícios de curto prazo	79
Benefícios de longo prazo - Pós emprego	9
	138

Passivo circulante

Passivo não circulante

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulante.

19.1. Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego: A Controlada contribui, com patrocina-dora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez, no formato de benefício definido e contribuição definida, assim constituídos:
 • Plano previdenciário FACEB BD e FACEB SALDADO, ambos instituídos na modalidade de Benefício Definido (BD) e fechados para novas adesões; e
 • Plano previdenciário denominado CEBPREV, na modalidade de Contribuição Definida (CD), não reconhecido como benefício pós-emprego e por essa razão não são necessárias premissas atuais para mensurar a obrigação pós-emprego. Os Planos de Benefícios FACEB BD e SALDADOS são financiados por contribuições de participantes, assistidos e patrocinadora, definidas anualmente pela FACEB, de acordo com o plano de custeio. Atualmente, além das contribuições normais, os Participantes, Assistidos e Patrocinadora efetuam contribuições extraordinárias para equacionamento de déficit. Em julho de 2020 o Plano BD passou por um processo de saldamento, no qual ocorreu a migração de participantes e assistidos para os Planos FACEB SALLADO e CEBPREV, ocasionando uma redução no passivo atuarial do plano. Após saldamento as dívidas dos contratos de equacionamento relativos a 2016, 2017, 2018 e o déficit do Plano BD, de responsabilidade da patrocinadora, foram consolidados em um único contrato de confissão de dívidas (4º equacionamento), atualizados mensalmente pela variação do INPC-IBGE e capitalização mensal de juros à taxa de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo do contrato de equacionamento de dívidas era de R\$ 78. A gestão dos planos de benefício é realizada pela FACEB - Fundação de Previdência do Empregados da CEB (“Curador”, gestor externo à Administração da Controlada, responsável pela governança e com obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Controlada são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Consolidado
	Posição em 31/12/2021
Quantidade de Beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos
	Condição

Planos de benefício definido			
FACEB - Faceb Saldado	22	493	Fechado Deficitário
FACEB - Plano BD	18	228	Fechado Deficitário
	40	721	

Planos de contribuição definida			
FACEB - CEBPREV	538	1.064	Aberto
	538	1.064	
Total	578	1.785	

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo atuarial da Controlada incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial dos planos, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Controlada, atualizado pelo INPC + 5% a.a., com amortização mensal.

	2021	Vencimento
Planos de benfícios definidos		
Equacionamento PREV FACEB 16	1	Marco/2036
Equacionamento PREV FACEB 17	1	Julho/2036
Equacionamento PREV FACEB 18	3	Novembro/2038
Equacionamento PREV FACEB 20	4	Julho/2038
	9	

Planos de contribuição definida		
Equacionamento CEBPREV 2020	38	Julho/2038
Planos de benefícios Saldado		
Equacionamento FACEB SALLD 2020	32	Julho/2036
Total	78	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Benefício definido		
	Obrigações atuariais dos ativos	Valor justo dos ativos	Efeito do (passivo) líquido
	-	-	-
	(134)	143	(9)

	-	-	-
	(9)	9	-
	-	1	1
	17	(17)	-
	(15)	-	15
	-	(4)	-
	-	-	9
	(141)	132	(9)
	-	-	(9)

	Benefício saldado		
	Obrigações atuariais dos ativos	Valor justo dos ativos	Ativo (passivo) líquido
	-	-	-
	(324)	350	(26)
	(22)	23	-
	-	3	-
	22	(22)	-
	(33)	-	(33)
	-	(20)	-
	-	-	26
	(357)	334	(23)

Saldo em 01 de janeiro de 2021
 Combinação de negócios (nota 13.3)
 Efeitos dos juros
 Contribuições pagas pelo patrocinador
 Benefícios pagos pelo plano
 Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto
 Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)
 Efeito do teto
Saldo em 31 de dezembro de 2021
 Em função do contrato de dívida contabilizado no plano Saldado, no montante de R\$ 32, ser superior ao montante de R\$ 23, apurado no relatório atuarial, não houve necessidade de ajuste da contabilização. (i) Proporção das contribuições normais vertidas pelos participantes/ assistidos.
b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido
	2021
Custo do serviço	(1)
Despesa com juros de passivos	1
Total	-

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	Benefício definido
	2021
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(15)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(4)
Mudança de teto de ativo	9
Outros efeitos	3
Efeito bruto	(7)
Tributos sobre o lucro	2
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(5)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Benefício definido	Benefício saldado
	2021	2021
Valor presente das obrigações atuariais	(141)	(357)
Valor justo dos ativos	132	334
Subtotal (passivo) ativo líquido	(9)	(23)
Complemento do passivo oneroso	-	(9)
Total (passivo) líquido	(9)	(32)
Passivo circulante	-	(4)
Passivo não circulante	(9)	(28)

e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:

	Benefício definido	
	2021	
	Preços cotados em mercado	Preços não cotados em mercado
	ativo	ativo
	-	84
	-	1
	-	5

Investimento direto:

Título de dívida - Governos	-	84	84
Fundo de investimento imobiliários	-	1	1
Outros	-	5	5

Investimento através de fundos:

Fundo de investimento - Ações / Quotas	9	-	9
Fundo de investimento - Multimercado	1	-	1
Fundo de investimento - Renda fixa	32	-	32
Total	42	90	132

	Benefício saldado	
	2021	
	Preços cotados em mercado	Preços não cotados em mercado
	ativo	ativo
	-	5
	-	200
	-	2
	-	32

Investimento direto:

Título de dívida - Corporativo	-	5	5
Título de dívida - Governos	-	200	200
Fundo de investimento imobiliários	-	2	2
Outros	-	32	32

Investimento através de fundos:

Fundo de investimento - Ações / Quotas	25	-	25
Fundo de investimento - Multimercado	4	-	4
Fundo de investimento - Renda fixa	66	-	66
Total	95	239	334

(ii) Expectativa de pagamentos futuros: As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2021	Benefício definido	Benefício saldado
		10	28
		10	27
		10	27
		10	27
		10	26
		46	125
		96	260

Para fins de capitalização do plano, a Controlada espera desembolsar R\$ 4 para os Planos BD e Saldado no exercício de 2022.
(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas: Para a análise de sensibilidade, a Controlada considera o efeito

21.1. Saldos em aberto com partes relacionadas:

	2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas e outros	Total
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar (a)	10	10	20
	10	10	20

21.2. Transações com partes relacionadas

	2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas e outros	Total
Resultado do período			
Custos dos serviços (a)	(85)	(85)	(170)
	(85)	(85)	(170)

21.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 21.1 e 21.2 referem-se a: (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratação no Ambiente Regulado (CEAR) firmados entre as Companhias do Grupo Neoenergia. 21.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	2021
Salários e benefícios recorrentes	1
Benefícios de longo prazo	1
	2

22. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		
	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	70	-	421
Titulos e valores mobiliários	2	-	-
Contas a receber de clientes e outros	966	-	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	201	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	161
Total	1.239	-	582
Passivos financeiros			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	478	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.015	-	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	295	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	32	-
Passivo de arrendamento	1	-	-
Total	1.789	32	-

CA – Custo Amortizado; VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes VJR – Valor Justo por meio do Resultado 22.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 22.8 (análise de sensibilidade). 22.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2021		
	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	421	-	421
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	161	161
	421	161	582
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	32
	32	-	32

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foi no montante de R\$ (5). As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1. 22.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”): Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021	
	Estimativa de valor justo	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	Saldo contábil	1.015
		1.028

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. 22.5. Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros**: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo Amortizado (“CA”): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (“VJORA”): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro**: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 22.6. Métodos e técnicas de avaliação: (i) **Concessões do serviço público**: Para mensuração do valor justo, a Controlada utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos**: Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa fluante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Controlada. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos**: A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. 22.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Controlada possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Controlada adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar**: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Controlada contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em *USD*. Nestes *swaps*, a Controlada assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em *USD* atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap <i>USD</i> pré vs <i>R\$</i> pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2020		2021	2020	2021
Ativo	<i>USD</i> 89	<i>USD</i> -	2026	503	-	-
Passivo	<i>R\$</i> 505	<i>R\$</i> -		(535)	-	-
Líquido				(32)	-	(32)

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do *R\$* frente ao *USD*, a Controlada pode contratar operações via opções e *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. O programa, em 31 de dezembro de 2021, *USD* 1 é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge para desembolsos em Euro**: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do *R\$* frente ao €, a Controlada pode contratar operações via *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa, em 31 de dezembro de 2021, € 1 é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 22.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável**: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - **Cenário II**: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III**: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos

de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar		(496)	(124)	(248)
Swap Ponta Ativa em Dólar	<i>(USD)</i>	Queda do Dólar	5,5805	503	126	252
Exposição Líquida				7	2	4

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em <i>USD</i>	Dólar <i>(USD)</i>	Alta do Dólar	5,5805	(7)	2	3
NDF		Queda do Dólar		7	(2)	(3)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em <i>EUR</i>	Euro (€)	Alta do Euro	6,3210	(4)	1	2
NDF		Queda do Euro		4	(1)	(2)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	470	42	(11)	(21)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,15%	(519)	(56)	(14)	(28)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%	(535)	(59)	(15)	(29)

23. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia ⁽¹⁾	Construção de Infraestrutura
2023	2.099	204
2024	2.203	227
2025	2.220	229
2026	2.334	178
2027	2.591	191
Entre 2028 e 2031	11.538	815

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
José Paulo Werberich <i>Presidente</i> Titulares Eduardo Capelastegui Saiz Mariane Carvalhos Medeiros Leonardo Pimenta Gadelha	
DIRETORIA EXECUTIVA	
Marcelo José Cavalcanti Lopes <i>Diretor – Presidente</i> Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Marcelo José Cavalcanti Lopes Diretor de Gestão de Pessoas Rodolfo Fernandes da Rocha Diretor de Planejamento e Controle Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação Michelle de Frias Braz - CRC RJ – Nº 114819/O-2 Contadora	

Aos Acionistas e Administradores da Bahia Geração de Energia S.A. – Bahia PCH III **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Bahia Geração de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bahia Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes:** Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram auditados por nós nem por outro auditor independente. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos con-

troles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Salvador, 23 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” BA	Paulo Ferreira Silveira Contador CRC nº 1 BA 028799/O-3
--	---